



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES - ICHCA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - PPGH

HITALLO PHILIPPE ALVES VIANA

O GOLPE EMPRESARIAL-MILITAR DE 1964 EM ALAGOAS:
a ação política liberal-conservadora no governo Luiz Cavalcante

Maceió, AL

2023

HITALLO PHILIPPE ALVES VIANA

**O GOLPE EMPRESARIAL-MILITAR DE 1964 EM ALAGOAS: A AÇÃO POLÍTICA
LIBERAL CONSERVADORA NO GOVERNO LUIZ CAVALCANTE**

Texto para defesa apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Alagoas, como parte dos requisitos necessários para obtenção do título de mestre.

Orientador: Prof. Dr. Aruã Silva de Lima

Maceió, AL

2023

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecária: Taciana Sousa dos Santos – CRB-4 – 2062

V614g Viana, Hitallo Philippe Alves.

O golpe empresarial-militar de 1964 em Alagoas: a ação política liberal-conservadora no governo Luiz Cavalcante / Hitallo Philippe Alves Viana. – 2023.

103 f. : il. color.

Orientador: Aruã Silva de Lima.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes. Programa de Pós-Graduação em História. Maceió, 2023.

Bibliografia: f. 101-103.

1. Golpe de 1964 – Alagoas. 2. Política liberal-conservadora. 3. Movimentos sociais. I. Título.

CDU: 981.35

Folha de Aprovação

HITALLO PHILIPPE ALVES VIANA

O golpe empresarial-militar de 1964 em Alagoas: A ação política liberal conservadora no governo Luiz Cavalcante

Dissertação submetida ao corpo docente do Programa de Pós- Graduação em História da Universidade Federal de Alagoas e aprovada em 27 de fevereiro de 2023.

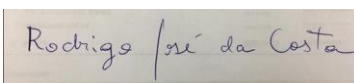
Documento assinado digitalmente
gov.br ARUA SILVA DE LIMA
Data: 29/03/2023 06:11:02-0300
Verifique em <https://validar.itf.gov.br>

Prof. Dr. Aruã Silva de Lima (Orientador)
Universidade Federal de Alagoas

Banca Examinadora:



Prof. Dr. Osvaldo Batista Acioly Maciel (Examinador Interno) Universidade Federal de Alagoas



Prof. Dr. Rodrigo José da Costa (Examinador Externo) Universidade Federal de Alagoas

Para Morena, pela motivação
e presença diária.

AGRADECIMENTOS

Acredito que inexista um trabalho feito nos últimos anos que não seja uma vitória contra a barbárie. Foram 03 anos com a presença de um vírus mortal que ceifou a vida de milhares de amigos, familiares, brasileiros. E os que resistiram, ainda tiveram que enfrentar um genocídio no comando do Brasil. Os últimos anos foi sobre-viver.

Primeiramente gostaria de agradecer a minha filha que sempre reclamava que o “papai ficava muito tempo na tela” e “nunca quer brincar só fica estudando”. Te amo filha. A Fernanda que é o motivo de existir uma dissertação, o maior apoio que existiu nos últimos 03 anos.

À minha família materna, em especial a minha mãe que é parte essencial dessa trajetória. Para a família que me adotou, em destaque para Walter, Judemar e “Tia” Cema, pessoas maravilhosas que sempre estiveram ao meu lado.

Agradeço ao meu orientador, Aruã Lima, que aceitou pegar uma empreitada que poucos topariam. Obrigado por toda a sua paciência, pelo seu tempo, pelo conhecimento transmitido e, principalmente, por ajudar esse trabalho a subsistir. Sou eternamente grato.

Um agradecimento especial ao Professor Osvaldo Maciel e ao Professor Rodrigo Costa pelas conversas e apontamentos.

Agradeço também a Cícero Albuquerque, Geraldo de Majella, Marcelo Góes, Airton Melo, Quel Lira, Gustavo Leão, Victor Verçosa e ao Professor José Vieira que ajudaram com a indicação de leituras, disponibilização de material e na generosidade de esclarecerem dúvidas.

E para uma galera que foi ponto de apoio nesses últimos anos Davi, Ellen, Bob, Elita, Chico, a Resistência-PSOL, mas também Socorro, Zana, Ana, Juca, Zózima, Nibbya, Amélia e uma pancada de alunos e alunas, jovens brilhantes que ajudam a vida de professor valer a pena.

Por fim, a minha turma do mestrado, ainda que não tenhamos tido a felicidade de viver juntos a realidade da pós-graduação presencialmente. Em especial ao amigo-irmão Alex, pelo ombro amigo e as centenas de mensagens e telefonemas que tornaram essa trajetória menos solitária.

“Para que não se esqueça,
para que nunca mais aconteça”

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo investigar e contextualizar o Golpe Empresarial-Militar de 1964 em Alagoas, a partir da relação do governo de Luiz Cavalcante (1961 - 1965) com setores empresariais - mais precisamente o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD). A partir da análise do meio de comunicação oficial do estado, o jornal governamental Diário Oficial do Estado de Alagoas (DOEAL), pretendemos compreender como os movimentos sociais e políticos conservadores e liberais se inseriram no estado para atuar na construção do golpe de 1964. A pesquisa foi feita a partir do início da gestão do governador Luiz Cavalcante (31 de janeiro de 1961) até a comemoração de um ano do golpe (01 de abril de 1965). Almejamos, também, trazer à tona a relação do governo alagoano com agências dos Estados Unidos da América, no contexto do golpe empresarial-militar de 1964.

Palavras-Chave: Golpe de 1964 em Alagoas; Movimentos Sociais e Políticos Liberais e Conservadores; Governo Luiz Cavalcante.

ABSTRACT

The objective of the following work is to investigate and contextualise the 1964 corporate-military coup in the state of Alagoas, through the relationship of Governor Luiz Cavalcante (1961 - 1965) with corporate sectors - specifically represented by the Social Studies Research Institute (IPES - Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais) and the Brazilian Democratic Actions Institute (IBAD - Instituto Brasileiro de Ação Democrática). Using the state's official communication medium, the governmental journal State of Alagoas' Official Diary (DOEAL, Diário Oficial do Estado de Alagoas), we intend to comprehend how social movements, conservative politicians and economic liberals acted in the state in order to mount the 1964 coup. Research focused in the time period following the beginning of Luiz Cavalcante's governorship (January 31, 1961) through the celebration of one year of the coup (April 1st, 1965). We also aim to shed light on the relationship between the governorship of Alagoas and the United States of America agencies, in the context of the military coup of 1964.

Keywords: 1964 Coup in Alagoas; Social-Political Conservative and Liberal Movements; Governorship of Luiz Cavalcante.

Lista de Siglas

CIA - Agência Central de Inteligência (em inglês: Central Intelligence Agency)

CNV - Comissão Nacional da Verdade

CODEAL - Comissão de Desenvolvimento de Alagoas

DOEAL - Diário Oficial do Estado de Alagoas

DOPSE – Delegacia de Ordem Política, Social e Econômica

ETPAR - Escritório Técnico de Paulo de Assis Ribeiro

FASA - Fundação Alagoana de Serviços Assistenciais

FIEA - Federação das Indústrias do Estado de Alagoas

GECA - Grupo Executivo da Colonização de Alagoas

IAA – Instituto do Açúcar e do Alcool

IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática

IPES – Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais

MDB - Movimento Democrático Brasileiro

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PL - Partido Liberal

PSD – Partido Social Democrático

PSP – Partido Social Progressista

PST – Partido Social Trabalhista

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

SSP-AL - Secretaria de Segurança Pública de Alagoas

SIAN - Sistema de Informações do Arquivo Nacional

SUDENE - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

SUPRA – Superintendência da Reforma Agrária

TSE - Tribunal Superior Eleitoral

UDN – União Democrática Nacional

UFAL – Universidade Federal de Alagoas

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

USAID - Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (em inglês: *United States Agency for International Development*)

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	09
2. ALAGOAS E A AÇÃO POLÍTICA-LIBERAL-CONSERVADORA NAS DÉCADAS DE 1950/1960	22
2.1 conjuntura política e social alagoana em tempos de democracia incipiente.....	23
2.2 Uma curva na história de Alagoas: o Governo Muniz Falcão	32
3. A ATUAÇÃO DO IPES E IBAD EM TERRAS ALAGOANAS	39
3.1 O golpe empresarial militar em Alagoas: atuação do IPES e IBAD em Alagoas	54
4. A AJUDA AMERICANA A ALAGOAS OU A DESESTABILIZAÇÃO DA DEMOCRACIA NA TERRA DOS MARECHAIS	73
4.1 A política dos Estados Unidos para o Brasil	75
4.2 Os Estados Unidos e o governador centrista de Luiz Cavalcante	83
5. CONCLUSÃO	99
6. REFERÊNCIAS	101

1. INTRODUÇÃO

A origem deste trabalho remonta ao ano de 2009, no final do segundo mandato do presidente Luís Inácio Lula da Silva, quando o governo havia apresentado a proposta sobre o Plano Nacional de Direitos Humanos, em sua terceira edição (PNDH 3). O plano sofreu vários ataques de setores conservadores, e também de setores das Forças Armadas do Brasil¹. A crítica tinha dois motivos: o primeiro era a criação de uma Comissão da Verdade para investigar abusos cometidos durante a Ditadura Empresarial-Militar e o segundo era a referência ao período entre 1964 e 1985 como um período de “repressão ditatorial”. Os militares alegavam que o plano era “revanchista” e que levaria a uma revisão da Lei da Anistia. Apesar de não haver nenhum elemento concreto que apontasse para esta ação, a pressão da caserna conseguiu fazer com que o governo do Partido dos Trabalhadores (PT) retirasse as propostas².

As Forças Armadas conseguiram mais uma vez impor sua posição no debate sobre os 21 anos mais sombrios da história recente do Brasil. Porém, a negação em debater as “violações de Direitos Humanos praticadas no contexto da repressão política”³ não impediu o debate, que continuou em movimento, tanto porque o plano instituiu um Grupo de Trabalho para elaborar uma Comissão Nacional da Verdade (CNV), cujo objetivo era examinar os abusos cometidos durante a ditadura, quanto porque existia uma demanda na sociedade - acadêmica e política - por explicações sobre essa quadra histórica, pois representa, como afirma o historiador Marcelo Badaró, o “marco inicial de nossa História do Tempo Presente”⁴.

Esse debate despertou-me a atenção, principalmente os estudos que analisavam o período anterior ao golpe, o Governo do presidente João Belchior Marques Goulart (1961-1964). Contudo, era na organização do golpe empresarial-militar em Alagoas que residia minha curiosidade, mais precisamente numa frente específica: a imprensa alagoana.

¹ Secretaria de Direitos Humanos defende em nota programa criticado. **G1**, Brasília, 08 de jan. de 2010. Disponível em:

<<https://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL1440352-5601.00-SECRETARIA+DE+DIREITOS+HUMANOS+DEFENDE+EM+NOTA+PROGRAMA+CRITICADO.html>>

Acesso em 16 de ago. de 2021.

² Eboli, Evandro. Governo retira do plano de direitos humanos pontos que desagradaram a Igreja e militares. **O Globo**, Brasília, 01 de nov. de 2011. Disponível em:

<<https://oglobo.globo.com/politica/governo-retira-do-plano-de-direitos-humanos-pontos-que-desagradaram-igreja-militares-3008788>>.

³ Versão final do Plano Nacional de Direitos Humanos: <http://dhnet.org.br/dados/pp/a_pdf/pndh3_programa_nacional_direitos_humanos_3.pdf>. Acesso em 16 de ago. de 2021.

⁴ BADARÓ, Marcelo Mattos. **O governo João Goulart: novos rumos da produção historiográfica**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 28, n. 55, p. 245-263, 2008.

Com o Governo Goulart tornado objeto de trabalho de conclusão de curso, estudei a atuação da imprensa alagoana durante o período anterior ao golpe empresarial-militar. Tentei reconstruir o papel que os jornais **Gazeta de Alagoas** e **Jornal de Alagoas** exerceram em relação aos marcos que norteiam o Governo Goulart em seus meses finais, ou seja, os três primeiros meses de 1964⁵. A dissertação que pretendemos escrever é, em essência, uma continuação dessa discussão, que passa a ser aprofundada com a possibilidade da pesquisa através do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Alagoas. Nesse sentido, continuo a análise sobre o golpe de 1964, tomando como referência o período de 1961, quando começa o governo de Luiz Cavalcante, governador de Alagoas e, principalmente, a partir da relação do governo de Luiz Cavalcante (1961 - 1965) com forças e movimentos sociais e políticos conservadores e liberais. Esta pesquisa focou, principalmente, na análise do meio de comunicação oficial do estado, o jornal governamental **Diário Oficial do Estado de Alagoas (DOEAL)**, como fonte sobre os atos do governo.

Além da importância que se presume em relação ao papel desempenhado pelos governos estaduais naquele período, este objeto suscita questões relacionadas a ações regionais. Tratar-se-á de romper com as generalizações do eixo sul-sudeste como explicação da totalidade brasileira. A abrangência do golpe empresarial-militar de 1964 foi nacional, mas com nuances regionais. Analisar as repercussões e o desenvolvimento do golpe tendo como base Alagoas deve seguir o entendimento das universalidades dos seus acontecimentos, contudo, sem desconsiderar as singularidades regionais porque seria um erro que levaria a um entendimento esquemático e mecânico.

Daí o objetivo, neste trabalho, ser o de investigar a relação do governo de Alagoas com os setores empresariais – mais precisamente o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), tendo como foco as reportagens do **Diário Oficial do Estado de Alagoas** – e analisar a atuação política da direita alagoana, procurando entender como esta se relacionava com os projetos políticos discutidos no país. Para tanto, analisaremos as reportagens do **DOEAL** a partir do início da gestão do governador Luiz Cavalcante (31 de janeiro de 1961) até a comemoração de um ano do golpe (01 de abril de 1965). Junto a isto, buscaremos investigar a atuação do IPES e do IBAD em Alagoas durante o período de Luís Cavalcante (1961-1965), governador de Alagoas e apoiador do golpe, a partir dos documentos do IPES que estão digitalizados no site do Sistema de Informações Arquivo

⁵ VIANA, Hitallo P Alves. A imprensa alagoana e o Golpe Civil-Militar de 1964. Maceió: ICHCA/UFAL. Monografia de Licenciatura em História, 2012.

Nacional (SIAN).

Tomamos o ano de 1961 como marco inicial, pois é o momento do início do governo Luiz Cavalcante, mas também porque é o ano da posse de João Goulart como presidente do Brasil. Apesar de ter assumido o mandato como vice-presidente nas eleições de 1961, no dia 31 de janeiro, a renúncia do presidente eleito, Jânio Quadros, em 25 de agosto do mesmo ano, não fez com que Jango assumisse a presidência de imediato. Setores das forças armadas, liderados pelos ministros militares, se opuseram à posse e defenderam a permanência do presidente interino, Ranieri Mazzili, como presidente do país. Mas as forças armadas estavam divididas, com o posicionamento a favor da posse sendo defendido pelo comandante do III Exército, no Rio Grande do Sul, general Machado Lopes.

O acirramento político se intensificou com a reação popular liderada pelo governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola. Na defesa da legalidade, Brizola organizou o “Movimento de Resistência Democrática”, além da “Rede da Legalidade”, cujo objetivo era angariar apoio ao presidente de direito. Diante desse impasse, de diversas manifestações em todo o país de apoio ao rito democrático e da possibilidade de guerra civil, em setembro de 1961, o Congresso Nacional instituiu por emenda constitucional o sistema parlamentarista no Brasil e definiu um plebiscito para decidir a continuidade ou não do sistema. O plebiscito, que aconteceu em 6 de janeiro de 1963, resultou na derrota do parlamentarismo e na posse de João Goulart como presidente.

O marco final é o mês de abril de 1964, mês em que acontece o golpe empresarial-militar, entretanto iremos analisar as edições do mês de abril de 1965, quando o golpe completa um ano, pois as comemorações e os atores do golpe estarão estampadas nas edições do jornal.

1.1 Discussão Historiográfica

Por muitos anos, a historiografia sobre o governo Goulart foi marcada por uma derrota dos vencedores do golpe de 1964. A tese de que o golpe representava o fim da “república sindicalista” e que os militares saíam às ruas devido ao clamor ao povo e dessa forma expulsaram os “inimigos da pátria” com a “Revolução de 1964” foi rapidamente desacreditada. A derrota no campo das ideias⁶ parece notória quando analisamos a quase irrelevância das obras dos

⁶ Se podemos afirmar que a versão dos vitoriosos de 1964 foi derrotada no campo das ideias, sendo seus ideólogos lembrados por aqueles que têm este tema como objeto de estudos, o mesmo não pode ser dito sobre a irrelevância dessa tese no seio das Forças Armadas. À guisa de exemplo tivemos o Exército em Alagoas que fez solenidade para relembrar o golpe de 1964, em abril de 2019. Cólen, Roberta. Exército em Alagoas fará solenidade para relembrar o golpe de 1964. **G1 AL**, Maceió, 28 de mar. 2019. Disponível em:

conspiradores e defensores do golpe, assim como as expressões dos vencedores de 64 para caracterizar o governo de Goulart: “baderna”, “anarquia”, “materialismo ateu” entre outros⁷.

É preciso ressaltar que essa constatação reflete o ambiente da academia, contudo os 04 anos de governo Bolsonaro (2019 - 2022) e as diversas mobilizações em defesa de uma intervenção militar após a vitória de Lula para a presidência em 2022 mostram que a tese da Revolução de 1964 ainda se mantém com força em grande parcela da sociedade brasileira, incluindo setores minoritários da academia.

Durante a década de 1990 e no começo do século XXI, uma nova leva de pesquisas dedicou-se a rediscutir o período do golpe focando no Governo de João Goulart. O novo século, mais precisamente o ano de 2004, é um marco importante dessa irrupção de estudos historiográficos sobre o tema. As datas redondas, em aniversário, são mais apreciadas e, na história, são momentos que ajudam a impulsionar debates e destacar os estudos sobre o período festejado. Essa é uma das explicações, mas não a única para entendermos os debates sobre a ditadura e o período que a precedeu.

No começo dos anos 2000, o país passava por uma grande transformação política, tendo à frente o partido que nasceu das manifestações contra a ditadura militar, o Partido dos Trabalhadores (PT), que ocupava a presidência com o ex-líder sindical Luís Inácio Lula da Silva. Guardadas as devidas proporções, o momento do país lembrava o momento da experiência democrática do Brasil do período de 1945 a 1964.

Já existia na historiografia brasileira um ambiente de discussão sobre esse período, nos anos de 1990⁸, quando algumas teses começaram a ser apresentadas e discutidas na academia. Contudo, é no começo dos anos 2000 que essas teses tomam maior espaço, rompem o ambiente acadêmico e têm um alto grau de relevância.

<https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2019/03/28/exercito-em-alagoas-fara-solenidade-para-relembrar-o-golpe-de-1964.ghtml>. Acesso em 24 de Jul. 2021.

⁷ Caberia um estudo para analisar a relação da vitória e dos 04 anos de governo do presidente Jair Bolsonaro, 2019 - 2022. com um discurso de defesa do golpe de 1964 e como ações como as da empresa “Brasil Paralelo” tentam reabilitar a tese dos vitoriosos de 1964, contudo fugiria ao objetivo de nosso objeto.

⁸ São exemplos de obras lançadas na década de 1990 os livros do projeto sobre a história oral dos militares, realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas e a tese de FIGUEIREDO, Argelina. **Democracia ou reformas? Alternativas democráticas a crise política: 1961-1964**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

A discussão sobre o período com eventos⁹, **lançamento de livros**¹⁰ e artigos¹¹ conseguiu ultrapassar as atividades acadêmicas, ocupando destacados espaços em jornais e revistas. Jornais e revistas de circulação nacional e regionais foram os que deram mais espaço ao tema, principalmente as teses que entendemos como revisionistas.

Na análise sobre o golpe de 1964, nas teses revisionistas, é dada centralidade às ações individuais, a uma análise politicista e factual e à questão democrática. Estes elementos acabam por gerar uma leva de estudos acadêmicos que, ao rever o golpe e a ditadura empresarial-militar no Brasil, reabilitam muitos dos argumentos e teses dos vencedores de 1964. Apesar de muitas das teses não corroborarem com a defesa do golpe, é notório que o revisionismo de 1964 aproveitou desse movimento de revisão.

As teses que dominaram o debate acadêmico, a partir de 2004, foram agentes diretas dessa visão e estarão presentes em diversos autores, além de serem referências de diversos pesquisadores em todo o Brasil.

Uma autora com trabalhos marcados por essa interpretação é Argelina Figueiredo, com *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas a crise política: 1961-1964*¹². Nesta obra, Figueiredo defende que o golpe foi o resultado da polarização de dois blocos políticos, a esquerda pró-reformas e a direita, as quais, não tendo apreço pelas regras do jogo, feriram a democracia. A novidade do enfoque que a autora apresenta está na ideia de que os setores que defendiam as reformas e sofreram o golpe também seriam os responsáveis pelo golpe.

Outro historiador que segue a mesma linha de argumentação de Argelina Figueiredo é Jorge Ferreira.¹³ Segundo Ferreira, tanto a direita, que se colocava contrária às reformas, quanto

⁹ Dois eventos são referências: o “Seminário 1964-2004: 40 anos do Golpe”. Ditadura militar e resistência no Brasil” (Niterói/Rio de Janeiro – 2004); e “Olhares sobre 1964: o golpe que calou o Brasil” (Rio de Janeiro – 2004).

¹⁰ São exemplos: FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **João Goulart: entre a memória e a história**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006. MELO, Demian Bezerra de (Org.). **A miséria da historiografia – uma crítica ao revisionismo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014. REIS, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004

¹¹ Como referência: Revista Brasileira de História. São Paulo: ANPUH, vol. 24, nº 47, jan-jun, 2004; **1964-2004: 40 anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil** – Anais do Seminário (UFRJ, UFF, CPDOC, APERJ). Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004; Revista História & Luta de Classes. Rio de Janeiro: ADIA, ano 1, nº 1, 2005; FICO, C. **Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar**. In: Revista Brasileira de História. São Paulo: ANPUH, vol. 24, nº 47, jan-jun, 2004, p. 29-60; MATTOS, M.B. **Os trabalhadores e o golpe de 1964: um balanço da historiografia**. In: Revista História & Luta de Classes. Rio de Janeiro: ADIA, ano 1, nº 1, 2005, p. 07-18; TOLEDO, C.N. **1964: Golpismo e democracia. As falácias do revisionismo**. In: Crítica marxista, nº 19. São Paulo: Boitempo, 2004, p. 27-48.

¹² FIGUEIREDO, Argelina. **Democracia ou reformas? Alternativas democráticas a crise política: 1961-1964**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994

¹³ FERREIRA, Jorge. **O Governo Goulart e o Golpe Civil-Militar de 1964**. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). O Brasil Republicano. Volume 3. **O tempo da experiência democrática: da democratização de 1946 ao Golpe Civil-Militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003;

a esquerda, que defendia as reformas, agiam por fora das vias democráticas. Mais uma vez, a democracia é apresentada como referência de análise e, mais uma vez, é posto um sinal de igualdade entre os que deram e os que sofreram o golpe.

Daniel Aarão Reis Filho¹⁴, ex-militante da esquerda que pegou em armas durante a ditadura, hoje se aproxima da tese da falta de apreço à democracia ao afirmar que havia um “déficit democrático” dos atores políticos do período. Daniel Reis chega a apresentar uma outra periodização da ditadura, 1968 - 1979, afirmando que o Ato Institucional nº 5 (1968) é o marco do fechamento de regime e que, com a anistia, não mais havia sentido em caracterizar como uma ditadura. A partir de 1º de janeiro de 1979 “já não havia ditadura, mas ainda não existia uma democracia¹⁵”.

O jornalista Elio Gaspari¹⁶, em suas obras, escritas a partir de depoimentos e arquivos de militares envolvidos diretamente com o golpe, responsabiliza a esquerda pelo Golpe de 1964. A ação golpista fora uma resposta ao governo “desastroso” de João Goulart. Em todo momento, Gaspari usa de termos depreciativos contra Goulart: “biografia raquítica”, “despreparado”, “primitivo governante¹⁷”. Gaspari apresenta uma visão positiva em relação a uma fração dos golpistas que ele identifica como moderados, além de uma visão menos conflituosa acerca do processo de transição conservadora conduzida por integrantes do governo ditatorial.

Por fim, Alzira Alves de Abreu¹⁸ analisa a imprensa a partir de “marcos históricos” que norteiam o Governo Goulart: I) a tumultuada posse de João Goulart, em 1961; II) o período da aprovação do regime parlamentarista (1961) até o plebiscito que devolveria os plenos poderes presidenciais à Goulart (1963); III) o período que denominou de “início [do] afastamento da imprensa do governo Goulart”, marcado pela “Revolta dos Sargentos” (2/09/1963); IV) da “Revolta dos Sargentos” até a queda de Goulart, o epílogo. Em sua análise, a imprensa é tomada como reflexo da conjuntura, corroborando a tese de que o golpe fora uma resposta às ações também golpistas de Goulart.

¹⁴ REIS FILHO, Daniel Aarão. **O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita**. In: Jorge Ferreira (org.). **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. REIS FILHO, Daniel Aarão. **A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1989. REIS, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

¹⁵ REIS. 2014. p. 125.

¹⁶ GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. **A Ditadura Escancarada**, São Paulo: Companhia das Letras, 2002. **A Ditadura Derrotada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. **A Ditadura Encurralada**, São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

¹⁷ GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. 2002, p. 48.

¹⁸ ABREU, Alzira Alves de. **1964: a imprensa ajudou a derrubar o governo Goulart**. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (org.).

Essas produções ocupam papel de destaque nas pesquisas sobre o período e marcaram forte inflexão no começo da década de 2000 no estudo sobre o golpe e o período ditatorial.

Em nossa pesquisa, dialogamos com as análises de Caio Navarro de Toledo, Carlos Fico e René Armand Dreifuss para compreender as ações e o significado do golpe de 1964.

Dreifuss¹⁹ parte da compreensão, a partir do estudo de duas organizações que tiveram papel central na conjuntura política do período, o IPES e o IBAD, de que o golpe de 1964 representou a tomada de poder por uma classe. A desestabilização do governo Goulart foi liderada por este setor, tendo o complexo que formava o IBAD e o IPES as principais agências de conspiração.

O complexo IPES/IBAD formou uma grande rede conspirativa por todo o país, financiando ideológica e politicamente frações de classe que se colocavam contra o governo de João Goulart e as reformas de base. O IPES/IBAD foi o “Estado-Maior da burguesia multinacional-associada que desenvolveu uma ação medida, planejada e calculada que o conduziu ao poder”²⁰.

Em Toledo, os derrotados de 1964 caíram junto com o seu projeto: o alargamento da democracia restrita. Os vitoriosos do golpe defendiam um projeto político que fora implementado nos 21 anos que se seguiram, marcando a opção da burguesia por uma “modernização conservadora²¹”. Como aponta Toledo:

Mais apropriado seria então afirmar que 1964 significou um golpe contra a incipiente democracia política brasileira; um movimento contra as reformas sociais e políticas; uma ação repressiva contra a politização das organizações dos trabalhadores (do campo e da cidade); um estancamento do amplo e rico debate ideológico e cultural que estava em curso no país.²²

Carlos Fico, a partir de um novo olhar e novos documentos sobre a atuação dos Estados Unidos, provou empiricamente que os EUA tiveram participação na campanha de desestabilização e no plano que levou à tomada do Estado brasileiro. Fico aponta que a ação americana, com seu plano de contingência, já tinha sido pensada muito antes de março de 1964, ou seja, a ação dos golpistas foi pensada e organizada. Diferente do que alguns revisionistas

¹⁹ DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado*. Petrópolis: 4^o ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

²⁰ DREIFUSS, p. 145.

²¹ TOLEDO, Caio Navarro de. O Governo Goulart e o Golpe de 1964. São Paulo: Brasiliense, 1982; Ibid. 1964: O Golpe contra as reformas e a democracia. In: Revista Brasileira de História. Brasil: do ensaio ao Golpe (1954-1964). São Paulo, v. 24, n. 47, 2004.

²² IDEM, ibidem p. 15

apontam²³, o governo norte-americano tinha suas hipóteses de ação e os golpistas brasileiros se articulavam.

É em face a esses pressupostos apresentados que analisaremos como os movimentos sociais e políticos conservadores e liberais se inseriram no Estado para atuar na construção do golpe de 1964.

1.2. O estudo da imprensa

É de Bloch a afirmação de que “tudo que o homem diz ou escreve, tudo que fabrica, tudo que toca pode e deve informar sobre ele”²⁴. Essa mudança na forma de encarar o documento, não mais restrita aos “documentos oficiais”, mas sim a tudo que “cheire a carne humana”, é o elemento premente para entendermos os meios de comunicação como documentos históricos.

Os meios de comunicação, no nosso caso a imprensa escrita, os jornais, passaram a ser encarados como documentos históricos, que estão dentro de um campo, o campo da subjetividade e intencionalidade. Ou seja, os jornais são forças sociais ativas, “um produto construído e pertencente a uma determinada época que precisa ser lido de forma crítica e não como fonte fidedigna”²⁵. Ele é ator político importante, pois age na história como força social ativa capaz de influenciar a opinião com o objetivo de obtenção da hegemonia. Os jornais, como órgãos veiculadores de ideias, são múltiplos. Dentro da própria classe dominante teremos posições distintas. Entretanto, na mídia burguesa que antecede o golpe de 1964 e no nosso objeto de pesquisa, mais especificamente o DOEAL, compreendemos a imprensa como articuladora de um projeto social em 1964.

A relação da grande imprensa²⁶ com o golpe de 1964 não fora de observadora dos rumos percorridos pelos atores políticos, mas sim parte da disputa pela hegemonia política do país. Os jornais expressavam a disputa de poder, nas instituições produtoras de ideias, inseridos numa historicidade específica: a das reestruturações advindas do pós-Segunda Guerra Mundial e da divisão do mundo em blocos de influência dos Estados Unidos e da União Soviética, com a

²³ Elio Gaspari, ao analisar a queda de João Goulart, chega a afirmar que o exército dormiu “janguista” e acordou revolucionário. GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. 2002

²⁴ BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. p. 79.

²⁵ CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. **Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa**. Projeto História, São Paulo, n.35, p. 253-270, dez. 2007. Disponível: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/arti-cle/view/2221/1322>. Acesso em: 24 jul 2020.

²⁶ Considerar apenas a “grande imprensa” como nosso objeto, sempre entre aspas, entendendo-a como “aquelas empresas jornalísticas que dispunham de uma considerável estrutura técnica (representada, por exemplo, pela existência de um parque gráfico próprio), e/ou de um notório poder de intervenção no cenário político nacional”. SILVA, Eduardo Gomes. **A rede da democracia e o golpe de 1964**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2008.

Guerra Fria, e com a revolução Cubana de 1959, que impactara todos os países da América Latina.

A década de 1950 marca, na imprensa, “a entrada de empresas multinacionais e do capital estrangeiro, e as conseqüentes influências dos padrões norte-americanos de jornalismo”²⁷. A imprensa passava para o formato de jornalismo informativo e não mais de jornalismo político-literário, alterando dessa forma toda a “grande imprensa” brasileira, que passou a ser definida como um espaço “neutro e independente”²⁸. A mudança tenta esconder o caráter ideológico do discurso, contudo, a imprensa se mantém comprometida com os interesses imediatos de anunciantes e proprietários.

Apesar de se colocar como uma fonte neutra que relatava os acontecimentos, a imprensa aparecia como um aparelho privado de hegemonia²⁹, um órgão voltado à obtenção da hegemonia. Nesse sentido, a imprensa apresentava um discurso ideológico³⁰ que buscava construir a vontade coletiva. E como discurso ideológico a imprensa expressa a disputa de poder na sociedade (hegemonia) e nas instituições que produzem ideias que influenciam a opinião pública. Assim, uma de suas características é a ocultação da realidade, já que suas ideias precisam legitimar um poder dominante. Mas, para além da ocultação da realidade, a imprensa agia como ferramenta de disputa hegemônica, representando uma posição na conjuntura estudada.

Embora não tenha uma atitude homogênea, por conta de sua complexidade e variedade, a imprensa teve um papel importante na derrubada do Governo de João Goulart. Em Alagoas, a imprensa usou de sua inserção na sociedade para divulgar o “fantasma do comunismo” e o “caos administrativo” como forma de desestabilizar o Governo Goulart e “preparar o terreno” para o golpe de abril de 1964³¹. Essa atuação não se diferencia de outras frentes da elite orgânica

²⁷ SILVA, Carla Luciana. **Imprensa e Ditadura Militar – padrões de qualidade e construção da memória**. Rio de Janeiro: Revista História & Luta de Classes, n.º 1 abr/2005, p. 43

²⁸ Idem, p. 45.

²⁹ “(...) são organismos sociais ‘privados’, o que significa que a adesão aos mesmos é voluntária e não coercitiva, tornando-os assim relativamente autônomos em face do Estado em sentido estrito, mas deve-se observar que Gramsci põe o adjetivo ‘privado’ entre aspas, querendo com isso significar que – apesar desse seu caráter voluntário ou ‘contratual’ – eles têm uma indiscutível dimensão pública, na medida em que são parte integrante das relações de poder em dada sociedade.” COUTINHO; Carlos Nelson. **Marxismo e Política: A Dualidade de Poderes e Outros Ensaios**. São Paulo, Cortez, 1994, págs. 54 e 55.

³⁰ Entendemos a ideologia como “um corpo de ideias característico de uma determinada classe social; ideias deliberadamente falsas ou ilusórias que ajudam a legitimar um poder dominante, o que implica a comunicação sistematicamente distorcida”. FONSECA, Francisco. **A Democratização Autoritária: A Grande Imprensa e a Autodelação de seu Modus Operandi**. Comunicare (São Paulo), v. 7, p. 79-91, 2007.

³¹ VIANA, Hitallo P. A. **A imprensa alagoana e o golpe civil-militar de 1964**. Maceió: ICHCA/UFAL. Monografia de licenciatura em História, 2011.

representante dos interesses multinacionais e associados, e será intensificado em 1963 com a volta do presidencialismo e ascensão de Goulart à presidência.

Em específico, o **DOEAL** como veículo jornalístico tinha a especificidade de ser o meio no qual a administração pública divulgava todos os seus atos. Desse modo, podemos acompanhar tanto a inserção dos movimentos sociais e políticos conservadores e liberais no Estado, como sua atuação para a construção do golpe de 1964.

1.3. A Historiografia Alagoana.

A historiografia alagoana sobre o Golpe Empresarial-Militar ainda é muito escassa, mas nos últimos anos vem se modificando, principalmente com a criação do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), onde os temas ligados à história de Alagoas passaram a ser uma constante.

São referências de obras sobre o período as dissertações de Paulo Vítor Barbosa dos Santos³², que estudou a criação do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) em 1966; Magno Francisco de Oliveira³³, que estudou a criação do Partido Comunista Revolucionário em Alagoas, e Renata Silva de Gusmão, que pesquisou a justiça do trabalho em Alagoas durante o período de 1964 a 1979³⁴. São obras que se somam ao movimento, ainda novo, de produção da historiografia alagoana sobre o golpe.

As novas obras se juntam com estudos que são referências sobre o período. Fernando Medeiros, com o livro **Homo Inimicus: Igreja Católica, ação social e imaginário anticomunista em Alagoas**³⁵, pesquisa a atuação da “Ação Social Católica” da Arquidiocese de Maceió e como esta enfrentou a questão social rural. A partir de Dreifuss, Medeiros acompanha as movimentações dos setores alinhados aos defensores do golpe e como o discurso anticomunista da Ação Social Católica se relacionava com as classes dominantes alagoanas.

Outro autor que também toma a tese de Dreifuss como referência é o sociólogo Paulo

³² SANTOS, Paulo Vítor Barbosa dos. **Discursos, práticas e memória: O MDB em Alagoas e a Ditadura Militar (1966 - 1979)**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Alagoas, Instituto de Comunicação Ciência e Artes. Programa de pós-graduação em História, Maceió, 2017.

³³ OLIVEIRA, Magno Francisco de. **Formação e trajetória do partido comunista Revolucionário em Alagoas durante a Ditadura Militar (1966 - 1973)**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Alagoas, Instituto de Comunicação Ciência e Artes. Programa de pós-graduação em História, Maceió, 2017.

³⁴ GUSMÃO, Renata Silva de. **Trabalhadores da construção civil e Justiça do Trabalho durante a ditadura empresarial-militar em Alagoas**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Alagoas, Instituto de Comunicação Ciência e Artes. Programa de pós-graduação em História, Maceió, 2019.

³⁵ MEDEIROS, Fernando Antônio Mesquita. **Homo Inimicus: Igreja católica, ação social católica e discurso anticomunista em Alagoas**. Maceió: Edufal, 2007.

Décio de Arruda Melo. Em sua dissertação de mestrado³⁶, estuda o desenvolvimento do sindicalismo rural no estado de Alagoas, o impacto do golpe de 1964 na formação sindical dos trabalhadores rurais e como ele favoreceu as iniciativas patronais e da Igreja Católica nos sindicatos.

Outro historiador que vem produzindo sobre o período é Rodrigo José da Costa, com trabalhos sobre o Governo de Luiz Cavalcante (1961 - 1965), governador alagoano que apoiou o golpe e foi parte importante das movimentações golpistas em Alagoas³⁷, e também sobre as lutas sociais do período³⁸, assim como trabalhos importantes sobre a historiografia a respeito do golpe em Alagoas³⁹.

Apesar das obras citadas e das novas produções, os trabalhos que tratam do Golpe de 1964 e da Ditadura Militar estão em uma fase inicial de elaboração⁴⁰. Há uma relativa ausência de estudos monográficos que se debruçam sobre as temáticas relativas a este assunto, o que mantém o estudo sobre o período com uma camada forte de obras memorialistas⁴¹ e até de introdução mais genérica⁴².

Alagoas, no período que precedeu o golpe de 1964, era governada por Luís Cavalcante, que conspirava abertamente contra o presidente, como podemos acompanhar nas matérias dos jornais da época⁴³. Apoiado pelo poder econômico da oligarquia de base rural e semirural ligada ao setor canavieiro, o governador era diretamente influenciado pelos usineiros. Em verdade, se apresentava como uma resposta conservadora para as mobilizações dos trabalhadores que se organizaram desde o governo anterior, de Muniz Falcão (1956-1960).

³⁶ MELLO; Paulo Décio de Arruda. Alagoas: Sindicatos Rurais e Dominação. 1990. 203f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Agrícola) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola, Itaguaí.

³⁷ COSTA, Rodrigo José da. **O golpe civil-militar em Alagoas: O governo Luiz Cavalcante e as lutas sociais (1961-1964)**. 159f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Pós Graduação em História, Recife, 2013.

³⁸ COSTA, Rodrigo José da. **“Do ‘comício que não houve’ à marcha da vitória: a deflagração do golpe civil militar em Alagoas.”** In: Cadernos de História, Belo Horizonte, v. 15, n. 22, 1º sem. 2014.

³⁹ COSTA, Rodrigo José da. **“Por uma história do golpe civil militar em Alagoas”**. In: Revista Crítica Histórica, Maceió, no V, nº 10, dezembro/2014.

⁴⁰ Exemplo desse movimento ainda novo e lento é a Revista Crítica Histórica, publicação semestral do Programa de Pós-Graduação em História - Mestrado da Universidade Federal de Alagoas. Em sua décima edição, com o tema: “os 50 anos do golpe civil-militar”, apenas um dos dez artigos era sobre o golpe em Alagoas. Revista Crítica Histórica Ano V, nº 10, dezembro/2014.

⁴¹ À guisa de exemplo: ALENCAR; Claudio. **Histórias do Rádio**. FALCÃO; Djalma. **Episódios**. MAJELLA; Geraldo. **Rubens Colaço: Paixão e Vida**. 2010, Edições Bagaço. MAJELLA; Geraldo Majella. **Mozart Damasceno, o bom burguês**. GABRIEL; Jandival Lyra. **Memórias de um Líder**. VILLAR; Jorge. **Vi, vivi, e estou contando**. ROCHA; José Moura. **Os ricos não tigem e os pobres não mitem**. PEDROSA; Walter. **Niquinha, minha flor**. JURANDIR; José. **Os crimes que abalaram Alagoas**.

⁴² CARVALHO, Cicero Pérciles de. Formação histórica de Alagoas. Maceió: Edufal, 1982.

⁴³ Idem, Ibidem.

As classes dominantes em Alagoas, através do domínio do poder econômico (seu setor mais conservador estava à frente do governo do estado), conseguiram manter o controle do poder político, afastando toda e qualquer oposição de setores da classe trabalhadora. Contudo, a derrota no campo político assegurará não uma vitória parcial, mas a manutenção das formas mais arcaicas de desenvolvimento do capitalismo alagoano. O golpe de 1964, que afasta toda possibilidade de alargamento da democracia política no Brasil, será mais comovente em Alagoas, já que conservará as formas mais perversas de exploração da classe trabalhadora alagoana, mantendo e aprofundando em Alagoas grandes desigualdades sociais.

Procuramos contribuir para a história do período militar em Alagoas, caracterizando a conjuntura social e política alagoana nas décadas de 1950 e 1960 e seus respectivos projetos políticos. Nosso recorte espacial, o estado de Alagoas, justifica-se porque o Diário Oficial em destaque, através de suas reportagens e divulgação de tudo que o Estado faz, retrata as movimentações do governo estadual e dos setores de oposição ao governo Goulart e as reformas de base.

A pesquisa tem como fonte-base os jornais do período, com destaque as edições do **DOEAL**, mas também os jornais e edições rememorativas do **Jornal de Alagoas**, **Diários de Alagoas** e **Gazeta de Alagoas**. Além dos jornais alagoanos, estenderemos nossa pesquisa para os jornais **Jornal do Brasil**, **Folha de São Paulo** e **O Globo**, pois estes foram órgãos da imprensa que estiveram articulados com o complexo IPES/IBAD. Além dos jornais, pesquisaremos os discursos dos parlamentares alagoanos na Câmara Federal e na Assembleia Legislativa e os Arquivos do IPES e de Paulo Assis Ribeiro no SIAN.

Nossa dissertação está estruturada em quatro capítulos, contando com a introdução. O segundo, intitulado “Alagoas e a ação política-liberal-conversadora nas décadas de 1950/1960”, terá como tema as abordagens historiográficas sobre o Golpe de 1964 em Alagoas, tendo como foco a atuação dos setores das classes dominantes em disputa pelo controle do estado.

O terceiro capítulo, com o título “A atuação do IPES e IBAD em Alagoas”, tem como objetivo investigar a atuação do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) como centros políticos estratégicos que organizaram a campanha político-ideológica que consumou o golpe de 1964. A ideia é compreender a atuação do IPES e do IBAD em Alagoas durante o período do governo de Luiz Cavalcante (1961-1965), analisando suas atuações a partir dos arquivos do IPES e de Paulo Assis Ribeiro.

No último capítulo, iremos analisar a relação dos Estados Unidos, a partir por sua vez da relação entre a embaixada americana e as agências responsáveis pelos programas de ajuda

econômica no estado de Alagoas, com o governador Luiz Cavalcante e seu grupo político.

CAPÍTULO 2: ALAGOAS E A AÇÃO POLÍTICA-LIBERAL-CONSERVADORA NAS DÉCADAS DE 1950/1960

Durante a governança de Luiz Cavalcante (1961-1966), em Alagoas, o Diário Oficial do estado, órgão oficial de publicação dos atos oficiais, normativos, administrativos, processuais e de comunicação em geral dos Poderes Constituídos, órgãos e entidades do Estado de Alagoas, apresentava o cotidiano político e administrativo do governador. Além dos atos oficiais dos órgãos governamentais do estado, o jornal cumpria a função de agenda pública do governador e de forma ininterrupta apresentava, com matérias jornalísticas, a defesa de projetos, encampando suas posições e batalhas políticas. Dessa forma, o jornal estampou durante todo o mês de dezembro de 1962 matérias com a defesa do presidencialismo no plebiscito que aconteceu em janeiro de 1963, pois representava a posição do governador e seu grupo político, assim como marcou todo o ano de 1964 com matérias críticas ao Governo de João Goulart.

Decorridas vinte e quatro horas após o golpe de 01 de maio de 1964, mais precisamente depois da confirmação da deposição do presidente João Goulart, o DOEAL reproduzia em suas páginas com grande destaque o papel organizativo e de liderança de Luiz Cavalcante no golpe e a posição vanguardista de Alagoas como o primeiro estado do Nordeste a repudiar a comunização do país⁴⁴.

Para além dos autoelogios prestados, as edições do jornal que decorrem nos dias após o golpe ressaltaram a atuação do governador e aliados políticos na articulação do golpe de 1964. São documentos históricos importantes para entendermos a precisão da posição ideológica das classes dominantes alagoanas⁴⁵, rigorosamente os que estavam à frente do comando político de Alagoas. Esse bloco formado pelo governador, agentes e funcionários públicos, setores ruralistas, empresários e comerciantes expressava uma identidade coletiva, política, e de classe. Opondo-se a qualquer tentativa de organização das classes populares e trabalhadoras e se colocando de forma peremptória contra as reformas defendidas pelo presidente João Goulart, as classes dominantes atuaram como forças e movimentos sócio-políticos e liberal-conservadores na construção e sustentação política do Golpe Civil-Militar de 1964, como forma de manter sua hegemonia.

⁴⁴ Diário Oficial do Estado de Alagoas. Maceió, 2 abr. 1964, pp. 1.

⁴⁵ Entendemos ideologia, conforme Eagleton, “como um corpo de idéias característico de um determinado grupo ou classe social; idéias que ajudam a legitimar um poder político dominante; idéias falsas que ajudam a legitimar um poder político dominante; comunicação sistematicamente distorcida; o processo pelo qual a vida em sociedade é naturalizada”. Eagleton, Terry. Ideologia. Uma introdução. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista: Editora Boitempo, 1997.

Neste primeiro capítulo, pretendemos compreender essa ação política das forças liberal-conservadoras na construção do Golpe de Estado de 1964 em Alagoas com a reconstituição da ação desse bloco no estado antes do período do governo de Luiz Cavalcante. Dessa forma, poderemos preencher algumas lacunas, ou desentendimentos, que marcam a memória do período, principalmente em relação ao papel desempenhado pelos setores que lideraram o golpe em Alagoas.

2.1 A conjuntura política e social alagoana em tempos de democracia incipiente

No começo dos anos 2000, os historiadores Jorge Ferreira e Lucilia Delgado lançaram a coleção *O Brasil Republicano*, quatro livros divididos cronologicamente cujo objetivo é discutir o período republicano no Brasil (1889-2016). Em seu terceiro volume, lançado em 2003, os autores organizaram os textos sobre os anos de 1945-1964 e o intitularam de *O tempo da experiência democrática*⁴⁶. A caracterização dos autores para o período de 1946-1964 como de “experiência democrática”, reflete não apenas o fim do Estado Novo e a promulgação da Nova Constituição, em 1946, mas também uma compreensão sobrevalorizada da democracia e o seu papel determinante na relação dos grupos sociais.

Para os autores, as mudanças advindas da nova Constituição dão centralidade para o período, mais precisamente com o envolvimento dos partidos políticos, as eleições periódicas, as instituições políticas de 1945 - 1964, enfim a entrada em cena da democracia liberal na política brasileira. Mas mais do que experiência democrática, este é o período do “trabalhismo”, como defendido pela historiadora Ângela de Castro Gomes em sua tese de doutorado *A invenção do trabalhismo*.⁴⁷

O termo é uma antítese ao conceito de “populismo”, defendido por Francisco Weffort, que o compreende como estilo de governo que

Só pode ser compreendido no contexto do processo de crise política e de desenvolvimento econômico que se abre com a Revolução de 1930. Foi a expansão do período de crise da oligarquia e do liberalismo, sempre muito afinados na história brasileira, e do processo de democratização do Estado que, por sua vez, teve que se apoiar sempre em algum tipo de autoritarismo, seja o autoritarismo institucional da ditadura Vargas (1937-45), seja o autoritarismo paternalista ou carismático dos líderes de massas da democracia do pós-guerra (1945-64). Foi também uma das manifestações

⁴⁶ DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. FERREIRA, Jorge. O tempo da experiência democrática. Da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Terceira República (1945-1964), coleção O Brasil Republicano. 8ª edição revista e ampliada. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

⁴⁷ GOMES, Ângela de Castro. A invenção do trabalhismo. São Paulo: Vértice, 1988.

das debilidades políticas dos grupos dominantes urbanos quando tentaram substituir a oligarquia nas funções de domínio político de um país tradicionalmente agrário, numa etapa em que pareciam existir as possibilidades de um desenvolvimento capitalista nacional. E foi sobretudo a expressão mais completa da emergência das classes populares no bojo do desenvolvimento urbano e industrial verificado nesses decênios, e da necessidade, sentida por alguns dos novos grupos dominantes, de incorporação das massas no jogo político.⁴⁸

Assim, no lugar do Populismo, alguns historiadores passaram a defender o conceito de trabalhismo. Analisando a historiografia que passa a trabalhar com o conceito de trabalhismo para melhor compreender o papel desempenhado pela classe trabalhadora, Felipe Demier critica o termo na forma que é apresentado por Ângela Gomes:

Gomes propôs a categoria de ‘trabalhismo’, inicialmente como uma rejeição implícita ao conceito de populismo. Segundo a autora, o termo ‘populismo’ seria dotado de tom pejorativo e associado a uma relação de manipulação entre um estado/sujeito e trabalhadores/objetos. Buscava-se, como a própria autora depois salientaria, entender os mecanismos de interlocução entre estado e trabalhadores, procurando atribuir a estes últimos ‘um papel de sujeito que realiza escolhas segundo o horizonte de um campo de possibilidades’⁴⁹.

O termo ganhou enorme espaço nas pesquisas históricas sobre o período de 1930 - 1964, assim, como também é referência na coletânea de Ferreira e Delgado.

No caso específico de nosso objeto de investigação, tal debate torna-se importante porque confere uma caracterização importante sobre o período, além de ser determinante para compreendermos o significado do golpe de 1964. A caracterização do período como de “experiência democrática” passa uma definição errônea dos blocos políticos envolvidos, e culmina numa compreensão da democracia como um regime de governo abstrato e estático, vazio de historicidade, sendo aqueles que ousam discordar encarados de forma igual e cujo objetivo é o mesmo: a destruição da democracia. Assim, a democracia, no caso específico liberal e conservadora, ganha ares de idealização e normalização e toda proposta de mudança é combatida. Independente do que esteja sendo proposto, todo o sinal é de igualdade, seja para expandir ou restringir a democracia existente.

Apesar das tentativas, o período, caracterizado pelos embates entre as forças políticas liberal-conservadoras e os vários setores das classes trabalhadoras, não representou um

⁴⁸ WEFFORT, Francisco C. O Populismo na Política Brasileira. 5ª ed. Rio de Janeiro: Ed Paz e Terra, 2003.

⁴⁹ DEMIER, F. A. Populismo e historiografia na atualidade: lutas operárias, cidadania e nostalgia do varguismo. Revista Mundos do Trabalho, Florianópolis, v. 4, n. 8, p. 204-229, 2013. DOI: 10.5007/1984-9222.2012v4n8p204. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/1984-9222.2012v4n8p204>. Acesso em: 29 fev. 2022.

momento democrático de fato, mas sim o estancamento de uma proposta de alargamento da democracia. No fim, uma democracia incipiente.

Assim, pela análise das ações das forças políticas liberal-conservadoras, poderemos aferir que o golpe de 1964 representou o impedimento da transição de uma “democracia restrita para uma democracia de participação ampliada, buscada pelos vários setores das classes trabalhadoras (mesmo de massas populares mais ou menos marginalizadas, no campo e na cidade⁵⁰”. Além disso, é preciso compreender essas ações dentro do movimento histórico em que ela estava inserida: as disputas político-ideológicas surgidas com a Guerra Fria que serão intensificadas com a Revolução Cubana de 1959.

O final da Segunda Guerra Mundial, em 1945, trouxe grandes mudanças ao mundo. A coalizão dos Estados Unidos da América (EUA) com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) para derrotar os nazistas refletiu na aceitação dos movimentos e partidos de orientações comunistas nos países de economia capitalista. Acreditou-se que se iniciava uma era de paz e prosperidade para todo o mundo. Contudo, o clima de hostilidade e de constante rivalidade rapidamente voltou a dominar o mundo quando, em 1947, EUA e União Soviética passaram a disputar seus projetos de sociedade, iniciando o período de disputas político-ideológicas denominado Guerra Fria. Os EUA defendendo um projeto capitalista e liberal com um discurso de defesa da livre iniciativa e da empresa privada e a URSS, o projeto socialista através da planificação econômica, da igualdade social e da democracia operária.⁵¹

Segundo Eric Hobsbawm, o final da Segunda Guerra Mundial inicia um período de “constante confronto” entre os EUA e a União Soviética que marcará o século XX⁵². Apesar de não entrarem em confronto direto, praticamente todos os conflitos acontecidos no mundo durante os anos de 1947 até 1991, data do fim da URSS, foram marcados pela disputa de projetos de sociedades das duas potências vitoriosas de 1945.

Esse ponto de partida é pressuposto para compreendermos as ações das forças políticas liberal-conservadoras de Alagoas dentro desse contexto de disputa de projetos de sociedade e de acirramento político-ideológico advindos da Guerra Fria.

O período da democracia incipiente em Alagoas tem início com o processo de desmantelamento do Estado Novo que resultará em eleições gerais e na criação dos partidos políticos nacionais, uma novidade na legislação brasileira. Findo o período do Estado Novo

⁵⁰ TOLEDO, C. N. **1964: O golpe contra as reformas e a democracia.**

⁵¹ HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos: o Breve Século XX 1914-1991.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

⁵² *Ibidem*, p. 224.

(1945), confirma-se a formação de dois blocos conservadores em disputa pelo poder: um ligado ao grupo que estabelecerá a organização da União Democrática Nacional (UDN) em Alagoas e o outro ao grupo de um dos herdeiros da família Góis Monteiro, Silvestre Péricles. Ambos grupos, com pouco destaque ou excluídos das composições do Estado Novo em Alagoas, disputarão o comando do estado durante os primeiros anos de experiência democrática.

Primeiro governador eleito pelo Partido Social Democrático (PSD), em 1947, Silvestre Péricles de Góis Monteiro reunia em seu grupo “frações conservadoras descontentes com o quadro político estadual e setores mais identificados com as camadas médias e urbanas⁵³”.

Segundo Tenório, a base do PSD e da UDN, em Alagoas, era predominantemente rural e reproduzia características conservadoras, sendo o PSD com boas aberturas para mudanças e para apelos urbanos de renovação⁵⁴. Esse é um elemento importante, pois reforça o elemento intra oligárquico nas disputas pelo controle do executivo estadual.

Nas eleições de 1950, o quadro eleitoral alagoano sofre grandes modificações. O conturbado governo de Silvestre e o seu rompimento com o PSD, a perseguição aos comunistas e aos liberais, a sua política atrabiliária, narcisista e inconseqüente provocaram o completo isolamento do populismo, que amargou uma derrota fragorosa no pleito⁵⁵.

As eleições de 1950 foram marcadas pela vitória de Arnon de Mello (UDN) e do setor mais conservador da oligarquia alagoana. Arnon de Mello era jornalista e, assim como Silvestre Péricles, descendente de família proprietária de engenho de açúcar. Sua vitória refletia o conturbado e violento governo de Silvestre Péricles, mas também a utilização da mídia nascente como ferramenta de propaganda política.

Arnon era proprietário do Jornal Gazeta de Alagoas, jornal fundado em fevereiro de 1934 e que em 1952 foi comprado pelo então governador Arnon de Mello. O jornal foi a arma literária da UDN, usado como ferramenta política contra opositores e como porta-voz político do governo na governança de Arnon.

O governo de Arnon de Mello (1950 - 1955) será marcado pela constante perseguição aos opositores, principalmente aos comunistas, além de sofrer diversas denúncias de

⁵³ TENÓRIO, Douglas Apratto. A Tragédia do Populismo. O impeachment de Muniz Falcão. 2º ed. Maceió, EDUFAL, 2007.

⁵⁴ TENÓRIO, 2007. p. 121.

⁵⁵ TENÓRIO, 2007. p. 153.

“irregularidades, mordomias, desvios de recursos públicos e má aplicação de verbas”⁵⁶. As semelhanças do governo de Arnon de Mello e de Silvestre Péricles reafirmam as disputas das frações oligárquicas pelo controle político do executivo estadual que vão se revezar no órgão estatal, mas, apesar da disputa no interior do grupo oligárquico, ambos mantinham sempre o ódio de classe ao operário/campesinato e suas ideias, principalmente as formuladas pelos comunistas.

Atuando como forças e movimentos sócio-políticos, liberal-conservadores foram importantes no plano político institucional para manutenção da estrutura socioeconômica de Alagoas, mas também como forma de anular a atuação dos trabalhadores e dos setores populares, principalmente no que tange a questão da Reforma Agrária em terras alagoanas.

Dois elementos importantes para compreendermos a ação das forças políticas liberal-conservadoras de Alagoas nos primeiros anos de experiência democrática são a questão econômica e a atuação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o movimento operário em Alagoas.

Fundado em 25 de março de 1922, o Partido Comunista Brasileiro viveu a maior parte de sua vida política na ilegalidade constitucional. Era proibido de usar a legenda do PCB para disputar as eleições, assim como tinha que manter a produção de seus materiais de forma clandestina. Em Alagoas, o partido passou a ser organizado a partir de 1924⁵⁷, vivendo em permanente vigilância das oligarquias e tendo constantemente seus dirigentes e simpatizantes vítimas de pressões e prisões.

A constante perseguição não impedirá a atuação do partido, sua “influência predominará no operariado da indústria têxtil, sobre os trabalhadores da Great Western (ferroviários) e do porto⁵⁸”, além de constituir um grupo de intelectuais que fazia ecoar a atuação do partido nos setores médios da sociedade alagoana⁵⁹. O partido também organizava um jornal semanário, “A Voz do Povo”, que mantinha bom alcance com os trabalhadores sobre os quais o PCB exercia influência, além de alcançar os setores médios da sociedade alagoana.

⁵⁶ COSTA, Rodrigo José da. O golpe civil-militar em Alagoas: o governo Luiz Cavalcante e as lutas sociais (1961 – 1964). 2013. 161 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013, p. 45.

⁵⁷ MAJELLA, Geraldo de. “Preservando a Memória: a trajetória dos comunistas em Alagoas (1924- 1991)”. In: MAJELLA Geraldo (org.). O PCB em Alagoas: documentos (1982-1990). Maceió: EDUFAL, 2010. p. 17.

⁵⁸ “[...] A classe média urbana de Maceió passou, nesse momento, a ser bastante influenciada pelas ideias do socialismo, contrapondo-se essa influência à do integralismo dominante na década de 30”. MEDEIROS, Fernando. O homo inimicus: Igreja católica e imaginário anticomunista em Alagoas. Maceió: EDUFAL, 2007.

⁵⁹ MIRANDA, Anivaldo de. Alagoas e o Golpe de 1964. Maceió, Edições do Partido Popular Socialista/PPS, 2004.

Esta influência resultou na eleição da primeira bancada comunista na Assembleia Legislativa de Alagoas, nas eleições de 1946, com três deputados estaduais: André Papini Gois, José Maria Cavalcanti e Moacir Rodrigues. A eleição dos parlamentares acontece no contexto do breve período de legalidade do PCB, entre 1945-1947. Ainda nas eleições de 1946, os comunistas apoiaram a candidatura de Rui Soares Palmeiras, da UDN, para o governo. Segundo Tenório, a posição dos comunistas era explicada mais por oposição à perseguição dos Góis Monteiro do que pela confluência programática⁶⁰.

Mas não foi apenas o anticomunismo de Silvestre de Góis Monteiro que os levaram a coligar com a UDN em Alagoas, pois os comunistas seguiam as elaborações da Internacional Comunista para os países coloniais, que afirmavam que a Revolução Brasileira passaria pela realização de tarefas democrático-burguesas, as quais acabariam com as estruturas feudais (ou semif feudais). Nesse sentido, o enfrentamento com os latifundiários (representantes feudais) se dava com a oposição a Silvestre de Góis Monteiro e seu grupo político, primeiro porque Góis Monteiro representava a posição mais conhecida das classes dominantes alagoanas; segundo pelo fato de a UDN manter aberta oposição a Góis Monteiro e aos grupos políticos que estavam a frente do Estado Novo, daí a aliança com esses representantes do setor liberal.⁶¹

A UDN foi perseguida durante todo o período do governo de Silvestre Péricles. A disputa entre os setores oligárquicos resultou em “um sério ambiente de violência no interior do Estado, foi o aspecto que tendeu a sobressair durante este governo: agressões e freqüentes trocas de tiro que, normalmente, resultava em mortes⁶²”. Diferente da UDN, o PCB não contará com nenhum espaço público para apresentar suas ideias políticas, pois após um breve período de legalidade foi considerado novamente ilegal. De toda forma, ambos sofrem com o expediente de violência do governador, mesmo estando em campos opostos na política.

Contudo o PCB sofrerá ainda mais com a violência e a repressão a seus militantes, principalmente quando da perda da legalidade, em 1947. Segundo Costa, a cassação do partido pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) deu ao governador a possibilidade de “perseguir ‘legalmente’ os comunistas: o jornal do partido foi empastelado, as células foram fechadas,

⁶⁰ TENÓRIO, 2007. p. 159.

⁶¹ VIANA, Hitallo P. A. **A imprensa alagoana e o golpe civil-militar de 1964**. Dissertação (Trabalho de Conclusão de Curso). Universidade Federal de Alagoas. Maceió, p. 29.

⁶² COSTA, Rodrigo José da. Sob o signo do sangue: a trajetória republicana em Alagoas e a sinfonia da violência em tom maior (1930 – 1964). Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011.

várias prisões arbitrárias efetivaram-se e, em outubro daquele ano, os três deputados eleitos pelo partido foram presos⁶³”.

Lessa⁶⁴ e Majella⁶⁵ apontam que a perseguição aos comunistas, durante o governo de Silvestre Péricles, era motivada por conta da disputa pela hegemonia no movimento operário. O trabalho de organização dos trabalhadores e as ideias de reforma social defendidas pelos comunistas aumenta o seu prestígio, contudo se tornava o principal motivador das classes dominantes para a perseguição ao PCB, que mesmo com a mudança do grupo político no governo de Alagoas continuam sendo perseguidos.

O crescimento do prestígio dos comunistas acontecia principalmente nos setores populares e de trabalhadores e causava apreensão nas classes dominantes, pois começava a irradiar para o interior. Em um estado de base agrária, era preciso barrar a politização e organização dos trabalhadores para não contaminar os trabalhadores do campo, por isso a severa vigilância e perseguição. Apesar das discordâncias, as oligarquias alagoanas se mantêm unidas, através do discurso e ação anticomunista e na defesa da grande propriedade, deixando uma pequena margem de atuação para os comunistas.

Mesmo sendo uma pequena organização, o PCB despertava a ira e o medo das classes dominantes alagoanas.

É preciso realçar que os próprios comunistas modificarão sua atuação. Com a morte do presidente Getúlio Vargas, em 1954, o PCB irá rever seus posicionamentos. Outrora opositor de Vargas, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), e da sua política, o PCB passa a ser um dos principais aliados dos trabalhistas. A aproximação com setores do PTB foi resultado da confluência do programa para o Brasil: nacional-desenvolvimentismo e expansão da democracia. Essa política será sentida em Alagoas na relação que o PCB construirá com o governador Muniz Falcão, governador próximo do ideário do trabalhismo defendido por Getúlio Vargas e pelo PTB.

O outro elemento para compreendermos a ação das forças políticas liberal-conservadoras está relacionado com a economia alagoana, principalmente no que se referia a questão da terra.

⁶³ COSTA, Rodrigo José da. O golpe civil-militar em Alagoas: o governo Luiz Cavalcante e as lutas sociais (1961 – 1964). 2013. p. 44.

⁶⁴ LESSA, Golbery. “Os principais momentos do PCB em Alagoas.” In: SALDANHA, Alberto. A Indústria Têxtil, a classe operária e o PCB. Maceió: Edufal, 2011. p. 98.

⁶⁵ MAJELLA, Geraldo de. “Preservando a Memória: a trajetória dos comunistas em Alagoas (1924- 1991)”. In: MAJELLA Geraldo (org.). O PCB em Alagoas: documentos (1982-1990). Maceió: EDUFAL, 2010. p. 19.

A grande propriedade agrária, pecuária e agroindústria, que tem sido, desde a época da colonização, o centro da nossa sociedade, apesar de sempre incorporar substanciais desenvolvimentos tecnológicos e fazer outras mudanças para adequar-se às conjunturas, reproduz continuamente um padrão técnico e gerencial abaixo de seus concorrentes brasileiros e internacionais, uma produtividade agrícola e industrial inferior, uma situação financeira instável, uma relação predatória com o meio-ambiente, o aparelho do Estado, a infraestrutura pública e a mão-de-obra⁶⁶

As forças políticas da classe dominante alagoana foram formadas predominantemente pelas famílias donas das grandes propriedades agrária, pecuária e agroindustrial. Tenório descreve a formação do PSD e da UDN, partidos que governaram nos primeiros anos da experiência democrática, como partidos de base rural e com características conservadoras⁶⁷. O que reforça a compreensão de governos e disputas oligárquicas que marcam a governança de Silvestre Péricles e Arnon de Mello. Moura é ainda mais enfático:

adjetivar a UDN como um partido de bases açucareiras é comprovadamente plausível, mas pode dar a impressão de que o PSD possuía um perfil diferente disso ou antagônico: entre os pessedistas, igualmente havia muitos usineiros e empresários, e ambos estavam no legislativo unicamente para defender as elites agrárias e industriais. Não por menos, Tenório caracteriza o PSD como “híbrido” e, seguindo a argumentação de Miguel Bodea, une pessedistas e udenistas no mesmo perfil ideológico: liberal-conservador. As raízes são as mesmas.⁶⁸

A questão da terra é determinante para entendermos as ações das forças políticas liberal-conservadoras. Se por um lado a atuação do PCB podia ser “controlada” pela repressão, principalmente para estancar as ideias comunistas de propriedade social dos meios de produção, por outro vivia-se um período histórico de discussões sobre a função social da terra e sobre a Reforma Agrária que eram parte de um amplo e “rico debate político, ideológico e cultural que se processava em órgãos governamentais, partidos políticos, associações de classe, entidades culturais, revistas especializadas (ou não), jornais etc”⁶⁹. Ou seja, era impossível conter o debate sobre a Reforma Agrária, pois era maior que o PCB. Assim, os setores liberais conservadores precisavam apresentar suas propostas e também mobilizar em defesa de seus projetos sociais e econômicos.

⁶⁶ LESSA, Golbery. Uma nova Alagoas é possível. In: <http://novoirisalagoense.blogspot.com/2006/12/uma-nova-alagoas-possvel.html>. Acesso em 06 jan. 2022.

⁶⁷ TENÓRIO, 2007. p. 140.

⁶⁸ MOURA, 2017. p. 43.

⁶⁹ TOLEDO, C. N. 1964: O golpe contra as reformas e a democracia In: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882004000100002&script=sci_arttext. Acesso em 06 de jan de 2021.

Nos primeiros anos de experiência democrática, a resposta foi a repressão para o controle dos setores populares, sem quase nenhuma concessão, pois era necessário manter intacto o processo de modernização que acontecia nesse período. O fim da década de 1940 e o começo da década seguinte marcaram “um novo período da expansão do cultivo da cana, com a incorporação das terras de tabuleiros localizadas a oeste e ao sul do estado, desencadeando um processo de modernização da agroindústria canavieira em Alagoas⁷⁰”.

As áreas de cultivo da cana de açúcar sempre estiveram localizadas “nos vales úmidos irrigados por rios, as várzeas, bem como as colinas suaves encravadas nos tabuleiros, as encostas”⁷¹. Contudo, a necessidade constante de expansão da lavoura açucareira levou ao domínio das áreas de tabuleiros com o uso de espécies “mais rústicas e resistentes” e a aplicação de adubos químicos em larga escala⁷². Segundo Heredia

“Esse processo de expansão redundou num aumento significativo no número de grandes propriedades e, principalmente, na instalação de novas e grandes usinas e destilarias de álcool. Estas foram, de fato, as principais responsáveis pela introdução daquilo que localmente denomina a ‘modernização’: processo de inovações tecnológicas, financiado pelo Estado através do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) e dirigido tanto ao setor agrícola como – fundamentalmente – ao industrial.⁷³”

A década de 50 inicia com a preponderância dos mesmos setores econômicos: a grande propriedade agrária, pecuária e agroindústria, reforçando as historicamente arcaicas relações de produção, mantendo a prevalência da exportação sobre o mercado interno, já que o produto final da indústria açucareira era enviado para fora do Brasil.

O desenvolvimento econômico e a modernização capitalista em Alagoas resultaram em uma maior “concentração de terras, o aumento da produtividade agrícola, a expansão do cultivo”. Neste processo, “a população alagoana foi vítima de uma cruel exclusão social”, pois ele tornava grandes contingentes de mão-de-obra desempregada e sem acesso à terra⁷⁴. A modernização capitalista alagoana na década de 1950 não romperá os entraves do capitalismo alagoano, ao contrário, o seu efeito será o de manutenção da grande propriedade agroindustrial.

⁷⁰ MEDEIROS, 2007. p. 95

⁷¹ LIMA, Araken Alves de. Evolução da agroindústria canavieira alagoana no século XX. Maceió: EDUFAL, 2014, p. 79.

⁷² LIMA, Evolução da agroindústria canavieira..., op. cit., p. 82.

⁷³ HEREDIA, Beatriz M. A. de; Formas de dominação e espaço social: a modernização da agroindústria canavieira em Alagoas. São Paulo: Marco Zero. 1988, p. 11.

⁷⁴ MEDEIROS, 2007. p. 97.

Esse elemento é norteador das ações das classes dominantes: a manutenção da grande propriedade. A contenção da organização sindical, principalmente a do campo, se tornou o símbolo de combate e sinal de vida já que poderia afetar as formas mais diretas e amplas de dominação ligadas à estrutura canavieira. E parecia estar funcionando durante as gestões de Silvestre de Góis Monteiro e Arnon de Mello.

Contudo, o período é cortado pela intensificação das lutas sociais. Muitos historiadores apontam como um dos momentos mais intensos, dinâmicos e significativos na luta de classes, e com a marca das forças populares e operárias⁷⁵. Vários setores das classes trabalhadoras (mesmo de massas populares mais ou menos marginalizadas, no campo e na cidade) contavam com crescente espaço político e aumento do processo de sindicalização. E essas ideias chegam a Alagoas.

Mas antes do teste final, em 1964, as oligarquias anteciparam o clímax no embate com a experiência de Muniz Falcão no Governo de Alagoas.

2.2 Uma curva na história de Alagoas: o Governo Muniz Falcão

Em 1995, o historiador alagoano Douglas Apratto Tenório lançou o livro *A tragédia do populismo – O impeachment de Muniz Falcão*. A tese apresentada pelo livro era a de que o governo de Sebastião Marinho Muniz Falcão, 1955 - 1961, “exercitava com maestria o populismo⁷⁶” em terras alagoanas.

Tenório encara o populismo como a “expressão das classes populares no cenário político. Essa emergência, sem retorno possível no momento da crise de 1929 propiciaria uma ruptura de hegemonia da política oligárquica⁷⁷”. Nesse sentido, afirma que “os tempos de Muniz” representaram a “plenitude da experiência populista em Alagoas, com mobilização política das classes populares, ampliação e fortalecimento das lutas ideológicas sob a sombra de uma grave crise político-institucional⁷⁸”.

⁷⁵ São exemplos dessa perspectiva: **O colapso do populismo no Brasil** de Octávio Ianni; **O governo João Goulart: As lutas sociais no Brasil** de Moniz Bandeira; **1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe** de René Dreifuss; **O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe de 1964** organizado por Jorge Ferreira e Lucilia Almeida Neves de Delgado. **1964 visões críticas do golpe: Democracia e reformas no populismo**, livro organizado por Caio Navarro de Toledo.

⁷⁶ TENÓRIO, 2007. p. 13.

⁷⁷ TENÓRIO, op. cit. p. 13.

⁷⁸ TENÓRIO, op. cit. p. 185

O governo Muniz seria a representação do populismo em Alagoas, o “munizismo”, sendo o governador o líder populista que, com seu carisma, “ao mesmo tempo que procurava manipular as massas para que elas se enquadrem dentro dos limites por ele impostos, também ativa mecanismos de velhas aspirações⁷⁹”. Assim, compreende a liberdade de atuação do PCB e o apoio dos sindicatos e dos comunistas ao governo de Muniz Falcão.

Sob esses pressupostos, o historiador se debruça sobre o momento mais controverso do governo de Muniz Falcão: a tentativa de *impeachment* que sofreu em setembro de 1957. Segundo Tenório:

Apesar do caráter moderado de suas intenções reformistas, o governo Muniz Falcão entrou em rota de irreversível colisão com as oligarquias quando instituiu a Taxa Pró-Economia, de Educação e Saúde, atingindo o açúcar, principal produto da economia local. O imposto foi criado para garantir um mínimo de realizações na área social (...).⁸⁰

A lei proposta tinha como objetivo taxar a produção da cana-de-açúcar, tecidos, fumo, arroz, álcool, cana-de-açúcar e o coco. O primeiro enfrentamento, advindo da lei, foi a perda da maioria da bancada governista na Assembleia Legislativa (passando de 23 deputados estaduais para apenas 13). A segunda é uma crise política criada por seus adversários, com uma campanha de difamação contra o governador e seus aliados, além de instaurar um clima de violência que culminará no tiroteio da Assembleia Legislativa, no dia 13 de setembro de 1957, data da votação do pedido de *impeachment*.

Embora admitindo que os elementos oligárquicos e reacionários das classes dominantes alagoanas são os responsáveis pela tentativa de barrar as reformas, que tinham como objetivo minimizar carências nas condições de vida das classes mais populares e trabalhadoras, Tenório suprimiu a atuação da classe trabalhadora. Se as classes dominantes atuam como classe que defende seus interesses, os setores populares e os trabalhadores são escamoteados e encaixados como arquétipos do governador Muniz Falcão. Assim, os trabalhadores não aparecem em seu livro, e “nem precisa” já que o movimento dos trabalhadores é o movimento do governador.

Apratto defende que a atuação da oposição a Muniz Falcão, a tentativa de *impeachment*, foi um campo de teste golpista que seria concretizado e teria maior amplitude com a deposição de João Goulart em 1964. Isto porque as lideranças que compõem a oposição são formadas por personagens que atuaram na construção do golpe de 1964 em Alagoas, e também pelas lideranças da UDN nacional.

⁷⁹ TENÓRIO, op. cit. p. 21.

⁸⁰ TENÓRIO, op. cit. p. 16.

A caracterização de governo populista, na obra de Apratto, é uma tentativa de explicar Muniz Falcão. Acreditamos que a própria tese de Weffort sobre o populismo – “substituição da oligarquia nas funções domínio político”, neste caso de um estado “tradicionalmente agrário” em vista de um “desenvolvimento capitalista nacional⁸¹” – não é adequado para analisar o governo Muniz Falcão.

Em sua tese de doutorado, com o objetivo de entender a situação em que “viviam e atuavam os têxteis maceioenses” durante o governo de Muniz Falcão, o historiador Anderson Vieira Moura percorrerá o período de 1956 a 1961 a fim de acompanhar os trabalhadores das indústrias e sua relação com o governo de Muniz Falcão e a atuação sindical desses trabalhadores. Apesar do foco no cotidiano dos trabalhadores têxteis, Moura concentrar-se-á em seu primeiro capítulo na governança de Muniz Falcão, nos partidos de sua base aliada e nos principais acontecimentos de sua gestão, juntamente com as eleições de 1955 e de 1960.

Neste sentido, Moura, analisando a gestão de Muniz Falcão, aponta que a leitura do período é importante para compreender o significado do governo. Governando numa época em que o planejamento era mote importante dos governos, Muniz Falcão “pegou carona na proposta desenvolvimentista” de Juscelino Kubitschek e acabou se destacando mais por comparativo aos governos anteriores, que eram marcados por forte conservadorismo, do que por uma proposta de mudanças radicais:

Muniz Falcão foi o único dos quatro governadores do período a realizar uma gestão progressista no sentido de haver uma tentativa palpável de englobar toda a sociedade alagoana e não apenas as elites agrárias (canavieiras) e industriais (têxteis), como era de praxe. Recebeu e aceitou o apoio dos comunistas (único momento em que não houve perseguições arbitrárias aos militantes) e buscou atender algumas das aspirações da classe trabalhadora – mesmo de forma tímida e em várias ocasiões de maneira indireta.⁸²

O contraste da gestão de Muniz Falcão não fica circunscrito apenas aos governos anteriores, mas também à composição da Assembleia Legislativa alagoana. Nascido em Pernambuco, Muniz Falcão chegará em Alagoas em 1942 como Delegado do Trabalho e com a tarefa de cumprir a legislação trabalhista, conseguiu apoio dos setores populares e de trabalhadores e a insatisfação dos setores empresariais, principalmente os usineiros. Muniz chegou a ser transferido de Alagoas, em 1945, mas fora reconduzido ao cargo em 1949, com a eleição de Silvestre Péricles de Góis Monteiro para governador. O histórico de Muniz Falcão,

⁸¹ WEFFORT, Francisco C. O Populismo na Política Brasileira. 5ª ed. Rio de Janeiro: Ed Paz e Terra, 2003.

⁸² MOURA, p. 38.

mesmo com ligação com o governo conservador de Silvestre Monteiro, era de político progressista e empenhado no planejamento do Estado e no cumprimento das leis. Segundo Costa,

Muniz Falcão passou a representar outra experiência política. A tarefa de fiscalizar as relações trabalhistas, formar sindicatos no sentido de expandir a sindicalização entre os trabalhadores, divulgando os direitos dessa classe, fazia dele um político comprometido com as transformações que estavam em curso na economia e sociedade brasileira.⁸³

Por seu histórico de fiscalizador da legislação do trabalho, Muniz Falcão era considerado *persona non grata* pelos setores empresariais alagoanos, principalmente os setores ligados à agroindústria. Ao mesmo tempo, em uma época de mobilizações dos setores populares, sua atuação de apoio aos direitos trabalhistas o aproxima dos trabalhadores de forma geral e dos operários de maneira particular.

A eleição de 1955, que consagra Muniz Falcão como governador, mantém uma Assembleia Legislativa hegemonicamente composta por uma elite dominante ultraconservadora e ligada às famílias oligárquicas.

O trabalho de Moura é preciso ao descrever que o governo de Muniz Falcão governou num ambiente de crise política, principalmente com a oposição dos representantes das oligarquias rurais na assembleia, e uma crise econômica resultado de um grande déficit financeiro da gestão anterior (Arnon de Mello da UDN):

Sem muitas opções e com uma grave crise econômica em seu primeiro ano de mandato, o governador criou a Taxa Pró-Economia, Educação e Saúde, sancionada pela Lei n. 2013 de 22 de outubro de 1956, para vigorar a partir de 1957 (...) com essa lei, Muniz Falcão se chocava frontalmente com as elites locais, com um “imposto criado para garantir um mínimo de realizações na área social”. Considerada “o estopim do inconformismo” de uma “poderosa coalizão”, a medida, entretanto, teve vida curta: no dia 21 de maio de 1957, o Tribunal de Justiça do Estado considerou-a inconstitucional.⁸⁴

Em mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas em 21 de abril de 1957, o governador Muniz Falcão afirma: “muito tem contribuído para o decréscimo da

⁸³ COSTA, op. cit. p. 46

⁸⁴ MOURA, p. 85.

arrecadação a obstinada atitude assumida por alguns grupos econômicos, que se recusam a recolher aos cofres estaduais a Taxa Pró-Economia, Educação e Saúde.⁸⁵”

A proposta de lei tinha como objetivo taxar a produção de açúcar, tecidos, fumo, arroz, álcool, cana-de-açúcar e o coco. A crise política, principalmente com o assassinato do deputado udenista Marques da Silva na cidade de Arapiraca, culminará com o pedido de *impeachment* e intervenção federal no estado.

No dia da votação do pedido de impeachment, numa sexta-feira, em 13 de setembro de 1957, a Assembleia Legislativa alagoana foi palco de um tiroteio entre deputados apoiadores do governador e deputados da oposição. A sessão terminou com a morte de um deputado e de diversas pessoas feridas. Moura, assim como Tenório, aponta que a sessão foi acompanhada nas ruas ao redor do prédio da assembleia por diversos trabalhadores que apoiavam o governador. Por fim, a lei e o *impeachment* não são estabelecidos, o governador termina o mandato, mas não consegue aprovar a Taxa Pró-Economia e nem realizar grandes mudanças na estrutura alagoana.

A gestão de Muniz Falcão buscou atualizar Alagoas aos novos tempos, tentou modificar alguns aspectos do perfil econômico do estado, mas foi barrado pelos representantes dos setores oligárquicos na assembleia, contudo, conseguiu trazer elemento de planejamento estadual.

Segundo Moura:

(...) as principais realizações de Muniz Falcão seriam sentidas, de fato, na gestão seguinte. Muitas de suas ações eram a longo prazo, cujos frutos foram colhidos em governos posteriores. Uma das mais significativas foi a criação da CODEAL (Comissão de Desenvolvimento de Alagoas) em maio de 1959, com o objetivo de coordenar e planejar as ações econômicas do Estado. O órgão tinha como função básica conseguir os meios para viabilizar na prática os estudos realizados por outras entidades a fim de impulsionar a economia.⁸⁶

Apesar das contradições na relação dos trabalhadores com o governo de Muniz Falcão, Moura e Tenório apontam elementos progressistas na gestão e uma tentativa de pensar um projeto para Alagoas que não envolvesse apenas as elites agrárias e industriais durante o período do mandato do governador. Entretanto, a atuação dos representantes desses setores, principalmente através da Assembleia Legislativa, impediu as mudanças defendidas pela governança de Muniz Falcão.

⁸⁵ Muniz Falcão, apud Moura. APA, FALCÃO, Muniz. Mensagem apresentada pelo governador Muniz Falcão à Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas em 21 de abril de 1957. Maceió: Imprensa Oficial, 1957, p. 57.

⁸⁶ MOURA, p. 108.

Muniz Falcão, mesmo tendo aliados em setores das oligarquias, como seu sogro, o deputado estadual e comerciante de Palmeira dos Índios Humberto Mendes, era visto como um ponto fora da curva dos governos alagoanos. A proposta de recolhimento da Taxa Pró-Economia, Educação e Saúde, que afetava os principais setores da economia alagoana, reafirmou a visão de desconfiança das classes produtoras e a tentativa de *impeachment* fora a forma de parar qualquer possibilidade de mudanças sociais. Contudo, mesmo derrotando o *impeachment*, o governo não conseguiu impor mudanças na estrutura alagoana, apesar de trazer importantes aspectos na questão de planejamento do trabalho do estado. Entretanto, é importante frisar, esses elementos de planejamento não afetam a grande propriedade agropecuária e agroindustrial e serão colhidos mais pelo futuro governo do que pela governança de Muniz.

Nas eleições de 1960, o prestígio do governador não resultou em vitória do candidato, ou melhor dos candidatos, apoiados por Muniz Falcão ou oriundos de seu governo.

(...) em 1960 colocaram os nomes de três candidatos ligados ao governador Muniz Falcão, Abraão Fidélis Moura do PSP, Silvestre Péricles pelo PDC e Ari Pitombo representando uma aliança entre PSD e PTB, contra o candidato da chapa UDN/PL, o então major Luiz de Sousa Cavalcante. Na eleição para governador, em 3 de outubro de 1960, a disputa interna ao grupo de Muniz Falcão provocou uma divisão que inviabilizou o lançamento de uma única candidatura, ao contrário, lançaram-se três candidatos. O resultado foi a vitória do candidato da UDN. O Major Luiz Cavalcante, embora tenha perdido para Silvestre Péricles na capital e para Abraão Moura no interior do estado, dois dos três candidatos vinculados a Muniz Falcão, no cômputo geral ganhou a eleição por pequena margem de votos. O resultado das eleições de 1960 foi: para Governador o Major Luiz de Souza Cavalcante, registrado pelo PL e UDN (...).⁸⁷

As eleições de 1960 não mantiveram o mesmo agrupamento no poder político de Alagoas. A dispersão do grupo de Muniz Falcão em três candidaturas acarretou a derrota da continuidade da experiência de projeto de Alagoas para além dos setores agrários e industriais. A divisão também ajudou a construção de uma resposta oligárquica, pois o prestígio de Muniz Falcão emperra a unicidade e fragiliza principalmente a indicação de nomes dos partidos UDN e PSD para encabeçar uma chapa.

Os setores das oligarquias que se encontravam organizados na UDN e PSD, por não terem construído uma unidade, são obrigados a apoiar a candidatura do Major Luís Cavalcante pelo Partido Liberal (PL), indicando o usineiro e deputado estadual Teotônio Vilela (UDN) para vice-governador. Contando com a divisão dos candidatos de Muniz Falcão, a chapa PL/UDN coloca a oligarquia novamente no comando político do estado.

⁸⁷ COSTA, p. 59.

O governo de Muniz Falcão representou a primeira experiência de embate entre duas propostas de modernização: a proposta reformista de ampliação da democracia com desenvolvimento econômico e a proposta de manutenção da composição econômica e política. A derrota da proposta de taxaço dos setores econômicos e a vitória de Luiz Cavalcante para o governo de Alagoas, em 1960, representou uma derrota na tentativa de mudanças sociais em Alagoas. O novo governador ainda será o grande porta-voz das oligarquias no estado, e ocupará posição destacada na construção do Golpe Empresarial-Militar de 1964.

Engenheiro formado pelas Forças Armadas na Escola Militar de Realengo, Luiz Cavalcante entrou na política no governo de Arnon de Mello e em 1954 elegeu-se suplente do senador Rui Palmeira (UDN). A ligação foi estremecida quando se elegeu deputado federal pelo PSD, em 1958, que era parte da coligação com PTB e PRP, mas voltou quando Cavalcante foi eleito governador de Alagoas. Esta vitória é a representação objetiva dos planos da elite alagoana: manutenção da grande propriedade agrária, pecuária e agroindustrial, além da expulsão dos setores da classe dos trabalhadores de qualquer tentativa de participação política.

A vitória de Luís Cavalcante, para além da volta da fração mais conservadora ao poder político, representou a impossibilidade de diálogo entre a proposta de alargamento da democracia (representado pelo governo do presidente João Goulart na presidência do Brasil) e o governo de Alagoas, pois o poder econômico manterá o domínio sobre Alagoas e ainda afastará o estado da influência das reformas defendidas pelo presidente.

No próximo capítulo, analisaremos como a atuação do governo de Luiz Cavalcante construiu, em Alagoas, um clima propício ao apoio à deposição do presidente João Goulart; e como o governador criou a imagem de um governo preocupado com os problemas sociais do estado, principalmente no que tange à Reforma Agrária, o maior perigo para a elite alagoana, contrapondo, dessa forma, a imagem do governador à do presidente, que desrespeitava a Constituição brasileira. Além disso, iremos analisar a relação do governo de Luiz Cavalcante com o IBAD, o IPES e com entidades envolvidas na deposição de João Goulart.

CAPÍTULO 3: A ATUAÇÃO DO IPES E IBAD EM TERRAS ALAGOANAS

Comerciantes e latifundiários formaram um exército particular de 10.000 homens sob a supervisão do próprio Secretário de Segurança, Coronel João Mendonça, todos treinados para sabotagem e luta de guerrilhas. Dos 28 grupos empresariais organizados no estado, 22 dispunham de pelo menos 150 homens e 15.000 litros de combustíveis cada um. Para cada metralhadora foram distribuídos 1.000 tiros. E a esse Estado-Maior de fazendeiros e comerciantes se somaram 1.800 produtores de açúcar e pequenos proprietários, levando cada um pelo menos cinco homens armados. O governador Luiz Cavalcante apoiava este empreendimento, que se inseria, sem dúvida, numa estratégia global, pois Alagoas, pela sua situação geográfica, constituiria, como estado-tampão, uma cunha entre Pernambuco e Sergipe, cujos governadores, Arraes e Seixas Dória, se identificavam, com o programa de reformas. A organização desse exército clandestino, com know-how da CIA, custou cerca de 100 milhões de cruzeiros⁸⁸.

O texto acima é de Moniz Bandeira, no livro “*O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964*”. A afirmação foi feita a partir de uma matéria do jornal *O Globo*, de 11 de abril de 1964⁸⁹, e é usada como referência da atuação de forças de direita e da ingerência do governo e de agências dos Estados Unidos na América nos governos estaduais brasileiros, durante o governo de João Goulart.

A matéria, também reproduzida no jornal *Folha de São Paulo*⁹⁰, não tem assinatura, não revela as fontes e não apresenta os elementos que levaram a afirmação apresentada pela reportagem. Em sua dissertação de mestrado, Rodrigo Costa aponta que “um dado interessante desta informação é que ela não consta em nenhum jornal alagoano, o que se torna bastante difícil de avaliar o quanto ela é verdadeira⁹¹”. A falta de fontes e o silenciamento dos jornais alagoanos sobre este tema específico geram incertezas sobre a veracidade dos fatos, contudo a atuação de setores das classes dominantes alagoanas e do próprio governo do estado apontam para mobilizações classistas no estado e que muitas delas contaram com grupos armados e financiados.

A reportagem coincide com a passagem do governador alagoano Luiz de Souza Cavalcante pelo Rio de Janeiro, apesar da *Folha de São Paulo* apontar que o texto fora gerado

⁸⁸ BANDEIRA, Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964*. São Paulo: Editora UNESP, 2010. 8ª edição. p. 250.

⁸⁹ “Alagoas preparou exército civil para resistir 2 meses a uma Revolução Comunista.” In: *O Globo*, 11 abr. 1964.

⁹⁰ “Alagoas tinha 10 mil para contra atacar.” In: *Folha de São Paulo*. 11 abr. 1964. p. 10.

⁹¹ COSTA, O golpe civil-militar..., op. cit., p. 141.

a partir de Pernambuco. O que mostra que as fontes, ou a fonte, possivelmente, possam ter uma ligação direta com o governador Luiz Cavalcante ou mesmo com sua equipe de governo, pois na mesma semana a **Folha de São Paulo** apresentou entrevista com o governador, quando alguns dias antes Luiz Cavalcante havia comparecido na posse do ditador Marechal Humberto de Alencar Castello Branco na Presidência da República, no dia 09 de abril de 1964, fato também relatado no **Diário Oficial de Alagoas**⁹².

As reportagens apresentadas nos jornais **Folha de São Paulo** e **O Globo** são partes do discurso dos vitoriosos alagoanos e converge com os interesses dos apoiadores do golpe no estado, reforçam uma narrativa que colocava o governador como um líder de grande capacidade de mobilização, organização e protagonismo, junto com o seu grupo político, na construção do golpe de 1964. Naquele momento e nos anos seguintes, Luiz Cavalcante insistirá nessa narrativa, como parte da construção de sua liderança e em busca de apoio interno e externo, colocando o estado de Alagoas, a partir de seu governo, com um papel determinante para o surgimento do novo regime.

Rodrigo Costa, analisando o governo de Luiz Cavalcante aponta que o governador procurou se mostrar como uma liderança de destaque do golpe empresarial-militar e um grande articulador desse sistema em Alagoas⁹³, mas mais que ações concretas o “major”, como era popularmente conhecido, e seus correligionários apresentaram uma série de acontecimentos mais ou menos encadeados, reais ou imaginários, por meio de seus discursos e entrevistas que apontam para uma atuação de setores organizados na construção do golpe em Alagoas. Fizeram isso não apenas no período após o golpe, como reproduziram o mesmo discurso durante todo o período em que estiveram vivos.

Em entrevista na extinta revista alagoana **Última Palavra** de 18 de novembro de 1988, Luiz Cavalcante afirma sua “destacada e atuante participação na ‘revolução de 1964’”. Segundo a reportagem:

É o próprio Luiz Cavalcante quem relembra o fato e sua reação: “mandei chamar o comandante do avião e mandei que voltasse para São Paulo. Não aceitei a generosidade do Ademar. O avião em Maceió era até uma tentação“. O plano, segundo o “major”, era fugir, caso houvesse fracasso, para algum país da América do Sul. A “revolução” conseguiu seu objetivo, mas logo depois um dos cassados foi justamente Ademar de Barros, que havia enviado o avião para uma possível fuga. “Senti muito a sua cassação.

⁹² “Governador LC presente a posse do general Castello Branco na Presidência” In: **Diário Oficial de Alagoas**. 17/04/1964. p. 1.

⁹³ COSTA, **O golpe civil-militar...**, op. cit.

Convivi com ele várias vezes, na fase de articulação do movimento”, lembra o general.⁹⁴

Em discurso no Recife, em 1964, Cavalcante afirma sua articulação com os opositores de Goulart e destaca sua participação:

Mas aí começou a articulação revolucionária que não data de poucos dias, que já vem de muito tempo. Fui ao Rio várias vezes, tive vários contatos com ilustres líderes militares a começar pelo Mal. Denys, que não sei se lhe agrada dizer que foi o Chefe espiritual deste movimento. Jamais escondi a minha aversão ao governo passado. Nas entrevistas, nos pronunciamentos de televisão, jamais escondi a minha condição de insatisfeito com o regime vigente. E ainda a 26 de março, respondendo a uma carta do meu amigo Carlos Lacerda (palmas, muitas palmas) eu lhe respondia textualmente assim: Meu caro Lacerda, a minha resposta a sua carta é chuva no molhado: estou com você para o que der e vier.⁹⁵

Muitos dos jornais atribuem a grandeza do governador ao episódio de cancelamento do comício pelas reformas⁹⁶ que aconteceria em Alagoas. O comício aconteceria na capital Maceió, no parque Rodolfo Lins (antiga Praça do Pirulito), no bairro da Levada, no dia 29 de março, foi cancelado pela Secretaria de Segurança Pública de Alagoas (SSP-AL) que alegava a possibilidade enfrentamento entre os oponentes favoráveis e contrários ao comício.

Entretanto, o governador junto com os partidos PSD e UDN, setores da burguesia alagoana, a Igreja Católica e outros segmentos da sociedade, dentre eles uma entidade de mulheres que se autodenominavam “defensoras da pátria”, realizaram uma mobilização no mesmo dia, na Praça Deodoro que ficava próxima ao local do ato cancelado. E o comício cancelado acabou se tornando apenas um ato simbólico pela legalidade do PCB e em defesa das reformas de base, realizado na sede do sindicato dos petroleiros, mas fora terminado com forte repressão da Polícia estadual, a mando do governador.⁹⁷

⁹⁴ A reportagem e entrevista foi publicada originalmente na revista *Última Palavra*, em 18 de novembro de 1988. O texto final foi de Dênis Agra e a entrevista foi concedida aos jornalistas Joaldo Cavalcante e Dênis Agra. Depois foi publicado no site história de Alagoas. IN: <https://www.historiadealagoas.com.br/as-historias-do-major-em-1988.html>. Acesso em: 20 de dez. 2021.

⁹⁵ “Governador no Recife: ‘meu grande orgulho é ter chegado a ser o chefe de governo em meu estado’” In: Diário Oficial. 18/01/1964. p. 1. Apud COSTA, **O golpe civil-militar...**, op. cit.

⁹⁶ Com o objetivo de mobilizar a população em favor das reformas de base, Goulart apoia e participa dos comícios em defesa das reformas. O primeiro foi realizado em 13 de março de 1964 na Central do Brasil no Rio de Janeiro, contou com a participação dos setores nacionalistas e de esquerdas que apoiavam Goulart, juntamente com a presença do próprio presidente. Com frases em defesa das reformas de base, o comício tinha como objetivo agitar as bandeiras das reformas e ampliar para os estados a defesa das reformas de base.

⁹⁷ LINS. Enio. **Alagoas: pastoril de trágicas jornadas.** In: http://www.fundaj.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1998%3Acc-alagoas-pastoril-de-tragicas-jornadas&catid=58&Itemid=414. Acesso em 29 de dez. 2021.

O fato de ter impedido o comício do dia 29 fez com que o Luiz Cavalcante gozasse de muito prestígio. Durante todo o mês de abril, o DOEAL publicará diversas mensagens que o governador recebeu parabenizando-o pela proibição do comício em defesa das reformas de base. O comício foi um dos maiores atos do governo e serviu como propaganda do governo e de exemplo para prefeitos alagoanos, em uma das mensagens o prefeito de Porto Real do Colégio afirma:

Quando iniciou o movimento em MG autorizei instalar serviços de alto falantes no município e conchamar os municípios a nos unirmos em defesa de nossa Constituição e apoiarmos ao governo do bravo general LC. Nesta oportunidade, usei da palavra ocasião que hipotequei irrestrita solidariedade a Vossa Excelência pela atitude tomada desde o início de seu governo e confirmada no último domingo quando não permitiu que os comunistas fizessem comício na capital alagoana. (Edmundo Tojal Donato, prefeito de Porto Real do Colégio)⁹⁸

Luiz Cavalcante soube aproveitar da exposição e de fato vendeu sua imagem de protagonista do golpe. Se pensarmos que o golpe estava sendo planejado, mas que a ação do general Olímpio Mourão Filho acabou sendo precipitada, apesar de vitoriosa, o governador ter barrado o comício das reformas foi uma atitude de grande ousadia. Depois do golpe a ação de fato acabou rendendo prestígio pessoal ao governador e ao estado de Alagoas.

Contudo, a importância nacional e o destaque do “Major” Luiz Cavalcante talvez não tenha sido tão grandiosa como ele insistiu em transmitir e como de fato as ações acabaram acontecendo. Um exemplo é a reivindicação do governador alagoano ao ditador Castelo Branco:

(...) Se a impar, antecipada e firme decisão de meu governo, face ao movimento revolucionário, fazia o povo alagoano esperar até pela inédita honra de participação do seu Ministério, acredito que o eminente presidente homenageará o nosso estado, confiando a um alagoano a presidência do Instituto do Açúcar e do Alcool, ou a Superintendência da SUDENE.⁹⁹

Em nenhum dos pedidos o “Major” foi agraciado. A presidência do IAA ficou com Paulo Frederico do Rego Maciel, economista e professor do Departamento de Economia da Universidade Federal de Pernambuco e aliado de Cid Sampaio, ex-governador (1959 - 1962) e articulador do golpe em Pernambuco. E na SUDENE, entre os dias 04/04/1964 a 04/08/1964 ficou o cearense Manuel Expedito Sampaio; e depois o mineiro João Gonçalves de Souza. Alagoas foi excluída dos cargos cobiçados pelo governador.

⁹⁸ **Diário Oficial de Alagoas**. 12/04/1964. p. 1.

⁹⁹ **Diário Oficial de Alagoas**. 25/04/1964. p. 1.

Luiz Cavalcante não conseguiu manter o prestígio que tentou passar após o golpe, contudo, é possível afirmar que o governador e seu bloco político atuaram de forma organizada para conter a influência do governo de João Goulart e seus apoiadores internos e os próximos geograficamente ao estado alagoano (os governadores de Pernambuco e Sergipe) e conter a mobilização popular. Os governos de Pernambuco e Sergipe, Miguel Arraes e Seixas Dória respectivamente, eram aliados do presidente João Goulart, ambos defendiam as Reformas de Base e com o golpe tiveram seus mandatos cassados pelos vitoriosos de 1964.

Não à toa foi o primeiro governador do Nordeste a declarar publicamente sua posição favorável ao golpe e lançar uma carta de apoio à "Revolução de 1964" ainda no calor dos acontecimentos. O governador sempre insistiu em destacar sua importância nacional para o golpe, assim como tornou público que mandou voltar de Maceió um helicóptero da Viação Aérea São Paulo (VASP) que lhe teria sido enviado pelo governador de São Paulo, Ademar de Barros, para facilitar a fuga, caso o golpe não fosse vitorioso. O episódio do avião também foi narrado pelo secretário de estado e irmão do governador, Lincoln Cavalcante¹⁰⁰. A história orgulhosa do helicóptero, contada e recontada pelos irmãos "Cavalcantes", servia como reforço ao papel de destaque nacional da liderança do governador, pois reforçava a importância do governador na articulação do golpe.

Na biografia de Teotônio Vilela, escrita por Márcio Moreira Alves, em 1984, o jornalista, a partir do depoimento do biografado, escreve que Luiz Cavalcante e seu vice governador ao saberem do levante das tropas do general Mourão Filho em Minas, na noite do dia 31 de março,

foram para o quartel do 20º Batalhão de Caçadores, a principal unidade do Exército em Alagoas. Manifestaram seu apoio ao golpe e pediram a definição do comandante. O comandante estava em cima do muro. Embrulhou os dois políticos com conversa mole na esperança de receber notícias mais concretas. Se fossem contrárias a Goulart, manifestaria seu apoio ao governador e ao seu vice. Sendo favoráveis, prendia-os imediatamente. (...) Ao fim de um par de horas, Luiz Cavalcante e Teotônio Vilela temendo serem eles os surpreendidos, aproveitaram-se da desatenção dos presentes e foram embora.¹⁰¹

Escrita no calor da morte de Teotônio Vilela, morreu no dia 27 de novembro de 1983, de câncer generalizado, a biografia retrata um político que lutou pelo fim da ditadura e sendo bastante condescendente com o político que apoiou e ajudou a articular o golpe de 1964. Nesse sentido dar ares cômico sobre o dia do golpe. Entretanto, parece ser verdadeiro o papel do

¹⁰⁰ Em entrevista ao jornal **Tribuna de Alagoas**, em 28 de março de 2004. Este fato também é confessado por Luiz Cavalcante em entrevista na revista *Última Palavra* IN: <https://www.historiadealagoas.com.br/as-historias-do-major-em-1988.html>. Acesso em: 20 de dez. 2021.

¹⁰¹ ALVES; Márcio Moreira. **Teotônio, Guerreiro da Paz**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1983. p. 104.

comandante do 4º Exército, general Justino Alves Bastos, como balizador para apresentação pública do governador como defensor do golpe.

Divaldo Suruagy, secretário da fazenda de Luiz Cavalcante, depois eleito prefeito de Maceió e governador de Alagoas durante a Ditadura Militar, confirma a versão de Teotônio Vilela:

(...) O governador Luiz Cavalcante só aderiu ao golpe no momento em que o comandante do 4º Exército, general Justino Alves Bastos comunicou pelo rádio do Palácio a sua adesão à revolução.

Nós ficamos de 31 até o dia 1º no Palácio, reunidos, batendo papo, conversando, mas quem comandou o processo de prisão foi o coronel João Mendes de Mendonça, secretário de Segurança Pública, com o apoio dos delegados Rubens Quintella e Albérico Barros, o Barrinhos. Eles transformavam as ordens de prisão em realidade.¹⁰²

Entretanto, o mais importante de Luiz Cavalcante não é o seu papel como articulador nacional, pois pequeno e muitas vezes fantasioso, mas sim como uma peça legítima de um movimento maior e articulado. A compreensão do governo do “Major” é a chave do entendimento da construção do golpe em Alagoas. O governo de Cavalcante manteve durante o período de João Goulart na presidência (1961 - 1964) uma relação de não enfrentamento com o presidente, pois o estado alagoano com sua especificidade: pobre e dependente de recursos federais não podia partir para a colisão com o presidente da república, pois receava perder o apoio financeiro e os programas sociais do Governo Federal. Entretanto, ao mesmo tempo em que prezava o não enfrentamento direto com Goulart, o governador mantinha relações estreitas com organismos nacionais e internacionais que além de estimular percepções negativas sobre o governo Goulart, ajudava a desenvolver em Alagoas uma rede que se firmara por todo o país, financiando ideológica e politicamente diversos grupos de classe que desenvolverá “uma ação medida, planejada e calculada¹⁰³” contra o governo Goulart e as Reformas de Base.

Luiz Cavalcante governou Alagoas com amplo apoio das classes dominantes do estado. Reconhecido como seu governo, industriais têxteis, comerciantes, usineiros e proprietários rurais cerraram fileiras com o governador sendo parte do governo como secretários, vice-governador e base aliada na Assembleia Legislativa. Esses setores representavam a base de sustentação política e econômica do governo, em compensação a esse apoio, foram garantidas a

¹⁰² MAJELLA, GERALDO. Kubisch, diplomata dos EUA, na véspera do golpe militar em Alagoas. In: <https://082noticias.com/2020/04/01/kubisch-diplomata-dos-eua-na-vespera-do-golpe-militar-em-alagoas/>. Acesso em 20 de Dez de 2022.

¹⁰³ DREIFUSS. 1981, p. 145.

contenção dos debates e projetos de Reforma Agrária defendidos pela Superintendência da Reforma Agrária (SUPRA) e a repulsa aos apoiadores das reformas e, dessa forma continha a mobilização popular e também a criação de lideranças populares. Os programas de Reforma Agrária da SUPRA não foram discutidos no estado, ficando a cargo do IPES e do IBAD todas as menções de projetos e de ações de colonização no estado.¹⁰⁴

Eleito no mesmo ano que Jânio Quadros, 1961, e com uma coligação que lembrava a do presidente: um partido de pouca expressão (Jânio PDC e Cavalcante PL), mas ambos com apoio da UDN. Pela legislação eleitoral vigente era permitida a disputa separada para os cargos do executivo. A chapa de Cavalcante conseguiu a vitória nos dois segmentos. Teotônio Vilela (UDN) foi o vice-governador vitorioso, deputado estadual e usineiro, Vilela era um intelectual liberal vindo de uma "família tradicional" do mundo agroindustrial. Compunha a chapa indicado pela UDN e consolidava a candidatura e o governo do "Major" Cavalcante que com Vilela demonstrava o apoio do poder econômico da oligarquia de base rural e semi-rurais ligados à cana-de-açúcar.

Os empresários da agroindústria, que buscavam exercer sobre a estrutura do estado de Alagoas o controle político, tiveram-no amplamente reforçado com a eleição de Luiz de Souza Cavalcante a governador do estado e tendo Teotônio Vilela como vice governador pela coligação PL/UDN, e, sobretudo, após o golpe militar de 1964, que estabeleceria no Nordeste, particularmente em Alagoas, uma estreita articulação entre o poder central e as forças da base agrária.¹⁰⁵

Luiz Cavalcante se tornava governador quando aumentava a intensidade de luta de classes no Brasil, no momento mais dinâmico e significativo da década de 1960, quando o protagonismo das forças populares e operárias contagiava o campo e a cidade em busca de uma democracia de participação ampliada.

No dia 25 de agosto de 1961, Jânio renunciou à presidência, sem nenhum apoio e sofrendo oposição de todos os setores, afirmava que estava sendo pressionado por "forças ocultas". Com a renúncia de Jânio Quadros foi criado um impasse com a posse de João Goulart (PTB) que tinha democraticamente ganho as eleições para vice-presidente. Mas diferente de Vilela, Goulart era de chapa oposta a Jânio. Eleito vice-presidente da República pelo Partido Trabalhista Brasileiro na chapa que tinha o Marechal Henrique Teixeira Lott como candidato a

¹⁰⁴ Notamos que no DOEAL e nos demais jornais de Alagoas, a SUPRA não será mencionada quando o debate é sobre colonização.

¹⁰⁵ COSTA, Rodrigo José da. O golpe civil-militar em Alagoas: o governo Luiz Cavalcante e as lutas sociais (1961 – 1964). 2013. p. 23.

presidente, Goulart encontrou oposição dos ministros militares¹⁰⁶ que se colocaram contrário a sua posse.

A reação à tentativa de golpe dos ministros militares veio do governador do Rio Grande Sul, Leonel Brizola com a Rede da Legalidade, e de parte do Congresso Nacional com uma coalizão de partidos: o PSD (Partido Social Democrático), parte ínfima da UDN, PTB, grupos de esquerda e nacionalistas, além do apoio de uma parte legalista das Forças Armadas. Em meio ao clima de polarização e de uma possível guerra civil a situação foi resolvida com a aprovação de um Ato adicional, em 02 de setembro de 1961, estabelecendo o regime parlamentarista e a realização de um plebiscito, para decidir sobre a manutenção, ou não, do novo sistema parlamentar. Assim, Goulart tomava posse tendo Tancredo Neves como seu primeiro-ministro.

O país veria sucederem-se três conselhos de ministros, além de se defrontar com o agravamento de sua situação econômico-financeira (herdada do desenvolvimentismo de JK e da precipitada reforma cambial de Jânio Quadros) e se debater ainda com novas crises político-institucionais.¹⁰⁷

O parlamentarismo não contava com a aprovação dos setores de esquerda e nem dos setores nacionalistas¹⁰⁸ que apoiavam Goulart e “porque ligaram a campanha pelo presidencialismo à implementação de reformas profundas na estrutura social brasileira, as chamadas reformas de base¹⁰⁹” e nem com o apoio dos principais líderes políticos do país, que visavam as eleições para a presidência da República em 1965, como Juscelino Kubitschek, Carlos Lacerda, Magalhães Pinto, Juracy Magalhães, Leonel Brizola. A oposição ao regime parlamentarista era ampla, apesar de contar com diferentes interesses, em seu breve período uniu uma frente heterogênea que esperava que o fim do parlamentarismo pudesse dar fim às crises que o país passava.

¹⁰⁶ General Odílio Denis, brigadeiro Gabriel Grun Moss e almirante Sílvio Heck.

¹⁰⁷ TOLEDO, Caio Navarro de. **A democracia populista golpeada**. In: TOLEDO, Caio Navarro de (Org.). 1964: visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

¹⁰⁸ A esquerda e o setor nacionalista que apoiavam Goulart era composto por um amplo e distinto grupo, composto por: PCB (Partido Comunista Brasileiro, embora ilegal desde 1947, mas com vida política ativa e com grande hegemonia no movimento sindical), as Ligas Camponesas (trabalhadores rurais e sem terra, Francisco Julião foi uma das suas principais lideranças), o movimento sindical representado pelo CGT (Comando Geral dos Trabalhadores), os estudantes através da UNE (União Nacional dos estudantes), organizações de subalternos das Forças Armadas (sargentos do Exército e da Aeronáutica, e marinheiros e fuzileiros da Marinha), e depois a Frente Parlamentar Nacionalista. Eram várias organizações, nacionalistas e de esquerdas, com distintas diferenças, mas que tinham em comum o apoio ao governo Goulart e as reformas de base.

¹⁰⁹ MELO, Demian. **Os militares e o plebiscito de 1963**. In: <http://www.rj.anpuh.org/resources/rj/Anais/2006/conferencias/Demian%20Melo.pdf>. Acesso em 30 Dez. 2020.

O resultado do plebiscito, realizado em 06 de janeiro de 1963, decretou o fim do parlamentarismo, com uma enorme vantagem para a volta do presidencialismo¹¹⁰.

Durante todo esse momento, Luiz Cavalcante manteve posições alinhadas com a UDN e com os grupos mais moderados do partido, afastando-se dos grupos radicais, principalmente de Carlos Lacerda, governador da Guanabara e principal liderança dos grupos radicais. Lacerda era o proprietário da **Tribuna da Imprensa**, jornal era usado como a voz pública dos radicais udenistas.

Indo em uma linha mais de denúncias e com posições previamente conhecidas, a **Tribuna da Imprensa** se colocará contra a posse de Goulart e contrária a adoção do parlamentarismo, “alegando que o parlamentarismo era um ‘regime que apenas reintroduz na superficialidade a ordem’, pois o dilema era entre democracia e comunismo, acusando João Goulart de estar preparando um golpe comunista.¹¹¹” No plebiscito do parlamentarismo assumiram uma posição de “imparcialidade”: “Enfim, ‘sim’ ou ‘não’, presidencialismo ou parlamentarismo, esperemos a resposta popular, única que, numa democracia, poderá decidir como e por quem deve ser governado o país.¹¹²” A posição de imparcialidade refletia a posição do “governador Carlos Lacerda não votou no Plebiscito. Já pensando na campanha presidencial de 1965, ele provavelmente não queria que seus projetos fossem prejudicados pelo Parlamento¹¹³”

Em Alagoas, as posições do grupo de Lacerda eram compartilhadas por Arnon de Mello, senador pela UDN e proprietário do jornal **Gazeta De Alagoas**. Mello e seu grupo adotaram as mesmas posições apresentadas pela **Tribuna da Imprensa**, reproduzindo no jornal local reportagens que continham críticas e conotações negativas ao presidente João Goulart e seu governo. Muitas das matérias da **Gazeta de Alagoas** no período eram reportagens assinadas pela **Tribuna**. A relação era muito próxima, tendo alguns editoriais do jornal carioca sendo assinados por Arnon de Mello¹¹⁴.

Durante os dias que envolvem a renúncia de Jânio Quadros (25 de agosto) e a posse do novo presidente (07 de setembro), o governador manterá posição que destoa dos grupos radicais

¹¹⁰ Foram 9.457.488 a favor do presidencialismo e 2.073.582 contra.

¹¹¹ ABREU, Alzira Alves de. **1964: a imprensa ajudou a derrubar o governo Goulart**. In: FERREIRA Marieta de Moraes (org.). João Goulart: entre a memória e a história. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 114.

¹¹² **Tribuna da Imprensa**. 07/01/1963.

¹¹³ Delgado, Marcio de Paiva. O “**golpismo democrático**” Carlos Lacerda e o **Jornal Tribuna da Imprensa na quebra da legalidade (1949 - 1964)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Pós Graduação em História, Juiz de Fora, 2016.

¹¹⁴ ABREU; Alzira Alves de; 1964: a imprensa ajudou a derrubar o governo Goulart. 2006, p. 116.

da UDN, tendo no **DOEAL** informando as ações do governador. Inicialmente o governador não divulgou agenda e o Diário pouco apresentou ações do governador, sendo a primeira notícia apenas no dia 30 de agosto quando é divulgado uma nota oficial informando que:

No quarto dia da crise política que atravessa o país, o estado de Alagoas permaneceu calmo, sem qualquer perturbação da ordem pública. O governador Luiz Cavalcante chegou ao seu gabinete de trabalho no andar térreo do Palácio dos Martírios, pouco antes das 7.30 horas da manhã, como faz habitualmente. Pela leitura dos jornais e através de informações recebidas do Sul do país, tomou conhecimento da situação nacional¹¹⁵

A nota ainda afirma que o governador recebeu a visita de Dom Adelmo Machado, que recém voltara do Rio de Janeiro e reuniu com o Coronel Bendochi Alves, comandante da Guarnição Federal em Alagoas¹¹⁶. Após as reuniões do dia 30 de agosto, o governador viaja para Brasília para discutir com os governadores brasileiros a crise da renúncia, a partir de reunião articulada pelo governador de Pernambuco, Cid Sampaio.

O governador também decreta feriado nos dias 30 de agosto e 01 de setembro como forma de evitar aglomerações e manifestações sobre a posse de João Goulart. O jornal informa nas edições seguintes que Alagoas não apresentou manifestações “estando o estado na mais absoluta tranquilidade”, ainda destaca a posição do governador em defesa do parlamentarismo como de pacificar a crise política¹¹⁷.

Em 1961, Cavalcante ainda atuará como aliado ao grupo de parlamentares que no Congresso Nacional proporá a implantação do regime parlamentarista, o governador chegou a participar da comitiva de governadores e parlamentares que viajou para Montevidéu, Uruguai, onde se encontrava João Goulart, para discutir a posse e o novo regime de governo, o parlamentarismo¹¹⁸.

Essa não foi a única vez que Cavalcante destoava do grupo mais radicais da UDN, o que mostra que no estado não existia uma posição única dos grupos dominantes e que nas disputas intra oligárquicas, Arnon x Cavalcante, refletia também nas posições políticas nacionais.

A defesa do parlamentarismo se deu como forma de resolver a crise política e refletia uma posição majoritária dentro de setores das classes dominantes brasileiras. Assim como a

¹¹⁵ “Nota Oficial” In: **Diário Oficial de Alagoas**. 30/08/1961. p. 1.

¹¹⁶ Idem.

¹¹⁷ **Diário Oficial de Alagoas**. 30/08/1961, 01/09/1961 e 03/09/1961.

¹¹⁸ O Governador Luiz Cavalcante pede autorização da Assembleia Legislativa de Alagoas para viajar a Montevidéu. In: **Diário Oficial de Alagoas**. 02/09/1961. p. 1.

defesa do presidencialismo no plebiscito de janeiro de 1963, posição que sai vitoriosa também no estado alagoano¹¹⁹. Neste período, o governador fez campanha em Alagoas em defesa do presidencialismo, assim como pressionou os prefeitos a se posicionarem pelo “não” ao parlamentarismo.¹²⁰ Assim, como muitos dos governadores que defendiam o retorno ao presidencialismo, Luiz Cavalcante temia que o regime parlamentarista pudesse ser adotado nos estados e dessa forma seu governo fosse alterado.

Além dos temores, a posição se associava aos grupos que naquele momento eram considerados menos radicais dentro da UDN. O governador era mais próximo de outra liderança da UDN, Magalhães Pinto, governador de Minas Gerais (1960 - 1965). As posições distintas nos temas políticos nacionais será um dos motivos da rivalidade entre Luiz Cavalcante e Arnon de Mello, e também vai refletir na forma como o jornal **Gazeta de Alagoas** se posicionará em relação ao governo de Luiz Cavalcante. Colocando como uma oposição “*light*”, pois fazia críticas às ações do governador, contudo sem se colocar como ameaça. Não era uma disputa programática, mas sim tática entre grupos políticos que ainda apresentavam elementos de ressentimentos, pois Arnon se considerava responsável pelo sucesso político de Cavalcante.

Arnon de Mello e Luiz Cavalcante eram próximos, Mello foi um dos responsáveis pelo ingresso de Cavalcante na vida pública, contudo, acabaria – após a eleição – migrando para o campo oposto, o que pode ser facilmente constatado através das reportagens da **Gazeta de Alagoas** no período¹²¹.

A rivalidade era explicada por discordâncias políticas no gerenciamento do governo, mas também pela posição em relação às eleições de 1965. Na disputa nacional, Luiz Cavalcante era mais alinhado às posições de Magalhães Pinto, governador de Minas Gerais e um dos possíveis presidenciáveis da UDN para as eleições de 1965.

A **Gazeta de Alagoas** não escondia sua contrariedade com o governador de Alagoas, fazendo constantes críticas e denúncias sobre o governador e de sua equipe de governo. Em uma das matérias, publicada no começo do ano de 1964, estampava matéria afirmando que o governador não participou da conferência alagoana da UDN, por conta do posicionamento

¹¹⁹ Em Alagoas, o plebiscito resultou em 5331 votos no presidencialismo contra apenas 580 votos no parlamentarismo. “Povo do interior disse não ao parlamentarismo e sim ao presidencialismo.” **Diário Oficial de Alagoas**. 08/01/1963. p. 1.

¹²⁰ “‘Digamos não a este regime que está aí está’ disse o governador” - **Diário Oficial de Alagoas**. 06/01/1963. p. 1.

¹²¹ ZAIDAN, Tiago Eloy. **O golpe de estado de 1964 e a disputa de hegemonia através dos veículos de comunicação: a experiência da mídia imprensa Alagoana**. 2010. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010

favorável a Magalhães Pinto, em concorrer à presidência em 1965. A matéria fazia contraponto não a Lacerda, outro dos pré-candidatos, mas sim a posição de Arnon de Mello, como se a posição de Cavalcante fosse resultado da necessidade de se posicionar diferente de Arnon. A posição de Cavalcante era conhecida por todos os membros da UDN e não gerava conflito, tendo até o vice-governador Teotônio Vilela votado a favor do nome de Lacerda para presidente na conferência estadual.¹²²

Uma outra discordância levou a **Gazeta** aumentar suas críticas a Cavalcante. No dia 04 de dezembro de 1963, no plenário do senado, Arnon de Mello atirou contra o também senador por Alagoas Silvestre Péricles. Um dos disparos acertaram fatalmente o senador do Acre José Kairala (PSD). Na época os senadores envolvidos foram presos e ficaram aguardando julgamento em Brasília. Após o julgamento do caso, os senadores foram absolvidos.

Por conta deste episódio quase todos os editoriais, da **Gazeta de Alagoas**, passarão a ser em defesa de Arnon ou com mensagens de apoio enviadas por políticos, parentes e amigos. O editorial, artigo que cumpre a função de expressar a opinião dos seus diretores ou proprietários, era dedicado quase exclusivamente a defender a honra e a inocência do dono do jornal. Durante os primeiros meses de 1964, a **Gazeta** dividiu a linha política do jornal nos editoriais, sendo a maior parte dedicada a Arnon. As matérias cumpriam a função de articulação política, mas com cautela quando tratava das questões do governo alagoano.

Por conta da necessidade de defesa imperiosa de Arnon de Mello, a **Gazeta** se posicionava contrária daqueles que não se colocassem em defesa de Arnon. Esse é um dos fatos que explica a contínua oposição do jornal ao governador alagoano. Este episódio reforçou a divergência entre o grupo de Arnon e o de Luiz Cavalcante, já que o governador em nenhum momento manifestou apoio a Arnon de Mello, pelo contrário sempre fez críticas a Arnon de Mello¹²³. Por conta das divergências e do posicionamento do governador, a *Gazeta* o criticou em várias matérias. As matérias visavam atingir não só o governador, mas também os que estavam próximos, como os secretários de estado. Durante este período, a Secretaria de Segurança Pública será a que receberá mais críticas, como no caso da greve dos petroleiros no mês de janeiro de 1964. E nos primeiros dias após o golpe militar, quando da atuação da polícia contra os defensores das reformas, será o momento mais forte dessa posição, a *Gazeta* fará

¹²² **Gazeta de Alagoas** 08 jan. 1964 p. 6.

¹²³ Em entrevista ao **Jornal de Alagoas**, o governador quando perguntado sobre a sucessão ao governo de Alagoas responde que: "apoiará quem tiver as mãos limpas dos dinheiros públicos e do sangue de seus semelhantes". Uma clara alusão e repulsa ao senador Arnon de Mello e o incidente no senado. *Jornal de Alagoas*. Maceió, 25 mar. 1964, p. 1.

críticas ao governador e as ações da Secretaria de Segurança nas investigações e combate aos “focos de agitação comunista” e aos “grupos de ação subversiva”. As reportagens foram intensas e o jornal denunciava a atuação da Secretaria de Segurança Pública como “ostensiva demonstração de força que já não cabe em Alagoas” e “vai se tornando regra comum, principalmente por parte da Polinter”¹²⁴. O silêncio de Cavalcante sobre Arnon e a necessidade de manter a defesa do senador assassino legou para a posteridade, nas reportagens da **Gazeta**, os atos de perseguição e violência do governo Luiz Cavalcante nos primeiros dias após o golpe de 1964.

Apesar do enfrentamento existente entre ambos, Luiz Cavalcante e Arnon de Mello integravam o mesmo bloco conservador, possuíam relações econômicas com os setores multinacionais e com as elites agrárias, ligadas ao açúcar, além de firme posicionamento anticomunista, de oposição ao presidente e de combate aos movimentos sociais defensores das reformas de base.

O “Major” não contava com a **Gazeta** para ser sua porta-voz, mas tinha no **Diário Oficial de Alagoas** seu instrumento de comunicação, assim como aproximou o principal periódico do estado como apoiador de seu governo, o **Jornal de Alagoas**.

O **Jornal de Alagoas** era o mais antigo jornal impresso em circulação no período, fundado em 31 de maio de 1908. Em 8 de julho de 1936 foi incorporado pela rede dos Diários Associados de propriedade de Assis Chateaubriand. A rede de Diários Associados controlava praticamente um jornal em cada capital de Estado no país, mantinha ligação com o complexo formado pelo Instituto Brasileiro de Ação Democrática e o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais e tinha como principal objetivo “difundir notícias e editoriais manipulando a opinião pública”¹²⁵ sobre o governo de Goulart e as propostas de reformas que visavam a ampliação da democracia.

A atuação do IPES e IBAD está diretamente associada à mudança do governo, com a saída de Jânio Quadros e a vitória de Goulart assumindo a presidência. A volta ao presidencialismo marca uma oposição mais forte ao governo de João Goulart, vinda dos setores conservadores que visavam impedir qualquer mudança de uma democracia restrita para uma democracia de participação ampliada que ameaçasse a incipiente democracia política nascida em 1945¹²⁶. Para combater a crise e realizar o desenvolvimento econômico, o presidente

¹²⁴ “Querem usar a polícia como elemento de perseguição”. **Gazeta de Alagoas**. Maceió, 7 abr. 1964, p.6.

¹²⁵ DREIFUSS, René Armand. Op.Cit. p. 232.

¹²⁶ TOLEDO, C. N. **1964: O golpe contra as reformas e a democracia**.

anunciou um novo plano de governo, o Plano Trienal. Elaborado pelo Ministério do Planejamento e da Coordenação Econômica, tendo à frente o economista Celso Furtado, o Plano teve forte oposição das classes populares e divisão nos setores capitalistas¹²⁷. No final de 1963 o fracasso do Plano Trienal já era reconhecido¹²⁸, então o governo Goulart passa a se empenhar de forma mais incisiva no Plano de reformas de base como forma de sair da crise e alavancar o desenvolvimento econômico, dessa vez sem conciliação com os setores conservadores.

As reformas de base visavam o desenvolvimento do capitalismo nacional brasileiro, composta pela reforma agrária (divisão dos latifúndios), reforma eleitoral e política (voto dos analfabetos e elegibilidade para os subalternos das forças armadas), reforma universitária (ampliação das vagas das universidades públicas e reforma na administração das universidades), além de outras reformas sociais e políticas. As reformas traziam uma proposta de mudança na estrutura social brasileira e contavam com apoio de diversos setores dos movimentos sociais.

Entretanto, se colocaram em posição contrária, ideológica e militar, setores das forças armadas e do empresariado nacional, com apoio do governo dos Estados Unidos da América, pondo fim, com o golpe civil-militar de 1964, ao governo de João Goulart e as propostas de ampliação da democracia.

A atuação dos setores contrários às reformas de base já se fazia presente antes de João Goulart defender as reformas de base. Na campanha eleitoral de 1962, para a renovação do Congresso, ocorreu forte movimentação desses setores, com intuito de impedir a eleição de candidatos considerados comunistas ou pró-reformas. Fazendo pregação anticomunista e contando com o apoio financeiro do IBAD, farão sua campanha sendo fortalecidos pela propaganda intensa da grande imprensa. Estes setores se organizaram contra as reformas e desenvolveram uma campanha de oposição e denúncias constantes ao Governo Goulart, acusando-o de ser um governo comunista e anárquico, responsável pelo caos econômico e pela “baderna” que vivia o país.

O IPES e IBAD se apresentavam como escritórios especializados em consultoria técnico jurídica e tecnoadministrativa, agências privadas de consultoria que prestavam serviços para

¹²⁷ CGT, Brizola e UNE encabeçaram as críticas dos setores populares. À direita CNI e FIESP apoiaram o plano, enquanto as Associações Comerciais, a Confederação Nacional do Comércio e a Federação das Indústrias do Estado da Guanabara foram contrárias. FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília. O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. p. 145.

¹²⁸ “Ao findar o ano de 1963, o plano não conseguiu desacelerar a inflação nem acelerar o crescimento, acabou resultando em inflação sem crescimento”. TOLEDO. “1964: O golpe contra as reformas e a democracia...” Op. Cit

órgãos públicos e empresas estatais. Com a chegada de João Goulart à presidência, o complexo passou a construir sua tomada do Estado, mantendo relação política e contando com o apoio financeiro dos EUA. O complexo procurou constituir uma coesão interna e estimular o poder de um grupo hegemônico, multinacional e associado.

Em seu estatuto¹²⁹, o IPES se colocava como uma “sociedade civil sem fins lucrativos, de caráter filantrópico e com intuítos educacionais, sociológicos e cívicos” em que tinha como objetivo o fortalecimento de um país democrático por “Meio de uma ação que consistia em estudar os problemas brasileiros e apresentar soluções.”

Segundo Dreifuss, o IPES junto com o IBAD foram as principais agências de conspiração contra o governo Goulart. O complexo IPES/IBAD foi o “Estado-Maior da burguesia multinacional-associada que desenvolveu uma ação medida, planejada e calculada” em 1964, que formou uma grande rede por todo o país, financiando ideológica e politicamente diversos grupos de classe que se colocassem contra o governo Goulart e as reformas de base¹³⁰.

A ação do complexo contradiz o que pregava em seu estatuto, pois fora uma entidade que organizou uma ação política que casava campanha ideológica com formulações e difusão de projetos de governo e anteprojetos de reformas de base, por isso a atuação do complexo nos estados alinhados a direita contra o governo de João Goulart.

O IPES congregava uma variedade de setores empresarias, era uma entidade sofisticada e pretensamente científica; com a participação de empresários mais representativos da burguesia nacional, internacional e nacional-associada, conseguiu atuar em vários estados brasileiros, formando colegiados locais que tinham liberdade de ação ao mesmo tempo que seguia as deliberações nacionais¹³¹.

O governador alagoano mantinha ligação estreita com o complexo IPES/IBAD que “desde 1962 se organizava em Alagoas através do escritório técnico de Paulo de Assis Ribeiro (ETPAR) e de um colegiado local¹³²”. O **Jornal de Alagoas**, como parte dos **Diários Associados**, reproduzia em suas páginas o mesmo expediente da rede nacional que procurava incitar no estado clima propício à deposição do presidente João Goulart. Neste sentido, o jornal alagoano, tendo em Luiz Cavalcante um aliado na oposição a João Goulart, buscava criar a imagem do governador como um líder realmente preocupado com os problemas sociais,

¹²⁹ Estatutos do IPES, 1963. Arquivo Nacional.

¹³⁰ DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado**. Petrópolis: Vozes, 1981. p. 145.

¹³¹ DREIFUSS, p. 163.

¹³² MEDEIROS, op.cit. p. 136.

principalmente com a Reforma Agrária, que “pretendia realizar dentro da lei, obedecendo a determinações judiciais e sem radicalismos”, contrapondo, dessa forma, a imagem do governador a do presidente “ateu comunista” que desrespeita a Constituição brasileira.

A atuação do complexo IPES/IBAD, assim como de organismos internacionais vinculados ao governo dos Estados Unidos, foram importantes e constantes durante todo o governo de Luiz Cavalcante. A partir de suas ações e financiamentos deram a tônica da ação política liberal conservadora em Alagoas e foram essenciais para garantir a vitória do golpe civil militar no estado e o esmagamento dos defensores das reformas.

3.1 O golpe empresarial militar em Alagoas: atuação do IPES e IBAD em Alagoas

O golpe empresarial-militar de 1964 se apresentou como uma grande reação à ação organizada dos trabalhadores urbanos e rurais, que se mobilizaram em massa por mudanças sociais. Existia grande preocupação com o futuro do Brasil e o Governo de João Goulart representou uma possibilidade de alargar a democracia incipiente da década de 1960, a partir das demandas dos movimentos sociais rurais e urbanos

O golpe estancou um rico e amplo debate político, ideológico e cultural que se processava em órgãos governamentais, partidos políticos, associações de classe, entidades culturais, revistas especializadas (ou não), jornais etc. Assim, nos anos 60, conservadores, liberais, nacionalistas, socialistas e comunistas formulavam publicamente suas propostas e se mobilizavam politicamente em defesa de seus projetos sociais e econômicos.¹³³

O golpe de 1964 não só estancou o debate como impediu o alargamento da democracia que se expressava pela demanda da ampliação da cidadania dos trabalhadores urbanos e rurais, à implementação de reformas profundas na estrutura social brasileira.

Segundo Dreifuss, o complexo IPES/IBAD mobilizou as classes dominantes e os setores médios urbanos, sendo a ponte entre as articulações conspiratórias e construiu uma grande campanha ideológica e político-militar em frentes diversas, usando a imprensa como meio de difusão de suas propostas contra o presidente João Goulart e as reformas sociais que preconizava a ampliação da democracia¹³⁴.

¹³³ TOLEDO. 1964: O golpe contra as reformas e a democracia.

¹³⁴ DREIFUSS, 1981.

Essas organizações estiveram em articulação direta com setores das forças armadas ligados a Escola Superior de Guerra (ESG), responsável, no Brasil, pela formulação da Doutrina de Segurança Nacional, que expressava a visão dos Estados Unidos sobre a Guerra Fria e a necessidade de combater o inimigo interno, tanto quanto o externo. Dreifuss aponta que a ESG constituía as ligações-chave entre os conspiradores militares e os civis.¹³⁵

Este bloco se achava em proeminência econômica no final do governo Juscelino Kubistchek e, com a renúncia de Jânio Quadros (setembro de 1961), passou a se organizar para conquistar a primazia política.

A “desestabilização civil”, em Dreifuss, está diretamente associada a conspiração e ação militar. Por isso, caracteriza o golpe como uma conquista do Estado feita por setores civis, mais especificamente por setores empresariais e políticos, junto com os militares. Dreifuss enfatiza quem eram precisamente esses civis que foram parte da desestabilização, conspiração, Golpe e regime implantado a partir de 1964:

“Um exame mais cuidadoso desses civis indica que a maioria esmagadora dos principais técnicos em cargos burocráticos deveria (em decorrência de suas fortes ligações industriais e bancárias) ser chamada mais precisamente de empresários, ou, na melhor das hipóteses, de tecno-empresários (...) os empresários e tecno-empresários que ocuparam setores chave da administração do Estado e os Ministérios eram ativistas do complexo IPES/IBAD ou industriais e banqueiros, que compartilhavam das metas daqueles e que haviam contribuído para os esforços dirigidos pelo IPES para J. Goulart.¹³⁶”

O Golpe de 1964 foi uma ação da classe dominante. Apoiado pela farta documentação do IPES/IBAD e do fundo de Paulo Assis Ribeiro, Dreifuss comprova que os civis do Golpe eram setores empresariais. Pedro Campos, em sua tese de doutorado, aponta como grupos capitalistas do empresariado ligado à construção civil (como os grupos Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez, Mendes Júnior e Odebrecht) e à indústria pesada (Gerdau, Votorantim, Villares, entre outros) construíram seus “impérios” naquele contexto¹³⁷. Da mesma forma, em âmbito regional, o golpe foi apoiado pelos usineiros nordestinos que mantiveram sua dinâmica de modernização da economia reforçando sua dominação política oligárquica:

¹³⁵ DREIFUSS, 1981. p. 369.

¹³⁶ Idem, Ibidem. p. 417.

¹³⁷ CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. **A Ditadura dos Empreiteiros: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro, 1964-1985**. Niterói, 2012. Tese de doutorado em História.

A política regional privilegiou o Nordeste com recursos da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e com programas agrícolas especiais voltados para atender os grandes produtores (...) Apoiando irrestritamente o governo militar, esses homens representavam a principal base de sustentação da política econômica do regime centralizado. Em compensação a esse apoio, foram garantidas a reserva de mercado, a compra própria da produção e a fixação de preços para cana, álcool e açúcar, assegurando margem de lucro acima do normal.¹³⁸

De maneira direta, a partir de Dreifuss, Demian Melo e outros autores propõem a definição do Golpe e do regime que dele resultou enquanto “Empresarial-Militar”, pois delimita quem eram estes civis que apoiaram e construíram essa “insurreição contra-revolucionária das classes dominantes¹³⁹”, deixando evidente os setores da sociedade civil envolvidos nesse processo

Em Alagoas, a candidatura de Luiz Cavalcante e o seu governo foram apoiados e construídos por diversos setores da burguesia alagoana, principalmente os setores da agroindústria canavieira. O Usineiro Teotônio Vilela, vice-governador, e o seu principal aliado, o plantador de cana Lamenha Filho, presidente da Assembleia Legislativa e primeiro governador civil biônico na ditadura são exemplos da relação do governo do Major com os setores econômicos da cana-de-açúcar.

Após o governo de Muniz Falcão, considerado um governo adversário pelos setores agrários, e no momento em que as lutas sociais aumentavam em todo o país, Luiz Cavalcante representava um porto seguro para as classes produtoras alagoanas. Um novo governo para apoiar a contenção da ascensão dos trabalhadores do campo, assim como um aliado para o enfrentamento ao governo de João Goulart e suas medidas progressistas.

A grande expansão da lavoura açucareira canavieira alagoana dos anos de 1950, “intensificou a concentração fundiária e conseqüentemente o desaparecimento de pequenas propriedades, as quais foram anexadas pelas usinas¹⁴⁰”, destruindo o sistema de morada que marcava as relações de trabalho o que acarretou a perda de terra a diversos trabalhadores e camponeses. O temor das classes produtoras era que essas mudanças se encontrassem com o ascenso dos trabalhadores do campo e gerassem movimentos organizados nas terras alagoanas, temor redobrado pela aproximação com o Partido Comunista e as Ligas Camponesas. A mobilização em áreas canavieiras era crescente, alcançaram grande projeção e tinham como

¹³⁸ LIRA, Fernando José; **Formação da riqueza e da pobreza de Alagoas**. Maceió: EDUFAL, 2007. p. 63.

¹³⁹ MELO, Demian Bezerra de. **Ditadura “civil militar”?: controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente**. In: Espaço Plural. Ano XIII. N. 27. 2º semestre 2012, p. 39-53.

¹⁴⁰ LIMA, Araken Alves. Op. cit. p. 83.

epicentro o estado vizinho, Pernambuco. Os camponeses das Ligas levantavam a bandeira de luta da Reforma Agrária que assombrava os proprietários canavieiros de Alagoas.

Paralelamente, o conflito entre as entidades representativas de usineiros e fornecedores de cana com o Governo Goulart se deteriorava. Segundo Mello, “os recursos para Alagoas eram menores quando comparados com outros estados e ainda não se encaixavam nos interesses dos usineiros”.¹⁴¹ A experiência de planejamento da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) foi o principal vetor de antagonismo entre o Governo Federal e os canavieiros alagoanos.

Em seus projetos para o nordeste, a SUDENE priorizava “a produção de alimentos na Zona úmida do Nordeste” e previa a “liberação de recursos condicionados ao fortalecimento da pequena produção¹⁴²”, dessa forma os canavieiros alagoanos ficavam fora do radar do Governo Federal, primeiro por serem grandes latifúndios e segundo porque quando os recursos vinham para Alagoas não se encaixava nos interesses dos usineiros.

A rota de interesses do Governo Federal e dos usineiros estava em colisão, e piorou com a apresentação das propostas de Reformas de Base. As relações ficaram intoleráveis por parte dos setores canavieiros de Alagoas.

As oligarquias contavam com o controle da máquina pública estadual, mas era impossível conter a ascensão dos trabalhadores e movimentos sociais, seja pelo momento que contagiava todo o país, seja pela localização de Alagoas, próximo do efervescente estado pernambucano. E com um ascenso que pautava a Reforma Agrária no momento que o estado vivia um excludente processo de transformação social em sua expansão produtiva, era necessário pautar mínimas concessões. A questão passava por garantir a manutenção do poder da oligarquia canavieira e controlar a mobilização popular, sobretudo a classe trabalhadora agrária, os cortadores de cana e os trabalhadores sem terra, portanto a negação do problema da terra não era a melhor forma de resolvê-lo. O debate Reforma Agrária deveria ser encarado, pois era impossível se calar sobre um tema tão candente. A questão central seria a forma como deveria ser encarado.

É neste sentido que Luiz Cavalcante constrói relações com o IPES e o IBAD.

(...) O governo Luiz Cavalcante, em diferentes momentos e sob variadas formas, esteve atento para o lado social da questão agrária, ao tempo em que procurava neutralizar ações que escapassem ao seu controle. Desde o início de seu governo através do

¹⁴¹ MELLO, Paulo Décio de Arruda. **Alagoas: Sindicatos Rurais e Dominação**. Dissertação (Mestrado). Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola. UFRRJ, Itaguaí, 1990. p. 110.

¹⁴² Ibidem, p.111.

Serviço de Patrimônio do Estado, depois transformado no departamento de Terras e Colonização, promoveu projeto de assentamentos de famílias de trabalhadores rurais.¹⁴³

Mello aponta que a preocupação social de Luiz Cavalcante estava na crescente exclusão de camponeses de suas terras e dos conflitos que esse processo tenderiam a trazer para o estado. Daí a preocupação em manter relação com organismos que pudessem garantir a estabilidade política e social em Alagoas. A aproximação com a elite orgânica do complexo IPES/IBAD visava garantir “quadros técnicos, políticos e empresariais que dirigiriam ações políticas e recursos financeiros na reprodução do capital” nas terras alagoanas e que também manteria a “preocupação com a proliferação dos conflitos agrários, principalmente com a ação das ligas no nordeste¹⁴⁴”.

O primeiro contato público do governo de Alagoas com o complexo aconteceu nos primeiros meses da gestão de Luiz Cavalcante. Em 24 de maio de 1961, o **Diário Oficial de Alagoas** noticiou a vinda de Ivan Hasslocher, presidente do IBAD, para “estabelecer vínculos e relações mais estreitas” com o governador Luiz Cavalcante¹⁴⁵. A partir desse contato, Alagoas passou a ser um dos estados nos quais o complexo IPES/IBAD firmaram presença, assim como nos estados de Sergipe, Maranhão, Pernambuco, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Goiás. O complexo se organizará a partir do escritório de consultoria do engenheiro e economista Paulo de Assis Ribeiro (ETPAR).

Os escritórios de consultoria tecno empresarial não apenas assumiram, mediante contrato com secretarias e agências estaduais, a tarefa de elaborar projetos de intervenção no agro como também participavam, através da presença de seus agentes, na ocupação de cargos de assessoramento e execução, além de atuarem diretamente no processo de conversão de tais projetos em políticas públicas a serem implementadas¹⁴⁶.

A atuação do ETPAR como escritório de consultoria tecno-empresarial se dava pela relação do complexo IPES e IBAD com o governo estadual. Respondendo diretamente pela elaboração de diretrizes de intervenção no campo junto ao executivo estadual, atuaram durante toda a gestão de Luiz Cavalcante e permaneceram nos governos estaduais após o golpe de 1964. Essa relação é notória e publicizada pelo **Diário Oficial**, durante os anos de 1961 - 1965. Em uma das viagens do governador ao Rio de Janeiro, ele se encontrou com Ivan Hasslocher que

¹⁴³ Ibidem, p. 109.

¹⁴⁴ MELLO, Op. cit. p. 109

¹⁴⁵ **Diário Oficial de Alagoas**. 24/03/1961. p. 1.

¹⁴⁶ ESTEVES, Carlos Leandro da Silva. “O agrarismo ipesiano nos projetos de Paulo de Assis Ribeiro”. Saeculum—Revista de história, nº 26. João Pessoa, jan./jun. 2012 p. 224.

firmou contrato para que o IBAD apresentasse um “plano de colonização em Alagoas, sob os auspícios do instituto¹⁴⁷”.

A partir dos anos iniciais de 1960, IPES e IBAD atuaram em Alagoas como escritórios privados de consultoria tecno-empresarial dividindo sua atuação em duas frentes. Uma sobre responsabilidade do IBAD que organizava a elaboração de projetos de reforma agrária e outra com o IPES que assessorava e executava os diversos projetos da administração pública, tendo papel destacado na conversão desses projetos em políticas públicas; o IPES também fazia a ligação do executivo estadual com as corporações multinacionais em busca de todo tipo de apoio, principalmente o financeiro. Essa divisão era meramente operacional, pois o escritório e a própria figura de Paulo Assis Ribeiro, se mobilizaram nas duas frentes. Paralelamente, em ambas ações era notória a formulação e promoção de projetos que mantinha oposição ao governo de João Goulart e que foram elementos importantes na articulação e preparação de setores civis para a tomada do poder em 1964.

Os esforços do IBAD não ficaram retidos em uma única ação, atuaram em diversas frentes agindo como uma unidade tática, ficando para o IPES a atuação como centro estratégico.¹⁴⁸ O IBAD desenvolveu projetos na educação, com a construção de escolas e entrega de material escolar; em obras públicas e no debate político, mas foi nos projetos de Reforma Agrária que teve a maior participação

O IPES atuou em Alagoas no assessoramento e execução de projetos, assim como agiram diretamente no processo de conversão de tais projetos em políticas públicas a serem implementadas pelo governo alagoano. Paulo Assis Ribeiro e seu escritório técnico, o ETPAR, apesar da relação com o IBAD, mantinha aparição nas atividades do IPES. Nas reportagens dos jornais alagoanos e no **Diário Oficial**, Paulo Assis Ribeiro aparecerá como principal figura no assessoramento do IPES em Alagoas.

O **Diário Oficial** dos anos de 1961 a 1964 noticiaram os projetos de colonização no interior de Alagoas e as visitas de técnicos que respondiam pela perícia técnica e orientação. Dessa forma, podemos acompanhar a ação do IBAD com seus técnicos na elaboração e acompanhamento dos projetos do governo de Alagoas para a intervenção na questão agrária

Quadros técnicos, políticos e empresariais que dirigiam ações políticas e recursos financeiros na defesa das condições de reprodução do grande capital instalado no país

¹⁴⁷ Governador fez viagem a região Sudeste, visitou órgãos do governo federal em busca de verbas para projetos em Alagoas. In: **Diário Oficial de Alagoas**. 13/02/1962. p. 1.

¹⁴⁸ DREIFUSS, op. cit. p 176.

e que se preocupavam com a proliferação dos conflitos agrários, principalmente com a ação das Ligas no Nordeste.¹⁴⁹

Fundado em 1959 por Ivan Hasslocher, o IBAD foi o responsável pelos planos de colonização em Alagoas. Em 1962, o governo de Alagoas criou o Grupo Executivo da Colonização de Alagoas (GECA) com o objetivo de estudar e promover a política agrária de Alagoas. Primeiramente, o GECA utilizou terras da cidade de Pilar para construir o núcleo piloto da colonização no estado, ficando a cargo do IBAD a responsabilidade de criação do projeto de trabalho com a terra.¹⁵⁰

O GECA foi um bom exemplo do modo de operação do IBAD como escritório de consultoria técnico empresarial. Ao IBAD ficava a tarefa de preparação do plano de colonização que se tornaria política pública com o GECA, órgão do governo estadual, e criado dentro das formulações do IBAD, que converteu e promoveu o assentamento na cidade do Pilar. O pioneiro assentamento do Pilar se tornou o modo de operação nos projetos de assentamentos que o IBAD assessorou em Alagoas durante o governo de Luiz Cavalcante.

Nos projetos de colonização em Alagoas, podemos também notar como o IBAD converteu em políticas públicas os interesses privados dos latifundiários do açúcar. As propostas de Reforma Agrária eram apresentadas para serem feitas nas terras improdutivas, na terra do latifúndio improdutivo. Dessa forma não se tratava de questionar o tamanho da propriedade, pois quando se definia terras improdutivas o grande latifúndio da monocultura não era alcançado. Logo não era um xeque mate em favor de um parcelamento de terras que viesse a beneficiar a formação de famílias de pequenos agricultores, como defendido pelos setores de esquerda e pelo movimento camponês organizado que preconizava a Reforma Agrária nos latifúndios.

O usineiro alagoano sabia que ele era antes de tudo um grande proprietário fundiário e necessitava encaminhar a Reforma Agrária dentro dos seus termos. Contudo, mesmo ocupando as terras com a cana-de-açúcar, para os usineiros a resolução do problema da terra deixando de ser o grande latifúndio não estava definido, pois o lema de improdutivo é nocivo à sociedade poderia converter em um segundo momento na contestação ao latifúndio da monocultura da cana.

¹⁴⁹ MELLO, op. cit. p. 109.

¹⁵⁰ “Governador Luiz Cavalcante define política agrária do Estado de Alagoas” In: **Diário Oficial de Alagoas**. 11/01/1963. p. 1.

Para o latifúndio canavieiro, só seria possível uma proposta de Reforma Agrária que pudesse ser realizada em outros tipos de terras. Para estes casos a proposta do IBAD para projetos de Reforma Agrária deveria ocorrer especificamente era com as terras devolutas, as terras públicas sem destinação pelo Poder Público. Em seu Decálogo da Reforma Agrária¹⁵¹, publicado como parte de suas propostas de Reforma de Base-Posição, o IPES propunha o aproveitamento das terras devolutas, dessa forma não precisou de grandes elaborações para organizar os planos de Reforma Agrária em Alagoas.

Sobre esse aspecto no quarto item do Decálogo da Reforma Agrária, o IPES propunha o seguinte: “A Reforma Agrária abrangerá tanto o aproveitamento de terras devolutas quanto o reagrupamento de minifúndios e a eliminação progressiva de latifúndios improdutivos, a começar pelas áreas mais próximas dos centros de consumo.”¹⁵²

Apesar de apontar a necessidade de os latifúndios improdutivos estarem cumprindo uma função social, todavia, na prática eram as terras devolutas, as terras públicas do estado, que foram aproveitadas nos projetos de colonização desenvolvidos em Alagoas. Cabendo ao governo Luiz Cavalcante liberar as terras, ao IBAD desenvolver o projeto e os setores oligárquicos aprovarem.

Dessa forma os grandes latifundiários da cana-de-açúcar eram acalmados, pois poderiam manter suas estruturas já que as terras estariam invioladas. E ainda resolveram seus temores, pois os projetos de colonização não implicaram questionamentos ao latifúndio e ainda eram parte importante da estratégia de contenção dos movimentos de luta pela Reforma Agrária, principalmente a Liga dos Camponeses de Pernambuco¹⁵³.

Para o IBAD

“A zona do açúcar do Nordeste brasileiro não necessitava de uma Reforma Agrária que alterasse a estrutura fundiária, ficando a cargo de projetos de assistência técnica, planos de colonização e medidas de políticas agrícolas, as ações destinadas a promover o desenvolvimento agropecuário das vastas regiões brasileiras”¹⁵⁴.

¹⁵¹ IPES. **Decálogo da Reforma Agrária**. In: Reformas de Bases-Posição do IPES. Rio de Janeiro, 1963.

¹⁵² Idem.

¹⁵³ Buscando compreender o porquê da falta de sucesso da liga em Alagoas, Mello aponta que além da política de contenção do governo Cavalcante e aliados, a tentativa de organização de ligas foram feitas de cima para baixo e às vésperas do golpe de 1964, logo não tiveram contrapartida nas bases na criação de lideranças. MELLO, Paulo Décio de Arruda. **Alagoas: Sindicatos Rurais e Dominação**. Dissertação (Mestrado). Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola. UFRRJ, Itaguaí, 1990.

¹⁵⁴ ESTEVES, Carlos, op. cit. p. 236 e 237.

A questão das terras devolutas, desenvolvida pelo IPES e tocada pelo IBAD mostra como a separação de tarefas entre os organismos é meramente esquemática, pois o complexo atuava de forma articulada. É a partir do uso das terras devolutas que podemos compreender os projetos de Reforma Agrária em Alagoas. Todos os projetos de colonização em Alagoas, foram feitos assentando as famílias em terras devolutas, de propriedade do poder público. Os projetos de colonização ocorridos neste período em Chã do Pilar, Maceió, Rio Largo, União dos Palmares, Santana do Mundaú, Murici e Pilar são exemplos.

Nas entregas das terras, o IBAD sempre se fazia presente com seus técnicos que afirmavam em suas entrevistas o papel da racionalidade técnica e da neutralidade administrativa na condução dos projetos. Na entrega do projeto de colonização de Chã do Pilar, o agrônomo e técnico do IBAD, Carlos Cordeiro, afirmou: “a exploração avícola além de cobrir um fator econômico, por outro lado fornecerá a matéria orgânica, a qual por sua vez será empregada como estrume da melhor qualidade, tão necessário ao revigoramento do solo¹⁵⁵”. Os técnicos ressaltavam a racionalidade dos projetos de reforma agrária desenvolvidos pelo IBAD e o governo de Alagoas, essa defesa era parte da intensa oposição contra o governo do presidente João Goulart e sua base de sustentação. Luiz Cavalcante, um aliado na resolução dos problemas sociais de forma consciente, era mostrado como um defensor das reformas possíveis, das mudanças sem radicalismo e ciente das leis.

A construção do projeto de Chã do Pilar contou com aporte financeiro direto do IBAD. O médico Ib Gatto Falcão, secretário de Secretário de saúde e Assistência Social no governo de Luiz Cavalcante, revelou anos depois, em entrevista, que o IBAD atuava ativamente para ajudar o governador a resolver a questão de terras no estado¹⁵⁶.

Na mesma inauguração ocorrida em Chã do Pilar, o governador Luiz Cavalcante, em entrevista, afirmou que a sua “Reforma Agrária é evolucionária e não revolucionária, ‘como muitos querem’” fazendo referência ao lema da revolução agrária das ligas camponesas¹⁵⁷. O “Major” se apresentava como uma figura preocupada com os problemas sociais e disposto a resolvê-los, contrapondo sempre com referências direta ou indiretamente com o presidente João Goulart.

¹⁵⁵ “Governo do Estado aproveita terras devolutas e através de convênio com o IBAD irá colonizar Chã do Pilar.” In: **Diário Oficial de Alagoas**. 24/02/1963. p. 3.

¹⁵⁶ **Jornal Primeira Edição**. 29/03/2004.

¹⁵⁷ “Inauguração do núcleo de colonização de Pilar foi das mais concorridas e contou com participação de diversas autoridades alagoanas.” In: **Diário Oficial de Alagoas**. 24/02/1963. p. 1.

Com seu discurso e práticas acerca da Reforma Agrária, Luiz Cavalcante atacava em cheio o governo federal ao transmitir à opinião pública a ideia de que a realização da Reforma Agrária não seria um problema, nem seu governo se opunha à mesma. O problema estaria colocado na maneira como o governo Goulart pretendia realizá-la, de forma radical e fora da lei.¹⁵⁸

Era dos objetivos do IBAD a oposição ao governo Goulart e a aproximação com governadores opositores favorecia a construção de projetos que rivalizassem com o presidente, assim como ajudava a combater a “propagação do comunismo”, motivos que levam o complexo a se aproximar do governador alagoano que se colocava como anticomunista confesso. Os projetos de Reforma Agrária desenvolvidos em Alagoas refletiam a preocupação com o temor comunista e apontavam para estratégias que pudessem conter os trabalhadores do campo. Segundo Medeiros:

Reconhecida a gravidade que assumia a questão agrária no país e a intensificação das lutas que dela decorriam, tornava-se necessário reduzir as tensões, realizando assentamentos em áreas pertencentes ao próprio governo estadual ou em pequenas áreas (...) Mantinha-se, desta forma, a mesma estrutura fundiária ao não tocar nos latifúndios de propriedade das usinas e dos fornecedores de cana. Seguindo o mesmo princípio de controle, o governo incentivou a organização de sindicatos rurais que poderiam, caso fossem de alguma forma controlados, representar uma alternativa às Ligas Camponesas que ganhavam projeção em estados vizinhos como Pernambuco.

De acordo com Mello, a atuação do IBAD e do governo do “Major” Cavalcante na questão agrária ajudou a “retardar um esboço de organização local das Ligas Camponesas” e quando foram criados núcleos denominados aponta que a tentativa de organização das ligas foram “feitas de cima para baixo e às vésperas do golpe de 1964, logo não tiveram contrapartida nas bases na criação de lideranças.”

Na inauguração da colonização dos lotes de Chã do Pilar, apenas 05 famílias foram agraciadas com terras. Os projetos de colonização tiveram como marca a entrega de poucos lotes de terras, o que se compreende a partir das terras que foram destinadas à Reforma Agrária, os latifúndios alagoanos foram preteridos em favor das terras devolutas do estado que não eram maioria e nem eram de grande extensão.

As relações do governo de Alagoas com o IBAD foram estabelecidas logo no começo do governo de Cavalcante. O IBAD subsidiou o estado com envio de material escolar para as escolas públicas, nos primeiros meses de governo, como um cartão de visita para depois ficar responsável pelos projetos de colonização. Durante o ano de 1961, Ivan Hasslocher, diretor-

¹⁵⁸ MEDEIROS, Fernando. Op. cit. p. 137

executivo do IBAD, foi o emissário da relação com o governador, tendo visitado Alagoas algumas vezes e também recebido Luiz Cavalcante nas viagens do governador ao Rio de Janeiro. As trocas entre o governo de Alagoas e o IBAD foram sempre noticiadas no **Diário Oficial de Alagoas** que em tom de comemoração anunciava as colaborações.

Segundo o jornal oficial, durante o governo de Luiz Cavalcante, teremos a construção de “cerca de 200 escolas de 1º e 2º graus, além da restauração de outros estabelecimentos de ensino¹⁵⁹.” O IBAD vai ter um papel importante nessas realizações do governo, ajudando a financiar a construção das escolas e com a entrega de materiais escolares. Essas ações tinham como objetivo “criar visibilidade e emulação interna no governo, e externa junto aos aliados e a sociedade de que o complexo IPES/IBAD, contribuía para o desenvolvimento de Alagoas.¹⁶⁰” Mas também referendava suas ações, o IBAD que se apresentava como uma organização benevolente em suas ações de assistência social, assim como com a distribuição de materiais escolares ajudava a disseminar sua leitura sobre a realidade brasileira.¹⁶¹

O IBAD também participou das eleições alagoanas de 1962, através da Ação Democrática Popular (Adep), sua subsidiária, que interveio ativamente na campanha eleitoral daquele ano, patrocinando candidatos que faziam oposição ao presidente. Em Alagoas, o IBAD financiou as campanhas dos candidatos da UDN Oséas Cardoso e Segismundo Andrade vitoriosos para a Câmara Federal e do derrotado candidato a deputado federal Padre Luiz Medeiros Neto (PSD). Os deputados federais do PTB, Abraão Moura e Ari Pitombo, denunciaram a campanha do IBAD em Alagoas, Ari Pitombo em discurso na Câmara Federal afirmou: “no meu estado, o dinheiro campeou livremente, os carros do IBAD funcionaram em todos os municípios carregando candidatos, a maioria da UDN [...] é uma vergonha, é uma canalhice um político querer arranjar mandato à custa de dólar americano.¹⁶²”

Dreifuss apresenta uma lista dos candidatos a deputado federal que receberam ajuda financeira do IBAD, nas eleições de 1962. Em Alagoas constam os nomes dos deputados eleitos: Medeiros Neto (PSD), Oséas Cardoso (UDN) e Segismundo Andrade (UDN).¹⁶³

¹⁵⁹ COSTA, op. cit. p. 61.

¹⁶⁰ MAJELLA, Geraldo de. TAVARES; Marcelo Góes. “**O governo Luiz Cavalcante: a presença do complexo IPES/IBAD em Alagoas.**” In: Fragmentos da história de Alagoas: cultura, memória e patrimônio. NETA; Francisca Maria. PEIXOTO; José Adelson Lopes (organizadores). Recife: Libertas, 2019.

¹⁶¹ Como parte de suas ações ideológicas, o IBAD e o IPES faziam uso de materiais escolares para difundir sua visão de mundo. Infelizmente não conseguimos acesso aos materiais financiados pelos institutos em Alagoas.

¹⁶² **Diário do Congresso Nacional**, 1963, p. 6463)

¹⁶³ DREIFUSS, 1981, p. 334.

A atuação do IBAD nas eleições de 1962, com as denúncias de financiamento de candidatos conservadores com dinheiro canalizado de organizações internacionais e interferências ilegais em assuntos políticos nacionais, levou a instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), em 1963. A CPI acusou o IBAD de “exercer atividade ilícita e contrária à segurança do Estado e da coletividade”. Como resultado o IBAD foi fechado juntamente com a Adep, em 20 de dezembro do mesmo ano.¹⁶⁴

Mesmo após o fechamento do IBAD e a sentença de ilegalidade pelos seus atos, o governador Luiz Cavalcante destacou com orgulho a atuação do instituto em terras alagoanas. Quando da visita do governador da Guanabara, Carlos Lacerda, à Alagoas, em agosto de 1964, o governador:

Luís Cavalcanti, durante sua oração na Escola Penedo, informou que 70% da população alagoana era analfabeta e que o seu governo estava se esforçando para mudar essa realidade, contando com “**muíta ajuda**” do governo federal, do IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática) e da **Aliança para o Progresso**. Concluiu legitimando a candidatura de Lacerda à presidência da República.¹⁶⁵

O IBAD atuou ativamente em Alagoas até ser fechado, pelo menos de forma abertamente pública sua atuação deixou de ser registrada.

O setor empresarial alagoano mantinha relação estreita com o IPES. Napoleão Cavalcanti Lopes e Barbosa, presidente da Federação das Indústrias do Estado de Alagoas (FIEA); Benedito Bentes¹⁶⁶, presidente da Federação do Comércio do Estado de Alagoas; Carlos Breda¹⁶⁷, presidente da Associação Comercial de Maceió, , eram aliados de Luiz Cavalcante e

¹⁶⁴ LAMARÃO; Sérgio. **Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD)**. In: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/instituto-brasileiro-de-acao-democratica-ibad>. Acesso em: 22 de Abr de 2022.

¹⁶⁵ TICIANELLI; Edberto. **Carlos Lacerda visitou Alagoas em 1964 durante a campanha presidencial**. In: <https://www.historiadealagoas.com.br/carlos-lacerda-visitou-alagoas.html>.

¹⁶⁶ Benedito Bentes chegou em Maceió em 1936 vindo de Manaus Amazonas. Formou-se em direito, mas desenvolveu a atividade de comerciante por muitos anos. Em 1961 com a eleição de Luiz Cavalcante ao governo do estado foi por ele convidado para a presidência da CEAL onde exerceu o cargo até agosto de 1974 quando faleceu repentinamente. Na presidência da CEAL foi o responsável por eletrificar todas as sedes dos municípios alagoanos com energia da CHESF tornando-se na época o primeiro da federação a ter todas as suas sedes dos municípios eletrificadas. Foi também presidente do SESC/SENAC em Alagoas, Diretor da Confederação Nacional do Comércio. In: BARROS, Francisco Reinaldo Amorim de. **ABC das Alagoas: dicionário biobibliográfico, histórico e geográfico das Alagoas**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005.

¹⁶⁷ Chega a Maceió: em 1924, como pintor, tendo pintado os afrescos do prédio da Associação Comercial. Tornou-se comerciante e, posteriormente, empresário na área de construção civil e, durante um certo período, presidente da Associação Comercial de Maceió. Foi um dos componentes do grupo que criou a Companhia de Desenvolvimento de Alagoas, a Companhia de Eletricidade, o Banco da Produção, bem como a Companhia Telefônica de Alagoas, da qual foi diretor comercial. In: BARROS, Francisco Reinaldo Amorim de. **ABC das Alagoas: dicionário biobibliográfico, histórico e geográfico das Alagoas**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005.

estavam sempre presentes nas solenidades em que o governador participava com o IPES e o IBAD.

Napoleão Cavalcanti era uma das principais lideranças dos setores industriais alagoanos, presidente da Federação das Indústrias do Estado de Alagoas, durante o governo Luiz Cavalcante, foi um dos industriais mais importantes na história da FIEA, hoje sede da FIEA passou a se denominar “Casa da Indústria Napoleão Barbosa”. Durante a Ditadura Militar, ocupou diversos cargos no governo de Alagoas.¹⁶⁸ Napoleão Cavalcanti era uma espécie de conselheiro do governador, será um dos membros da CODEAL e um dos responsáveis pelo Seminário Sócio Econômico de Alagoas, o que mostra sua autoridade e importância nos projetos desenvolvidos durante a gestão de Luiz Cavalcanti e nos governos alagoanos no período da Ditadura Militar.

Esses empresários estarão ocupando cargos e sendo parte da administração de Luiz Cavalcante. Com o ascenso das lutas sociais, estas lideranças empresariais ocuparão os jornais com suas posições, geralmente sempre após os ocorridos. Dessa forma, lançaram nos jornais felicitações ao governador por atuação na greve dos combustíveis, em janeiro de 1964; ao secretário de Segurança Coronel João Mendonça pela atuação no cancelamento do comício das reformas de base e na repressão dos primeiros dias após o golpe. E de maneira entusiasta saem em comemoração ao golpe:

Rendemos as nossas graças a Deus, as nossas homenagens às Forças Armadas, ao governador Luiz Cavalcante, ao Coronel João Mendonça e às briosas polícias civil e militar, e ao povo alagoano, pela vitória da democracia e do cristianismo que afastou do Brasil o comunismo ateu. Maceió, 03 de abril de 1964.¹⁶⁹

O IPES mantinha relação estreita com esses setores empresariais. E foi junto com a FIEA que organizou o Seminário Sócio Econômico de Alagoas. No lançamento do Seminário Paulo de Assis é apresentado como em matéria do DOEAL como “Engenheiro de planejamento econômico Paulo de Assis Ribeiro vai colaborar com o governo de Alagoas”. Assis Ribeiro é apresentado como um técnico contratado do Seminário Sócio Econômico de Alagoas, da CODEAL e da Federação das Indústrias. Assis Ribeiro também é apresentado como dirigente

¹⁶⁸ BARROS, Francisco Reinaldo Amorim de. **ABC das Alagoas: dicionário biobibliográfico, histórico e geográfico das Alagoas**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005.

¹⁶⁹ A carta é assinada também por Osman Loureiro, presidente do sindicato da indústria do açúcar e por Arnaldo Paiva, presidente do Sindicato da indústria têxtil. **Jornal de Alagoas**, 04 de abr. de 1964.

da “parte técnica do plano de ação resultante do Seminário de Sócio Econômico e colaborará na redação de anteprojeto de lei que apresentará à Assembleia”.¹⁷⁰

O Seminário resultou num documento que “acabou sendo um grande subsídio para a elaboração do Plano Trienal do governo Luiz Cavalcante”. Este documento final “analisava de forma detalhada a situação do estado em todos os seus segmentos socioeconômicos, o que acabou sendo um grande subsídio para a elaboração do Plano Trienal do governo Luiz Cavalcante.”¹⁷¹

O ETPAR foi o responsável pela consultoria e subsidiou o Seminário com diversos estudos detalhados sobre o estado de Alagoas. Paulo de Assis Ribeiro e seus técnicos acompanharam o seminário e foram parte essencial para a elaboração do documento que se tornou o plano de ação do governo Cavalcante.

Através de seu escritório, Paulo de Assis Ribeiro mantinha matérias de jornais, monografias, organogramas, relatórios, balanços, dossiês, planos de ação, recortes de jornais e dossiês com dados provenientes de estudos técnicos acerca da realidade sócio-econômica de Alagoas.¹⁷² Centrando principalmente sobre textos, notícias e estudos sobre os dados econômicos de Alagoas, o ETPAR chamava-os de Quadros Diversos de Alagoas. Essas informações serviram de base não só para o Seminário Sócio-econômico de Alagoas, mas também para outras intervenções do IPES no estado. Em um documento de 1969, o ETPAR relembra que foram os responsáveis pelo documento “problemas de base”, de 1961, para o Seminário Sócio-Econômico de Alagoas¹⁷³.

Grande parte dos documentos arquivados do escritório são sobre a história de Alagoas, mostrando que Paulo de Assis e seu escritório estavam preparados para intervir na realidade alagoana. Pelos documentos, nota-se que a atuação do escritório em Alagoas foi além do período do governo de Luiz Cavalcante, muitos dos documentos se debruçam sobre Alagoas durante o período da Ditadura (1964 - 1979). Como exemplo, nos arquivos do escritório constam estudos

¹⁷⁰ **Diário Oficial de Alagoas**. 25 de ago. de 1961, p. 1.

¹⁷¹ COSTA, op. cit p. 60.

¹⁷² A primeira parte do acervo dos arquivos de Paulo de Assis Ribeiro foram doados por sua viúva, Vera Lúcia de Assis Ribeiro, em 1974, após sua morte. A segunda parte do acervo foi doada 19 anos depois, em 1933. A documentação está disponível para consulta no Arquivo Nacional. A parcela textual do fundo Paulo de Assis Ribeiro foi selecionada, em 2013, pela Comissão Nacional da Verdade (CNV) para integrar o leque de acervos escolhidos como de importância para contribuir com as atividades da Comissão. E passou a fazer parte do projeto de reformatação de acervos do Arquivo Nacional de interesse para a CNV. ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Digitalização de acervos de interesse da Comissão Nacional da Verdade: relatório de status**, atualizado em 27 de maio de 2014. In: <https://dibrarq.arquivonacional.gov.br/index.php/paulo-de-assis-ribeiro>. Acesso em 22 de fev. 2022.

¹⁷³ FUNDO PAULO ASSIS RIBEIRO, caixa 368.

sobre a criação do estádio de futebol Rei Pelé, na capital alagoana, assim como reportagens sobre a inauguração do estádio, em 25 de setembro de 1970¹⁷⁴.

O estádio Rei Pelé foi idealizado ainda na gestão de Luiz Cavalcante como governador, sendo inaugurado no governo do interventor Lamenha Filho (1971 - 1975). O órgão responsável pela gestão da obra foi a Federação Alagoana de Promoções Esportivas (FAPE) que tinha Napoleão Barbosa como diretor superintendente, Napoleão era o presidente da FIEA na gestão de Luiz Cavalcante e continuará figurando em diversos cargos públicos após o golpe de 1964. Paulo de Assis Ribeiro compareceu à inauguração do estádio Rei Pelé, recebendo um certificado da FAPE¹⁷⁵.

Nos arquivos do escritório constam vários documentos de diversas ações do governo Cavalcante, como o relatório do grupo de trabalho que criou a Cooperativa Artesanal de Labirinteiros e Bordadeiras de Marechal Deodoro, em Alagoas. Luiz Gutemberg, chefe da Casa Civil do governo Luiz Cavalcante, foi o responsável de dirigir o projeto; junto com a Freira da Igreja Católica e professora da Escola Serviço Social, Maria Gurjão, a responsável pela supervisão. O ETPAR tem todos os documentos que subsidiaram a proposta de criação da Cooperativa. A Cooperativa foi instalada, solenemente, no dia 23 de fevereiro de 1962.¹⁷⁶

O ETPAR mantinha diversas cópias de relatórios e documentos internos dos órgãos da administração pública de Alagoas, como relatórios da secretaria de agricultura. A posse de documentos internos da administração mostra que o escritório tinha acesso e posição privilegiadas dentro dos governos alagoanos, antes e após o golpe empresarial militar de 1964¹⁷⁷. Mas também com documentos que foram doados diretamente a Paulo Assis, como o de fundação da Tv-Educativa de Alagoas, em 1966¹⁷⁸.

O ETPAR continuará elaborando diagnósticos para o governo de Alagoas, um deles, sobre a educação pública, foi usado pelo governador Lamenha Filho, em 1969¹⁷⁹.

Assis Ribeiro, em depoimento na Comissão Parlamentar de Inquérito sobre Agitações nos meios Rurais, em julho de 1964, afirmou que seu escritório mantinha grande alcance com suas atividades

¹⁷⁴ FUNDO PAULO ASSIS RIBEIRO, caixa 86.

¹⁷⁵ FUNDO PAULO ASSIS RIBEIRO, caixa 86.

¹⁷⁶ FUNDO PAULO ASSIS RIBEIRO, caixa 111.

¹⁷⁷ FUNDO PAULO ASSIS RIBEIRO, caixa 013.

¹⁷⁸ IDEM.

¹⁷⁹ FUNDO PAULO ASSIS RIBEIRO, caixa 369.

“Temos fornecido, do nosso escritório particular – porque como eu disse, há vinte e tantos anos fazemos esse trabalho, e sempre que nos solicitam o trabalho nós fornecemos imediatamente para consultas, para exame, tudo o que dispomos em nosso arquivo e que é um material precioso (...) são mais de 60 volumes, de 500 páginas cada um, sobre os Estados do Brasil. (...) Tenho mais elementos sobre os Estados do Brasil do que os Estados. Quando algum governador me pede informações do Estado dele, forneço mais do que ele tem do Estado,”¹⁸⁰

O IPES mantinha relação com a Comissão de Desenvolvimento de Alagoas (CODEAL). Criada em 1959, ainda no governo do governador Muniz Falcão, com o nome de Comissão de Desenvolvimento, a CODEAL tinha como objetivo a elaboração de um Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico do Estado. A FIEA reconhece que o objetivo da CODEAL sofria com a “ausência de estudos sobre a realidade econômica e social de Alagoas e os percalços na formação de uma equipe técnica¹⁸¹”, o que levou a dificuldades na elaboração do plano. Apenas no governo Luiz Cavalcante a CODEAL conseguirá cumprir seus objetivos.

A concretização da CODEAL se dá a partir da vinda do ETPAR para Alagoas. Os industriais defendiam a necessidade da diversificação produtiva, mas sem contestar o predomínio do setor canavieiro, na prática os projetos do IPES e do IBAD abria para Alagoas uma maior diversificação industrial, contudo as transformações se faziam a partir dos usineiros:

“O segmento metalmeccânico, diretamente associado ao progresso industrial, por ser responsável pela introdução de bens de capital na produção, tomou vulto a partir da década de 1960. Neste período, tem início um processo de diversificação industrial, com gêneros e produtos até então não tradicionais em Alagoas, mas com direcionamento para o setor sucroalcooleiro, atendido por empresas de outros estados, no apontamento industrial, a exemplo de Dedini e Zanini, do Estado de São Paulo.”¹⁸²

O ETPAR controlava as ações do IPES e do IBAD em Alagoas. Assim como davam a consultoria para os interesses multinacionais e associados, como podemos acompanhar com a presença dos órgãos do governo dos Estados Unidos.

O complexo ainda mantinha o **Jornal de Alagoas**, que era propriedade dos **Diários Associados**, o jornal reproduzia a linha dos **Diários Associados**¹⁸³ que procurando incitar um

¹⁸⁰ Paulo Assis Ribeiro em depoimento a **Comissão Parlamentar de Inquérito sobre Agitações nos meios Rurais**, julho de 1964. Apud ESTEVES, C. L. da S. O agrarismo ipesiano nos projetos de Paulo Assis Ribeiro. *Sæculum – Revista de História*, [S. l.], n. 26, 2012.

¹⁸¹ FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE ALAGOAS. **Trajetória da Indústria em Alagoas: 1850/2017 / Federação das Indústrias do Estado de Alagoas**; Instituto Euvaldo Lodi. – 1. ed. – Maceió: FIEA, 2018.

¹⁸² *Idem*.

¹⁸³ A rede dos Diários Associados era de propriedade de Assis Chateaubriand, que mantinha ligações com o complexo IPES/IBAD através de Edmundo Monteiro, diretor-geral dos Diários e líder ipesiano.

clima propício à deposição do presidente João Goulart, criava em Alagoas a imagem do governador Luís Cavalcante como um governante preocupado com os problemas sociais, principalmente a Reforma Agrária. O jornal mantinha consonância de suas reportagens com as ações do IPES e IBAD em Alagoas.

As manchetes do jornal destacavam que o governador lutava pela Reforma Agrária analisando que ele “pretendia realizar dentro da lei, obedecendo a determinações judiciais e sem radicalismos.” Contrapondo a imagem do governador, um cristão e que busca construir o melhor com seus aliados a imagem do presidente que é descrito como um “ateu comunista” que desrespeita a Constituição Brasileira e buscava apenas o conflito¹⁸⁴.

A abordagem do **Jornal de Alagoas** será diferente da **Gazeta de Alagoas**. Enquanto era parte da atuação do primeiro construir no governador a figura que contrapusesse a Goulart, a **Gazeta de Alagoas** manterá o afastamento em relação ao governador. Apesar de abordagens distintas na relação com a principal liderança do golpe no estado, ambos os jornais manterão estreita relação com as oligarquias alagoanas¹⁸⁵.

A linha dos jornais era de combate às reformas e mais cirurgicamente apontada para a questão da terra, a Reforma Agrária. Os jornais seguiram os mesmos interesses das oligarquias do latifúndio açucareiro. Não é absurdo afirmarmos que os jornais são os folhetins de defesa da grande propriedade agrária, pecuária e agroindustrial. Tanto a **Gazeta** quanto o **Jornal de Alagoas** são armas da oligarquia canavieira no combate aos defensores das reformas de base¹⁸⁶.

Para o complexo IPES/IBAD, os jornais serão apoio importante, pois manterão seus projetos na construção da hegemonia em torno dos objetivos defendidos pelo movimento. As reportagens da **Gazeta de Alagoas** continham críticas ao governador, mas não ao IPES e IBAD e seus projetos, nem aos parceiros do governo de Alagoas, como os setores industriais e os organismos americanos.

A partir dos depoimentos na CPI do IPES e IBAD, Dreifuss localizou os nomes de Ib Gatto Falcão e Everaldo Macedo de Oliveira como associados e apoiadores do complexo em Alagoas¹⁸⁷. A informação foi confirmada a partir de correspondência de Ivan Hasslocher que confirma que Ib Gatto Falcão e Everaldo Macedo de Oliveira, juntos com Hélio Ramalho

¹⁸⁴ MEDEIROS, op. cit. p. 137

¹⁸⁵ ZAIDAN, op cit.

¹⁸⁶ VIANA, op. cit.

¹⁸⁷ DREIFUSS. Op. Cit. p. 124.

Ferreira e Japson Macedo de Almeida eram os nomes que compunham o colegiado do complexo IPES e IBAD.

Os membros do colegiado do complexo em Alagoas tinham ligação direta com os setores industriais e com as oligarquias do estado. Ex-presidente do Sindicato dos bancários, Everaldo Macedo ocupou o cargo de chefe de gabinete na gestão de Luiz Cavalcante e responsável por diversas atividades de pesquisa do governo, como secretário executivo da CODEAL. Macedo sempre acompanhava o governador nas viagens, inclusive nas constantes viagens que o governador fazia para o Rio de Janeiro, muitas das quais reunia com a Aliança para o Progresso.

São poucas as informações sobre Hélio Ramalho, comerciante e dono de uma rede de cartórios na cidade de Maceió. Japson Macêdo de Almeida era fotógrafo, grande parte das fotografias usadas nos materiais de governo na década de 1950 e 1960 foram feitas por Japson Almeida. As informações sobre a atuação do colegiado são escassas¹⁸⁸ e apenas o livro de Dreifuss conta sobre a formação do colegiado. As informações mais “quentes” são as ações de Ib Gatto Falcão durante o governo de Luiz Cavalcante.

Nascido em 1914, Ib Gatto Marinho Falcão era médico, professor, escritor, um intelectual das classes dominantes alagoanas. O principal membro do colegiado do IPES, ocupava papel de destaque na ação política. Anticomunista e defensor da “revolução” de 1964 até seus últimos dias¹⁸⁹, manteve sua atuação política sempre alinhada com as classes dominantes. Antes de se tornar secretário de Estado, foi diretor regional do SENAI onde manteve seus primeiros contatos com os setores industriais de Alagoas. Como Secretário de Saúde e Assistência Social (1961/65) no governo Luiz Cavalcante, desenvolveu um programa de construção de habitações populares, a Vila Kennedy.

O conjunto de casas construídas no Vergel do Lago para vítimas de chuvas de Maceió, em 1963, foi construído com verbas da Aliança para o Progresso. O médico foi um dos principais elos entre a embaixada norte-americana e o complexo IPES/IBAD com o governo de Luiz Cavalcante. O médico era responsável pela Fundação Alagoana de Serviços Assistenciais (FASA), órgão responsável pela execução de realizações nas áreas de educação, médico-hospitalar e de habitação - são as mesmas áreas em que o programa Aliança para o Progresso fará aportes financeiros.

¹⁸⁸ Conversamos com dois filhos de um dos membros do colegiado, contudo não concordaram em compartilhar a conversa. Mas informaram que conhecia os membros do grupo, os 04 eram muito próximos. E também nos informaram que Japson Almeida e Everaldo Macedo eram primos, também confidenciaram que Hélio Ramalho era proprietário de cartórios em Maceió.

¹⁸⁹ **Doutor Ib Gatto e o segredo do major Cavalcante.** In: <https://www.alagoas24horas.com.br/blog/doutor-ib-gatto-e-o-segredo-do-major-cavalcante>. Acesso em 22 de fev de 2022.

Ib Gatto Falcão se orgulhava de ter andado na “limusine com o doutor Lincoln Gordon pelas ruas de Washington. Era fascinante. Poucos conheceram as ruas de Washington da janela de uma limusine¹⁹⁰”.

Responsável pela relação com a embaixada americana, em todas inaugurações de obras que contavam com verbas dos Estados Unidos, Ib Gatto Falcão discursava ou era saudado pelo governador, como forma de agradecimento pela sua atuação:

Governador Luiz Cavalcante e Secretário de Saúde e Assistência Social Ib Gatto Marinho Falcão, anunciam a construção de 60 casas no bairro do Vergel com dinheiro da Aliança para o Progresso (50 milhões que a Aliança destinou para projeto de habitação).¹⁹¹

Ib Gatto se manteve nos cargos políticos durante os governos dos interventores estaduais. Foi Secretário de Planejamento do Governo Lamenha Filho (1967) quando presidiu o Conselho de Desenvolvimento Econômico do Estado e Secretário de Saúde e Serviço Social no governo José de Medeiros Tavares (1986 - 1987).

Nenhum dos nomes do colegiado do IPES aparecem nos arquivos da organização. Inclusive na lista de financiadores, de Alagoas, aparece apenas o nome do professor de economia da UFAL José Octávio Acioli, que contribuía com a taxa anual de Três mil cruzeiros.¹⁹²

A regional do IPES em Alagoas demonstra uma organização e trabalho inicial, contudo é possível afirmar que fazia parte da ligação com as elites conspiradoras nacionais. Defensores da ação política liberal conservadora, os membros do colegiado alagoano demonstram que mantinham ligações ideológicas e operacionais com os membros do complexo IPES/IBAD.

O trabalho de vanguarda do ETPAR, com suas consultorias e projetos, fazia parte de um plano maior de ajustamento do executivo alagoano e de suas políticas públicas aos pressupostos americanos, principalmente a Aliança para o Progresso, visto que os contratos de empréstimo junto a tais agências estavam condicionados não apenas à adesão, mas, sobretudo, à difusão dos valores constituintes da Aliança.

Essas são as ações que comporão as atividades de consultoria e ação do complexo IPES/IBAD em Alagoas. Nesse sentido é que compreendemos que Alagoas foi a concretude das ações preconizadas pelo IPES/IBAD e sistematizadas no âmbito de escritório de consultoria a ele vinculado, o ETPAR.

¹⁹⁰ Idem.

¹⁹¹ **Diário Oficial de Alagoas**. 28/02/1963. p. 1.

¹⁹² FUNDO IPES, caixa 0001.

CAPÍTULO 4: A AJUDA AMERICANA A ALAGOAS OU A DESESTABILIZAÇÃO DA DEMOCRACIA NA TERRA DOS MARECHAIS

“Há muito desejava visitar este estado, a terra dos marechais. Os historiadores brasileiros escrevem com orgulho os nomes de vossos **dois famosos marechais: Deodoro da Fonseca, o proclamador da República e Floriano Peixoto, o segundo presidente do Brasil**. Sei, também, que Alagoas é um grande centro cultural do Nordeste, rico em lendas e folclore, além de berço de ilustres escritores e poetas, como Jorge de Lima e Graciliano Ramos. Os alagoanos têm razão de orgulhar-se de sua herança cultural (...) Amanhã visitarei União dos Palmares, onde esse heroico esforço (sic) pela liberdade, o Quilombo dos Palmares, deu inesquecível prova de que o povo desta região tem como parte de sua herança uma valente (sic) recusa a aceitar a escravidão tanto em sua forma antiga quanto em qualquer forma moderna. Este é um cenário em que bem se ajustam as realizações democráticas que estão sendo agora concretizadas no programa de desenvolvimento estadual do governador Luiz Cavalcanti.” (Jack Kubish, ministro de Assuntos Comerciais da embaixada americana, em discurso de saudação ao povo alagoano, na inauguração da Vila Presidente John Kennedy. Grifos meus.)¹⁹³

O dia 30 de março de 1964 era a culminância de um projeto gestado há quase três anos e que nos últimos 02 meses tinha tomado forma: a entrega do conjunto residencial Vila Presidente John Kennedy. Além das 282 casas entregues em Maceió, o projeto entregaria também 50 residências no Conjunto Residencial de casas populares no Bairro de Fátima, em União dos Palmares.

O projeto era resultado do convênio do estado de Alagoas, governo do “Major” Luiz Cavalcante, a partir da Fundação Alagoana de Serviços Assistenciais (FASA), com agências de ajuda externa do governo dos Estados Unidos da América: a Aliança para o Progresso (em inglês: Alliance for Progress) e a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (em inglês: *United States Agency for International Development*, USAID).

A entrega das casas seria feita com o embaixador americano no Brasil, Abraham Lincoln Gordon, e grande comitiva dos diretores dos programas americanos envolvidos. Contudo, a presença do embaixador não se concretizou, pois “por motivos contrários à sua vontade, viu-se o embaixador na contingência de permanecer no Rio de Janeiro¹⁹⁴”. Como representante da embaixada foi enviado o diplomata Jack Kubisch, ministro de Assuntos

¹⁹³ *Diário Oficial de Alagoas*. 01/04/1964. p. 1 e 2.

¹⁹⁴ *Idem*, p. 1.

Comerciais da embaixada americana e diretor da Aliança para o Progresso no Brasil, cumprindo a agenda que seria do embaixador, o diplomata foi o responsável pela leitura do discurso de saudação ao povo alagoano.

Entretanto, a ausência do embaixador não foi um mero acaso ou “motivo contrário à sua vontade”, assim como a ajuda financeira dos EUA ao Brasil, mais precisamente a alguns estados brasileiros durante o período do governo de João Goulart, tinha outros objetivos para além do propagado pelos americanos: ajudar economicamente a América Latina.

Em 1974, Phyllis R. Parker, uma estudante de pós-graduação na Universidade do Texas, fazendo pesquisa para uma tese de mestrado na Biblioteca Presidencial Lyndon B. Johnson, se deparou com documentos que tinham sido recentemente desclassificados, os arquivos apontavam o conhecimento prévio dos Estados Unidos sobre o golpe empresarial-militar de 1964 no Brasil. O governo americano, a partir de sua autoridade no Brasil - o embaixador Lincoln Gordon, até aquele momento, negava as acusações de envolvimento no golpe, contudo os documentos provavam que “altos funcionários do governo norte-americano tinham mentido acerca do envolvimento de Washington nos eventos de 1964¹⁹⁵”.

Depois da descoberta de Phyllis Parker, diversos documentos confidenciais começaram a vir a público, muitos devido ao fim do prazo legal de sigilo, o que ajudou a desvendar as ações americanas na década de 1960 no Brasil. A política estadunidense de abertura de arquivos oficiais legou a confirmação da participação dos Estados Unidos no golpe militar, mas também ajudou a compreender os sentidos e objetivos da política americana durante o período do governo de João Goulart e a ligação de diversos atores regionais.

Em seu trabalho sobre o golpe, Dreifuss demonstrou que o golpe de 1964 contou com os dólares americanos, mas que o processo decisório não esteve na ajuda externa dos Estados Unidos, mas sim nos atores políticos brasileiros¹⁹⁶. Nesse sentido, os documentos americanos nos ajudam a compreender a atuação desses atores políticos brasileiros no processo de construção do golpe militar, mesmo que seja pelas vozes de agentes americanos, já que os documentos foram produzidos pelos mesmos e que ainda temos uma grande dificuldade de acesso aos arquivos brasileiros.

Neste quadro de atuação dos Estados Unidos no golpe empresarial militar, a presença de agências norte americana em Alagoas, a exemplo da USAID e da Aliança para o Progresso,

¹⁹⁵ Green, James N.; Jones, Abigail Reinventando a história: Lincoln Gordon e as suas múltiplas versões de 1964 Revista Brasileira de História, vol. 29, núm. 57, Jun., 2009, pp. 67-89. Associação Nacional de História São Paulo, Brasil.

¹⁹⁶ DREIFUSS, 1981.

reforça o envolvimento do governador Luiz Cavalcante e seu grupo político com a construção de um clima propício à deposição do presidente João Goulart e a deflagração do golpe empresarial militar de 1964. Neste capítulo, busca-se compreender a atuação dos Estados Unidos no estado de Alagoas e sua relação com o governo de Luiz Cavalcante.

4.1 A política dos Estados Unidos para o Brasil

A guinada americana para o “cuidado” mais rigoroso com a América Latina é compreendida a partir do contexto do fim da Segunda Guerra Mundial e o advento da Guerra Fria, mais precisamente o sinal de alerta de descontrole sobre os latinos acende após a Revolução Cubana de primeiro de janeiro de 1959.

Um pequeno país insular de 110.861 km² localizado no Mar do Caribe, no coração da América Central, Cuba era tratada como quintal dos Estados Unidos pelos governos americanos. A brava ilha rompeu com a influência americana quando após a Revolução de 1959 os revolucionários liderados por Fidel Castro, Ernesto “Che” Guevara e outras lideranças aplicaram um conjunto de reformas sociais, muitas delas em desacordo com os interesses americanos, como a estatização de empresas estrangeiras e a reforma agrária que expropriou diversas terras agrícolas, incluindo grandes proprietários de terras dos EUA. As relações entre os dois países foram rompidas no começo de 1961. A ilha conseguiu resistir a diversos ataques dos norte-americanos e se declarou socialista se aproximando da União Soviética.

A Revolução Cubana definiu a necessidade dos americanos de modificar a política para América Latina e evitar novas “cubas” no continente. O avanço da influência soviética com a revolução cubana era apenas uma parte do movimento anticapitalista e anti americano que circulava no continente, pois desde a década de 1940 os movimentos de luta de libertação nacional implodiram os impérios coloniais e “geralmente contaram com a simpatia e o apoio da União Soviética, enquanto os Estados Unidos se mantinham, pela omissão ou pela ação, ao lado das potências colonialistas¹⁹⁷”. Dessa forma, em todo mundo aumentava o prestígio soviético e diminuía o americano e a Revolução Cubana potencializava a mesma equação na América Latina.

Carlos Fico aponta que no ano de 1959 o Conselho de Segurança Nacional dos Estados Unidos firmou com o secretário assistente para Assuntos Interamericanos, Richard Rubbortton,

¹⁹⁷ NETTO, José Paulo. Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985). 1. ed. São Paulo : Cortez, 2014. p. 31.

Jr. a atuação na América Latina a partir dos interesses americanos. Assim a região passaria a ter maior visibilidade dos americanos, que apoiaria os governos anticomunista e ajudaria a combater os problemas endêmicos latino-americanos¹⁹⁸.

Neste quadro de quebra de hegemonia americana em “seu quintal”, acontece a mudança da política externa dos EUA para a América Latina. A nova atuação americana se daria com programas de assistências que tinham como objetivo ajudar no desenvolvimento econômico, assim como também seriam usados como contenção de focos de insurgências comunistas; aliado a essa ação os americanos usavam de “atividades clandestinas” que “envolvia desde a espionagem pura e simples até a orquestração de campanhas desestabilizadoras de governos democráticos, do financiamento clandestino a organizações de extrema-direita ao patrocínio de ações terroristas e criminosas¹⁹⁹”

No caso do Brasil, a década de 1960 viu crescer a tensão nas relações com os Estados Unidos, aumentada com a posse de João Goulart como presidente em 1961. A política de Goulart, primeiro com a presidência de John F. Kennedy (1961 - 1963) e depois com a de Lyndon Johnson²⁰⁰, não gozava da confiança dos presidentes americanos, não apenas pela posição brasileira de não intervenção da Organização dos Estados Americanos (OEA) em relação à Cuba, em janeiro de 1962, “coerente continuidade da política externa independente, tornaram-no ainda mais suspeito aos olhos de Washington,²⁰¹” mas também a crescente participação popular que vivia o Brasil durante o governo de Goulart. Além disso, a ampliação dos espaços democráticos e a defesa de reformas sociais que pudessem alargar a democracia existente no país, as reformas de base, transformava Goulart em personagem crítico para o governo americano.

Os EUA monitoravam a situação brasileira, assim como mantinham abertas as possibilidades de atuação no país:

A preocupação estratégica de Washington com o perigo comunista no continente levou o governo John Kennedy a valorizar tanto medidas reformistas (como políticas de crescimento com distribuição de renda) quanto política de contra insurgência e intervenção, a fim de impedir que grupos radicais ganhassem força e capilaridade.²⁰²

¹⁹⁸ FICO, Carlos. O grande irmão. Da Operação Brother Sam aos anos de chumbo, o governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

¹⁹⁹ NETTO, José Paulo. 2014. p. 33

²⁰⁰ O Democrata Lyndon Johnson era o vice-presidente de John Kennedy e assumiu a presidência após o assassinato de Kennedy em 22 de novembro de 1963. Johnson completou o mandato de Kennedy e foi eleito nas eleições de 1964, governando os Estados Unidos até 1969.

²⁰¹ NETTO, José Paulo. 2014. p. 33.

²⁰² LOUREIRO. Felipe Pereira. p. 70.

O governo americano mantinha ações do Departamento de Estado e de sua Agência Central de Inteligência (em inglês: Central Intelligence Agency, CIA) que já operavam no Brasil desde a década de 1950.²⁰³ Netto aponta para o aumento de americanos no Brasil, em 1962 foram “4.968 norte-americanos e, em 1963, 2.463 — número largamente superior aos dos anos 1954-1957 (então, a média anual de entradas de norte-americanos foi de 1.182 cidadãos”.²⁰⁴ Concomitantemente, o governo Kennedy desenvolveu programas de assistências econômicas para a região.

Unificando seus projetos de assistência externa, John Kennedy criou a USAID, em 1961, que ficaria encarregada pelos acordos externos americanos. A USAID participou de diversos acordos na América Latina e no caso brasileiro, a Aliança para o Progresso ocupou papel de preponderância e abarcou outros programas americanos como os Voluntários da Paz (em inglês: Peace Corps), criado em 1961, e os Alimentos para a paz (em inglês: Food for Peace).

O programa Aliança para o Progresso, também criado em março de 1961 pelo governo do presidente americano John Kennedy, tinha como objetivo ajudar economicamente os países latinos americanos e pretendia investir até 20 bilhões de dólares no continente em uma década. Mas o objetivo do programa não era tão somente a preocupação com as mazelas do continente:

Há décadas estudiosos debatem as razões por trás das origens e da falência da Aliança para o Progresso. Existe relativo consenso na literatura de que a origem do programa estaria relacionada, principalmente, à percepção de risco de segurança no hemisfério decorrente da Revolução Cubana de janeiro de 1959 e, sobretudo, do ingresso de Cuba na órbita soviética a partir de 1960. Nesse sentido, a Aliança teria constituído uma espécie de prolongamento da política de ‘contenção’ da América Latina, tendo como foco o desenvolvimento socioeconômico da região como forma de combater as raízes estruturais do comunismo e ideologias radicais, evitando a proliferação de novas Cubas²⁰⁵.

Os projetos da Aliança para o Progresso tiveram o nordeste brasileiro como uma das principais áreas de atuação, pela pobreza da região e pelo surgimento de movimentos sociais de trabalhadores do campo, como as ligas camponesas, contudo a região não refletiu em entrada abundância de recursos americanos. Mas todas as regiões brasileiras receberam ajuda econômica dos americanos. Os acordos com os governos estaduais passavam pela aprovação de órgãos do Governo Federal brasileiro, mas com a ascensão dos trabalhadores e movimentos sociais e a

²⁰³ NETTO, José Paulo. 2014. p. 34.

²⁰⁴ Idem, *ibidem*.

²⁰⁵ LOUREIRO, Felipe Pereira. A Aliança para o Progresso e o governo João Goulart (1961-1964): Ajuda econômica norte-americana a estados brasileiros e a desestabilização da democracia no Brasil pós-guerra. São Paulo: Editora Unesp, 2020.

defesa das reformas de base por Jango e seus aliados, as agências americanas passaram a construir os acordos sem a participação dos órgãos do Governo Federal, passando a negociar diretamente com os governadores.

O governo americano denominava de “ilhas de sanidade administrativa” (expressão cunhada pelo Embaixador Lincoln Gordon) os estados favorecidos com a ajuda econômica, eram estados em que a política era controlada por setores de oposição ao presidente Jango. A partir do aumento do ascenso dos setores populares e de trabalhadores, essa passou a ser a tônica da Aliança para o Progresso.

Essa política seguia as amplas diretrizes que o Presidente Kennedy expusera em fevereiro de 1962, em uma mensagem a Fowler Hamilton, administrador da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (em inglês: United States Agency for International Development) AID. A política das ‘ilhas de sanidade’ favorecia a assistência direta, através da AID, aos estados brasileiros dirigidos por governadores amigos, ao invés do governo central. Dentre os apoiados por tal política achavam-se Carlos Lacerda (da Guanabara), Adhemar de Barros (de São Paulo), Cid Sampaio (de Pernambuco), Aluísio Alves (do Rio Grande do Norte) e José de Magalhães Pinto (de Minas Gerais).” Dessa forma, a AID se tornou um canal para o governo americano colocar grandes somas à disposição desses escolhidos atores políticos, somas estas que poderiam ser usadas para financiar “projetos de impacto” que influenciassem a opinião pública²⁰⁶. (Grifos nossos)

O governo americano construiu, com a ajuda financeira aos governadores brasileiros pró-EUA, um dos seus centros de propaganda contra Goulart e seu governo: propaganda da democracia e ajuda humanitária com vistas à superação da miséria

O padrão de distribuição de auxílio econômico da Aliança para o Progresso a estados brasileiros claramente foi determinado por fatores políticos, tendo contribuído de maneira importante para a desestabilização da administração de Goulart e, conseqüentemente, para o colapso da democracia do pós-Segunda Guerra (...) As razões políticas que motivaram Washington a implementar esse padrão de distribuição de recursos. O favorecimento da administração Kennedy a governadores anticomunistas possuía três objetivos principais limitar o poder do presidente Goulart, fortalecendo seus principais adversários políticos nos estados; impulsionar candidatos para as eleições presidenciais de 1965; e por fim, em caso de necessidade, ter às mãos uma coalizão de governadores pró-Estados Unidos capazes de derrubar o presidente Goulart.²⁰⁷

Felipe Loureiro analisando a documentação oficial norte-americana, nas bibliotecas presidenciais de John Kennedy e Lyndon Johnson, localiza os objetivos da política de ilhas de sanidade:

²⁰⁶ DREIFUSS. 1981. p. 326.

²⁰⁷ LOUREIRO. Felipe Pereira. p. 33.

(...) primeiro, restringir as alternativas políticas do governo federal por meio do fortalecimento de grupos políticos “democráticos”, obrigando a União a dialogar com esses grupos e assumir compromissos políticos com eles, o que tenderia moderar potenciais ações radicais por parte do governo federal; segundo, viabilizar a candidatura de aliados em 1965 (que não ocorreria, evidentemente, em razão do golpe de março de 1964); e, terceiro, estabelecer uma espécie de “caução” (*hedge*) contra possíveis ações antidemocráticas de Jango ou de elementos da extrema esquerda, garantido que estados-chave da federação brasileira estivessem em mãos “democráticas”²⁰⁸

Os documentos americanos atestam que os critérios para seleção dos projetos da Aliança para o Progresso eram totalmente políticos, os governos escolhidos eram aliados dos interesses dos Estados Unidos. Para os governadores que mantinham linha política distinta e não se alinhavam com os interesses americanos, os projetos eram dificultados e muitas vezes negados.

O programa da Aliança para o Progresso, então, teria passado a ser utilizado para desestabilizar o governo Jango, através do financiamento direto de governadores anti-Goulart. O governo americano, com John Kennedy, criou uma lista ideológica para categorizar os governadores do Brasil e os principais políticos brasileiros no final de 1962, assim facilitando a destinação de verbas e a aprovação de projetos.

Categoria	Denominação	Governadores	Proporção
1	Comunista	0	0,0
2	Inocentes úteis	3	9,7
3	Esquerdista ultranacionalista	4	12,9
4	Reformistas radicais não comunistas	3	9,7
5	Centristas	14	45,2
6	Conservadores	7	22,6
7	Extremista de direita	0	0,0
8	Outros	0	0,0

²⁰⁸ IDEM, p. 143.

A tabela mostra 31 governadores, número maior que o de estados brasileiros, porque todos os governadores foram classificados, inclusive os com tempo de mandato distintos²⁰⁹, já que as eleições dos estados não aconteciam no mesmo momento.

Loureiro, a partir dos documentos dos governos norte-americanos, atesta que os estados com governadores considerados centristas e conservadores eram a categoria preferida pelos EUA já que congregava “políticas que supostamente aliavam desejos reformistas ‘radicais’, com uma posição anticomunista e pró-EUA”²¹⁰, recebendo a maior parte dos recursos. Essa racionalização, para a liberação de verbas, com a construção de um “índice ideológico para categorizar os políticos brasileiros”²¹¹, mostra o quanto o governo americano espionava, estudava e intervia na situação política brasileira.

Na literatura sobre a Aliança para o Progresso no Brasil é ponto pacífico que o programa fracassou.

As verbas da Aliança para o Progresso, a fim de pretensamente promover certa melhoria nos padrões de vida da população nordestina, constituíram apenas um dos instrumentos com que o imperialismo norte-americano jogou para conter ou esmagar qualquer revolução.²¹²

O conservadorismo foi a marca do programa de ajuda externa no Nordeste brasileiro. Os Estados Unidos permitiram que a Aliança para o Progresso fosse utilizada para manter e fortalecer a ordem tradicional dominante. Incapazes de ajudar a suprir a necessidade básica de mudança e modernização, os Estados Unidos escolheram uma política no Nordeste de cooperação com as elites regionais e justificaram a política em termos de uma ameaça comunista. Essa perspectiva confere o protagonismo da escolha na aplicação dos recursos da Aliança aos Estados Unidos, sem considerar o papel dos agentes locais conservadores nesse processo.²¹³

A face mais visível da falência da Aliança para o Progresso esteve no altíssimo número de golpes de Estado ocorridos na América Latina nos anos 1960. Entre 1961 e 1969, nada menos do que dezesseis golpes militares ocorreram no continente.²¹⁴

Após o golpe de 1964, a ajuda destinada aos estados brasileiros sofrerá de uma significativa redução das atividades das agências de ajuda econômica externa dos EUA no Brasil

²⁰⁹ A tabela e as informações foram retiradas de LOUREIRO, 2020. p. 122.

²¹⁰ Idem, p. 123.

²¹¹ A sistematização dos políticos, com destaque nos governadores, foi feita pela Embaixada norte-americana no Rio de Janeiro. LOUREIRO, p. 17.

²¹² BANDEIRA, Moniz. Presença dos Estados Unidos no Brasil (dois séculos de história). Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira, 1973. p. 447.

²¹³ Betfuer, Leonardo Laguna Pernambuco e a Aliança para o Progresso: ajuda econômica regional no Brasil de João Goulart (1961 - 1964) São Paulo, 2019, p. 22.

²¹⁴ LOUREIRO, 2020, p. 63.

e a partir da instalação da Ditadura Militar o Governo Federal volta a ser o receptor principal de auxílio econômico.²¹⁵

As medidas de ajuda econômica ao Brasil foram apenas uma das ações americanas durante o governo de João Goulart. Os americanos construirão sua política na Aliança pelo Progresso em conjunto com as políticas de contrainsurgência e intervenção durante todo o período. O governo dos Estados Unidos estimulou a desestabilização do governo de Jango e foi um dos principais patrocinadores do golpe de estado de 1964.

O golpe não nasceu nos Estados Unidos, nem resultado de um plano mirabolante dos americanos, mas sim resultado da dinâmica das lutas de classes no Brasil e da conjuntura daquele período, contudo é importante compreender a influência da Guerra Fria e consequentemente dos EUA para poder dimensionar o significado do golpe.

Os Estados Unidos ajudaram a financiar as ações do IPES e IBAD

A ingerência da CIA foi marcante no financiamento de entidades como o Instituto Brasileiro de Ação Democrática/IBAD, desde 1959 sob sua direta orientação (através do seu agente brasileiro Ivan Hasslocher), cujo objetivo principal era corromper processos eleitorais, e a Ação Democrática Parlamentar/ADEP, organizada em 1962, assim como o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais/IPES, criado por empresários brasileiros também em 1962 — tal financiamento sugou rios do dinheiro proporcionado pela agência norte-americana²¹⁶.

Nas eleições de 1962, Fico afirma que “o próprio Lincoln Gordon confessou que foram gastos, pelo menos, US\$ 5 milhões de dólares para financiar a campanha eleitoral dos candidatos favoráveis à política norte-americana e opositores de Goulart.”²¹⁷

Desde a descoberta de Phyllis R. Parker, em 1974, ampliou-se as documentações oficiais que perderam o selo de confidencial e passaram a vir a público, devido ao fim do prazo legal de sigilo. Essa extensa documentação se junta com uma enorme literatura desenvolvida, no Brasil e no exterior, sobre o golpe de 1964 que confirma a participação dos Estados Unidos. A política de propaganda visando conter Goulart não funcionou, o que derrubou o governo foi a força das armas.

As documentações são parte de uma sólida base para analisar a atuação americana no golpe. Uma parte da literatura sobre os programas de assistência econômica externa dos EUA

²¹⁵ IDEM, *Ibidem*, p. 73

²¹⁶ NETTO, 2014, p. 34 e 35.

²¹⁷ FICO; Carlos. *O Grande Irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 74.

foram elaboradas desses materiais, assim como as ações clandestinas usadas na desestabilização do governo.

Em 1961, Lincoln Gordon, um dos formuladores da Aliança para o Progresso, foi nomeado embaixador americano no Brasil. Gordon sempre negou que os EUA tiveram participação no golpe de 1964, mas a partir das descobertas publicadas no livro de Phyllis Parker passou a negar “veementemente que os Estados Unidos tenham desempenhado um papel direto no planejamento ou no financiamento do golpe.²¹⁸” Contudo os documentos apontam que a embaixada americana teve um papel crucial na vitória dos golpistas de 1964. A descoberta de Parker apontava a existência de uma operação secreta, nomeada de Brother Sam. A operação era um plano concebido em 1964, colocado em ação por Lyndon Johnson e que tinha como objetivo criar um plano de contingência para o agravamento da crise política brasileira no ano de 1964.

A Operação Brother Sam foi desencadeada pelo governo dos Estados Unidos, sob a ordem de apoiar o golpe de 1964 caso houvesse algum imprevisto ou reação por parte dos militares que apoiavam Jango, consistindo de toda a força militar da Frota do Caribe. As forças norte-americanas levavam armamentos, munição e combustível para ajudar os militares a vencer uma possível resistência ao Golpe. O envolvimento do governo dos EUA foi negado por todas as autoridades até 1976, ano em que o repórter do Jornal do Brasil, Marcos Sá Correa, teve acesso aos documentos classificados que provavam a existência da Operação.²¹⁹

Carlos Fico, em *O Grande Irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo*, aborda a questão do apoio oferecido pelos EUA aos golpistas brasileiros de 1964. Fico afirma que quando da indecisão de enfrentar as tropas golpistas que marchavam contra o João Goulart foi avisado do “apoio norte-americano aos golpistas e da disposição dos Estados Unidos de reconhecerem um governo alternativo ao dele, o que certamente teria pesado em sua decisão de não resistir”²²⁰. A operação não chegou a acontecer porque o governo Jango caiu rápido, entretanto ela teve papel determinante para a rendição de João Goulart.

Os documentos guardados na Biblioteca Lyndon Johnson, no Texas, ainda expõem telegramas enviados por Gordon insistindo pelo apoio direto do governo americano aos golpistas liderados pelo general Castello Branco.

²¹⁸ Green, James N.; Jones, Abigail Reinventando a história: Lincoln Gordon e as suas múltiplas versões de 1964 *Revista Brasileira de História*, vol. 29, núm. 57, jun, 2009, p. 15.

²¹⁹ Operação Brother Sam. In: <https://brothersam.wordpress.com/documentos/>

²²⁰ FICO; Carlos. 2008, p. 72.

Em 1976 o jornalista Marcos Sá Corrêa, apresentava uma série de reportagens publicadas no Jornal do Brasil (RJ) sobre a participação dos americanos no golpe de 1964. As reportagens eram baseadas em documentos que estavam na biblioteca Lyndon Johnson e que tinham sido desclassificados:

A série de reportagens revelava as articulações dos americanos antes do golpe, mostrando que eles sabiam nos mínimos detalhes o que iria acontecer. Além de gravações de reuniões e despachos diplomáticos, havia documentos da CIA e diversos perfis de altos funcionários do governo militar. Os documentos também revelavam, pela primeira vez detalhes sobre a Operação Brother Sam, um plano de contingência do governo dos EUA que enviou parte da frota naval americana no Caribe em direção ao porto de Santos com 100 toneladas de armas leves, munições, carregamentos de petróleo e aviões de caça para apoiar militarmente o golpe, caso houvesse resistência.²²¹

Com acesso a novos documentos, distintos dos que Phyllis R. Parker, Marcos Sá Corrêa e Moniz Bandeira tiveram acesso, Carlos Fico revela que existia um plano de contingência de apoio aos golpistas brasileiros para derrubar João Goulart, esse plano era datado de dezembro de 1963. Os documentos pesquisados confirmam a tese defendida por vários historiadores que o golpe foi planejado e que contou com apoio e dólares americanos.

A política de desestabilização levada a cabo pelos Estados Unidos contra o presidente João Goulart só se compara à intervenção dos EUA a Fidel Castro, em Cuba e ao primeiro ministro da Guiana Inglesa, Cheddi Bharat Jagan²²². Ao fim os EUA conseguiram derrubar o governo de João Goulart e foi o principal fiador externo dos governos ditatoriais que impôs os 21 anos mais sombrios da história do Brasil.

No próximo tópico deste capítulo abordaremos a atuação americana em Alagoas, a partir dos seus projetos e relação com o governo de Luiz Cavalcante.

4.2 Os Estados Unidos e o governador centrista de Luiz Cavalcante

A preocupação dos Estados Unidos com o surgimento de novas “Cubas” elevava o tom de preocupação com as regiões mais pobres, pois poderia surgir insurreições sociais. Neste sentido, a região Nordeste do Brasil era motivo de grande preocupação do governo dos EUA.

O Nordeste era uma região extremamente subdesenvolvida:

²²¹ www.cartacapital.com.br/mundo/quando-a-lei-de-acesso-dos-eua-bateu-as-portas-da-ditadura/

²²² FICO; Carlos. 2008, p. 74.

No início dos anos 1960, o Nordeste tinha aproximadamente 24 milhões de habitantes, cerca de um terço da população total do Brasil, estimada em 77 milhões de pessoas no período. A taxa de mortalidade da região era estimada em 60% durante o primeiro ano de vida. A expectativa de vida era de apenas 35 anos para 80% da população. O Nordeste tinha ainda elevada taxa de analfabetismo e subnutrição. Estes índices o equiparavam a alguns países da África e Ásia, e colocavam o Nordeste entre as regiões mais pobres do mundo.²²³

Ainda mais preocupante para os americanos era o estado nordestino de Pernambuco. O estado vizinho de Alagoas foi palco de grandes movimentos de luta pela terra, com mais destaque para a Liga dos Camponeses, movimento formado por trabalhadores rurais e sem terra que lutava pela Reforma Agrária no Brasil e tinha em Francisco Julião sua principal liderança. A agitação social do campo se somava à notoriedade das lideranças políticas do estado que ganhavam status de lideranças nacionais, o governador Miguel Arraes (1962 - 1964) era uma das referências do período.

Como já pontuado no capítulo anterior, os americanos não foram aos estados com o objetivo de modificar a realidade social, basta vermos os balanços dos programas de ajuda econômica, mas sim para conter o ascenso social e as reformas defendidas pelos movimentos e lideranças sociais, com a centralidade de parar o governo de João Goulart.

Dentro desse contexto, os americanos passaram a se preocupar com os estados brasileiros, e no Nordeste com Pernambuco e seus estados vizinhos.

A atuação americana em Alagoas começa a partir do contato do governo Luiz Cavalcante com o complexo IPES e IBAD. Logo no começo de sua gestão, o governador foi visitado por Ivan Hasslocher, fundador e diretor do IBAD. A visita foi acompanhada pelos secretários de estado e por empresários alagoanos. Em reportagem do DOEAL, o objetivo da visita era para “estabelecer vínculos e relações mais estreitas” do governo de Alagoas com o IBAD.²²⁴

A visita de Hasslocher resultou em diversas ações políticas em comum e de assessoramento do IBAD em ações políticas do governo Luiz Cavalcante. A mais importante foi a construção do seminário sócio econômico que resultou no Plano Trienal de Governo do estado de Alagoas (1963 - 1965):

²²³ Betfuer, Leonardo Laguna Pernambuco e a Aliança para o Progresso: ajuda econômica regional no Brasil de João Goulart (1961-1964). Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019, p. 28.

²²⁴ **Diário Oficial de Alagoas**. 24 de ago. de 1961, p. 1.

Nos anos de 1961 a 1962, a Federação das Indústrias do Estado de Alagoas realizou um seminário socioeconômico, do qual resultou um documento: o Diagnóstico Socioeconômico do Estado de Alagoas. Este documento analisava de forma detalhada a situação do Estado em todos os seus segmentos socioeconômicos, o que acabou sendo um grande subsídio para a elaboração do Plano Trienal do governo Luiz Cavalcante.²²⁵

Durante as discussões do seminário sócio-econômico, Paulo de Assis Ribeiro foi contratado pela Federação das Indústrias e CODEAL para coordenar os elementos de elaboração do Plano de Ação do Governo do Estado, a partir do Escritório Técnico Paulo de Assis Ribeiro. Durante o processo de construção do plano de governo, Paulo de Assis manterá proximidade com Everaldo Macedo de Oliveira, Secretário Executivo da CODEAL e Assessor Técnico do Governador que sempre o acompanhava e ao vice-governador em viagens e durante todo o governo de Luiz Cavalcante ficou como técnico em diversos programas do governo. Everaldo Macedo passa a representar Luiz Cavalcante nas reuniões que discutem projetos e planos para Alagoas²²⁶, pois era um dos intelectuais que pensava os projetos do estado e de Alagoas era o principal elaborador do Plano de Governo.

O Plano Trienal apresentava as seguintes diretrizes:

1. Planejamento e ação governamental; 2. Análise econômica e social de Alagoas; 3. Análise da situação financeira do Governo Estadual; 4. Recursos para o Planejamento; 5. Objetivos setoriais; 6. Dispendios necessários; 7. Programas setoriais.²²⁷

O Plano Trienal, no ponto de recursos para o planejamento, apontava na relação com os Estados Unidos e seus programas de ajuda financeira como uma fonte de financiamento:

A execução do programa “Aliança para o Progresso” surge como uma possibilidade de ampliação das fontes de financiamento para os programas governamentais. Espera-se o ingresso efetivo de recursos da USAID-Brasil, sob a forma de empréstimo, para o programa de habitação, e de auxílio para o programa integrado de saúde, no qual participa, também, o Governo Federal.²²⁸

Assis Ribeiro e Everaldo Macedo elaboraram o plano de governo contando com as verbas da Aliança para o Progresso, mostrando que a ajuda financeira propalada pelo governo norte americano era importante para o pequeno e pobre estado nordestino. Contudo, na finalização do Plano Trienal alguns projetos aprovados pela USAID-Brasil não seguiram os objetivos iniciais:

²²⁵ COSTA; Rodrigo José. 2013, p. 60.

²²⁶ Everaldo Macedo de Oliveira foi o Coordenador Geral da Comissão que apresentou as reivindicações de Alagoas ao presidente Jânio Quadros. **Diário Oficial de Alagoas**. 08 de Agos. de 1961, p. 1.

²²⁷ CABRAL, Luiz Antonio Palmeira APUD COSTA, 2013, p. 60 e 61.

²²⁸ Estado de Alagoas. Plano Trienal de Desenvolvimento 1963-1965, p. 106.

Foi apresentado, também, à USAID-Brasil projeto para obtenção de auxílio para o programa de educação, tendo sido o mesmo aprovado, com a condição da colaboração financeira cingir-se a forma de financiamento, o que não é do interesse do Governo Estadual.²²⁹

A condição de acordo da USAID modificou o projeto inicial, tanto que a redação do Plano Trienal é direta: “Procede-se atualmente a uma revisão do problema, de forma a tentar obter auxílio, como foi concedido a outros estados, com o que se poderá, não só cobrir o descoberto do programa de educação como ampliá-lo substancialmente”.²³⁰

O Plano Trienal conseguia vislumbrar a ação dos programas americanos como distintos conforme os estados. A análise das verbas para os estados brasileiros aponta que existiam prioridades nos estados, inclusive nos estados em que o governador tinha posição pró-EUA. Analisando as doações da USAID para o Brasil, Loureiro localiza os estados que mais receberam verbas, entre janeiro de 1962 e julho de 1963: Rio Grande do Norte, Guanabara²³¹ e Pernambuco²³² com respectivamente 24,9%, 24,5% e 14% do dinheiro doado aos estados brasileiros. Alagoas ficou com apenas 4,7% que equivalia a 370 milhões de cruzeiros.²³³

Inicialmente o Plano Trienal planejava obter 120 milhões de cruzeiros.²³⁴ Entretanto, o valor arrecadado foi maior, conforme os documentos americanos. O dinheiro seria investido em projetos de saúde pública e o restante em habitação e serviço social.

O plano apontava para a possibilidade de firmar outros convênios, o documento afirma que existia em estudos o financiamento da Aliança para o Progresso para aquisição de equipamentos rodoviários. Esta era uma forma de manter o governo estadual próximo da política americana, já que apontava para o futuro a possibilidade de liberação de verbas.

Era parte da política americana de empréstimos em dólar e em cruzeiro, principalmente pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. O banco foi fundado em 1959, e era uma das principais fontes de financiamento multilateral para o desenvolvimento econômico, social e institucional da América Latina e do Caribe que eram os membros do BID. Mesmo

²²⁹ IDEM, *Ibidem*.

²³⁰ IDEM, *Ibidem*.

²³¹ Com a mudança da capital do país para Brasília, o antigo Distrito Federal, tornou-se o estado da Guanabara em de 14 de abril de 1960. Na Ditadura Militar o estado foi fundido com o Rio de Janeiro, em 1º de março de 1975.

²³² As doações de Pernambuco foram todas feitas antes do governo de Miguel Arraes, Cid Sampaio.

²³³ LOUREIRO, 2020, p. 108.

²³⁴ No Plano Trienal de Desenvolvimento o valor corresponde apenas ao ano de 1963, mas é desconhecida a entrada de verbas da USAID-Brasil no ano de 1962, o que demonstra que de fato o valor investido foi menor do que o projetado.

sendo uma instituição multilateral, o peso dos EUA e a dependência dos países americanos fazia com que o BID atuasse como um representante da ajuda americana.

Esses empréstimos destinaram-se ao Nordeste, sobretudo via Banco do Nordeste como contratante, que ficou com três dos quatro empréstimos concedidos, tendo como objetivo a oferta de créditos industriais, o apoio a municípios nordestinos na expansão do sistema de água e esgoto e a construção de unidades habitacionais em estados da região.²³⁵

O Plano Trienal apontava que os programas de saneamento da cidade de Maceió seriam executados de acordo “com os projetos apresentados ao BID”²³⁶. Alagoas contou com financiamento do BID, via Banco do Nordeste, a partir de 1962, contudo era apenas em moeda brasileira, Cruzeiro, e não em dólar. O Plano Trienal estabelecia a continuação dos empréstimos para os anos de 1963 e 1964, respectivamente 427,5 e 445,6 milhões de Cruzeiros²³⁷. Loureiro confirma os valores e destaca que na região nordestina apenas Sergipe não conseguiu empréstimo maior que Alagoas.²³⁸

O Governo alagoano contava com as verbas do Governo Federal, maior parte do montante do seu financiamento, contudo para um estado subdesenvolvido as verbas ficavam muito aquém da necessidade real, logo os empréstimos da USAID-Brasil e do BID para as obras de infraestrutura eram essenciais para a implantação de políticas públicas. Os empréstimos eram parte do seu planejamento financeiro, diferente das verbas da Aliança para o Progresso eram vistas como ampliação das fontes, nesse sentido a boa relação com os Estados Unidos era vista como um caminho para ampliar a receita do estado.

A aproximação com os EUA, por parte do governador alagoano, não se dava apenas na busca de verbas financeiras. Havia interesses em comum, no caso o combate ao ascenso dos movimentos populares e de trabalhadores, assim como oposição ao presidente João Goulart. No balanço de 03 anos de gestão, o **DOEAL** publicou matéria que critica os “parcos recursos” do estado que faz o estado “recorrer a outros órgãos” e neste sentido coloca a crítica ao Governo Federal e o elogio aos EUA:

A Aliança para o Progresso é uma grande incentivadora dos planos de educação e habitação populares. Depois, a Sudene que apesar dos pesares [incompreensível] tem despendido alguma ajuda para Alagoas, notadamente em relação ao programa de

²³⁵ LOUREIRO, 2020, p. 100.

²³⁶ Estado de Alagoas. Plano Trienal de Desenvolvimento 1963-1965, p. 106.

²³⁷ Estado de Alagoas. Plano Trienal de Desenvolvimento 1963-1965, p. 124.

²³⁸ LOUREIRO, 2020, p. 115.

habitação. Outros órgãos federais também têm colaborado, embora restritamente, com a grande obra que o governador Luiz Cavalcante realiza.²³⁹

Nos dois anos de discussões do Seminário Sócio-econômico, o governo de Alagoas manteve constante contato com a embaixada dos Estados Unidos e com os representantes dos programas de ajuda econômica buscando apoio financeiro para seus projetos.

Uma das primeiras relações que o governo alagoano teve com os EUA foi com a vinda do cônsul Albert A. Rabiba, responsável da embaixada norte-americana de Pernambuco, em 25 de agosto de 1961. O DOEAL informa que o cônsul visitou escolas, se reuniu com o governador e com empresários alagoanos. No fim, prometeu levar às entidades particulares de seu país problemas educacionais de Alagoas”.²⁴⁰ A questão educacional será a primeira abertura de contato dos EUA com o estado alagoano.

O contato com os EUA ganha um responsável no governo com a nomeação do médico e administrador Ib Gatto Falcão para a Secretaria de Saúde e Assistência Social. Ex-secretário de Educação de Arnon de Mello, Ib Gatto tomou posse em setembro de 1961, durante a crise da renúncia do presidente Jânio Quadros. Nas inaugurações ou nas vindas de representantes americanos a Alagoas, era Ib Gatto Falcão o responsável por acompanhar e muitas vezes apresentar os projetos alagoanos. Nos eventos de inauguração das obras que contaram com cooperação dos norte-americanos, Ib Gatto era homenageado pelo governador nos discursos, além de ser um dos oradores.

No primeiro encontro realizado entre o governo alagoano e entidades americanas, tendo Ib Gatto Falcão como responsável, o médico articulou a vinda do embaixador para Alagoas de Merwin Bohan, “enviado especial do presidente John Kennedy”. Ib Gatto Falcão junto com Luiz Gutemberg ficaram como os responsáveis por coordenar os projetos que seriam apresentados ao embaixador. Merwin Bowan fazia parte do projeto americano de aproximação do Nordeste brasileiro e de elaboração do acordo entre a USAID (criada neste mesmo mês em substituição à ICA) e a Sudene.” A missão de Merwin Bowan fazia parte de “uma série de ações em diversas áreas - da economia à educação - e tinha como objetivo estratégico combater o que julgavam como influência comunista” na região.”²⁴¹

²³⁹ **Diário Oficial de Alagoas**. 31 de jan. de 1964. p. 2.

²⁴⁰ **Diário Oficial de Alagoas**. 26 de ago. de 1961. p. 1.

²⁴¹ Eu descobri no acervo da Biblioteca Truman, em Independence (Missouri), cópia de um estudo com recomendações para o desenvolvimento para o Nordeste feito a pedido do presidente Kennedy, de autoria de uma equipe comandada pelo economista Merwin Bohan. Chama-se Northeast Brazil Survey Team Report (Missão de Estudos sobre o Nordeste do Brasil). Foi entregue ao presidente em fevereiro de 1962 (...) Como digo na reportagem, “pela primeira vez o governo dos EUA preparava um plano específico de desenvolvimento para uma

A agenda da comissão chefiada por Merwin Bowan contou com 10 pontos: “colonização, abastecimento de água de Maceió, habitação popular, agricultura, erradicação do analfabetismo, segurança pública, perspectivas econômicas de Alagoas, viação, porto de Maceió”.²⁴²

O governador alagoano apresentou em mensagem à Assembleia Legislativa o balanço dos projetos apresentados e afirmando que a união com o povo americano representava o “espírito de Punta del Este, que induz um amplo esforço cooperativo para alcançar progresso econômico mais acelerado e justiça social”.²⁴³ Foram três as áreas trabalhadas de maneira pública: educação, habitação e saneamento.

Após a visita da missão chefiada por Merwin Bowan, Luiz Cavalcante manterá contatos constantes com a embaixada americana no Brasil, principalmente em viagens para o Rio de Janeiro. Em fevereiro de 1962, Luiz Cavalcante viajou para o Rio de Janeiro e durante 15 dias, como informa o DOEAL, buscou recursos para Alagoas e na visita o governador foi à embaixada dos EUA procurar “interessar a Aliança para o Progresso nos problemas alagoanos”.

Na mesma viagem, o jornal informa que o governador também esteve com Ivan Hassolechee, no IBAD, onde buscou acertar um “plano de colonização em Alagoas, sob os auspícios do instituto”.²⁴⁴ O plano começou a ser planejado a partir de 1962 e a entrega dos assentamentos foi feita em fevereiro de 1963. O governador afirmou que “a colonização seria junto com um projeto de trabalho com a terra (avicultura e plantação), a obra será feita com verbas federais, do IBAD e da Aliança para o Progresso”²⁴⁵

As idas à embaixada se repetiram em outros meses, contudo o andamento dos projetos pareciam modificar o objetivo das visitas. Em outubro de 1962, o governador, vai à embaixada americana, com o objetivo de “acelerar a ajuda da Aliança para o Progresso à Alagoas,” como informa o DOEAL.²⁴⁶

Na viagem, o governador afirma que em reunião com o Diretor do Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais, as obras de construção do Porto de Maceió começaram em

região sub-nacional”. Em 13 de abril de 1962 o presidente João Goulart e o presidente Kennedy assinaram em Washington o Northeast Agreement (Acordo do Nordeste), que previa investimentos de US\$ 131 milhões na região (em valores atualizados, isso representava em 2006 cerca de US\$ 650 milhões). A ação fazia parte da Aliança para o Progresso, projeto prioritário do governo Kennedy, voltado para a América Latina. SANTIAGO, Vandek. **Um padre, os americanos e os agitados anos 60**. Diário de Pernambuco, Pernambuco, 17 de mar. de 2016. Disponível em: <<http://www.impresso.diariodepernambuco.com.br/noticia/cadernos/emfoco/2016/03/um-padre-os-americanos-e-os-agitados-anos-60.html>> Acesso em 16 de ago. de 2022.

²⁴² **Diário Oficial de Alagoas**. 30 de nov. de 1961. p. 1.

²⁴³ **GOVERNO LUIZ CAVALCANTE. Mensagem** - 1964, Maceió, Imprensa Oficial, 1964.

²⁴⁴ **Diário Oficial de Alagoas**. 13 de fev. de 1962. p. 3.

²⁴⁵ **Diário Oficial de Alagoas**. 11 de jan. de 1963. p. 3.

²⁴⁶ **Diário Oficial de Alagoas**. 28 de out. de 1962. p. 1

1963, a partir de verbas federais. A reconstrução do Porto de Maceió estava entre os 10 pontos apresentados à missão americana, contudo será com as verbas do Governo Federal que o governo alagoano realizará as obras. Apesar de criticado, o Governo Federal de Jango mantinha a maior parte dos projetos no estado alagoano.

No mês de dezembro de 1962, o governo alagoano recebeu autorização do BID e da USAID para começar as obras de ampliação dos reservatórios de água do Serviço de Água e Esgotos de Maceió (SAEM)²⁴⁷. O projeto se encaixava no ponto de obras de abastecimento de água de Maceió.

Os americanos também organizaram no estado o programa “Alimentos para a Paz” e tinha como uma de suas bases Alagoas, a USAID Nordeste usava os galpões da Cooperativa Pindorama como base para estocar os alimentos que seriam entregues no estado e no Nordeste.²⁴⁸

O acompanhamento do **DOEAL** mostra que as visitas de representantes da Aliança para o Progresso a Alagoas fora constantes. Os representantes vinham para fiscalizar as obras²⁴⁹, discutir e firmar projetos²⁵⁰ e algumas vezes para eventos comemorativos ou para fazer promessas²⁵¹. Essa assiduidade era para marcar presença no imaginário do povo alagoano de que os Estados Unidos eram parceiro do estado e ao mesmo tempo para estreitar laços com as classes dominantes, sempre que estavam em Alagoas os representantes sempre faziam reunião com o governador e sua equipe e com setores empresariais. As visitas marcavam um contraponto com o governo de Jango que tinha menos visibilidade no Diário.

Os dois setores que contaram com mais presenças dos EUA foram a educação e a questão da moradia. Na educação, em 03 de maio de 1963, foi firmado convênio da embaixada norte americana com o governo de Alagoas para a oferta de educação primária. O projeto envolvia a ampliação e a construção de novas escolas

²⁴⁷ **Diário Oficial de Alagoas**. 04 de dez. de 1962. p. 3.

²⁴⁸ **Diário Oficial de Alagoas**. 29 de mar. de 1963. p. 1.

²⁴⁹ “Assessores da Aliança para o Progresso tiveram ótima impressão dos serviços em andamento nas unidades sanitárias no interior” - Uma comissão de representantes de órgãos de saúde visitou unidades de atendimento de saúde que receberam verbas da Aliança para o Progresso, no interior de Alagoas. As ações faziam parte do convênio adicional ao Programa Integrado de Saúde assinado com a Aliança para o Progresso, no qual o estado receberia ajuda financeira do governo americano para serviços de saúde. **Diário Oficial de Alagoas**. 19 de fev. de 1962. p. 1.

²⁵⁰ “Governo firmou dois convênios com a Aliança para o Progresso” - Com a presença de Mrs Byrnes, representante da Aliança foi firmado convênio para serviços de abastecimento de água e a construção de casas populares”. **Diário Oficial de Alagoas**. 26 de abr. de 1963. p. 1.

²⁵¹ “Governador disse ao cônsul americano que Alagoas estava credenciada a receber a prometida ajuda da Aliança para o Progresso.” Durante o coquetel oferecido ao adido cultural dos EUA no Recife, na prefeitura de Palmeira dos Índios, o governador afirmou que já apresentou projeto de habitação popular, educação, ampliação e abastecimento d'Água de Maceió e que o projeto já foi aprovado pela SUDENE. **Diário Oficial de Alagoas**. 22 de jan. de 1963. p. 1.

O projeto de educação elementar e básica em Alagoas está se desenvolvendo rapidamente. Graças ao auxílio da Aliança, o secretário de Educação afirmou que duas salas de aula estão sendo construídas semanalmente. Espera-se que 1100 salas de aulas estejam construídas ao fim do projeto.²⁵²

A partir do convênio a Secretária de Educação e Cultura passou a se adequar às exigências da USAID, “dois técnicos Marina Couto (assistente técnico de educação) e Maria do Carmo Leal Pereira (assistente técnico do ensino elementar da USAID Nordeste) ficaram responsável de analisar o funcionamento e a estrutura de cada órgão, distribuir melhor as suas atribuições”²⁵³.

O convênio foi estabelecido com a entrega de 260 milhões de Cruzeiros a Secretaria de Educação, a verba fazia parte dos 1261 milhões de Cruzeiros que seriam entregues ao Governo de Alagoas. A entrega da primeira parcela foi feita por Philip Schwab, diretor do Aliança para o Progresso, no dia 24 de setembro de 1963. Na entrega do cheque Philip Schwab discursou e afirmou que a liberação do dinheiro demorou por conta do Governo Federal

Após a assinatura do convênio, surgiram diversas dificuldades que deveriam ser eliminadas, e que não dependiam da vontade de um ou de todos os signatários. Certas medidas legislativas por parte do Governo Federal brasileiro se faziam necessárias antes que o convênio pudesse entrar em vigor. Essas medidas não foram tomadas no decorrer dos dado meses (SIC) que sucederam a assinatura do convênio (...) Faço esta observação, sem querer criticar qualquer pessoa ou qualquer órgão, mas as medidas são uma carga pesada e inconveniente que devem ser aceitas como empecilhos na convicção de que eles existem para o benefício de todas as pessoas interessadas - tanto brasileiros quanto norte americanos.²⁵⁴

O representante da Aliança do Progresso, com sua crítica ao Governo Federal, reproduzia a postura americana de fazer contato diretos com as lideranças estaduais, como preconizava a Constituição de 1946, e como foi necessário passar pelos órgão do Governo Federal fez o discurso crítico. Apesar de não sabermos como se organizou os trâmites, não seria absurdo apontar que a demora pela liberação tenha sido um entrave criado pelo órgão norte americano como forma de crítica ao governo brasileiro.

Em seu discurso ainda proferiu:

Qual o interesse do Governo Americano em ajudar o Brasil? O interesse do governo americano nos ideais de *Punta del Este*, não é o interesse de uma organização de

²⁵² **Jornal de Hoje**. 30 de março de 1964.

²⁵³ **Diário Oficial de Alagoas**. 05 de jul. de 1963. p. 1.

²⁵⁴ **Diário Oficial de Alagoas**. 25 de set. de 1963. p. 4.

burocratas, de diplomatas ou de políticos. O interesse do governo americano nasce da crença por parte da maioria do povo dos Estados Unidos, de que onde existe miséria, doença, pobreza ou ignorância, em qualquer parte do mundo, existe uma séria ameaça à segurança e à felicidade de todos os povos. Por causa dessa nossa crença é que devemos nos identificar com a falta de oportunidade educacional para cada menino ou menina, nos mais remotos vilarejos do estado de Alagoas e que aqui me encontro hoje para fazer a entrega deste cheque ao senhor governador, numa demonstração de nossa inabalável convicção de que o povo norte-americano não é diferente do povo brasileiro. Mas de que seus problemas, e suas necessidades são as nossas necessidades.²⁵⁵

O diretor da Aliança para o Progresso consegue sintetizar os interesses americanos em seu discurso. Se por um lado estava o determinante político da atuação norte-americana para enfraquecer a democracia brasileira, por outro a ajuda dos Estados Unidos se inseriu em um projeto de modernização da sociedade brasileira, que seguia o modelo norte-americano de modernização capitalista, como podemos ver na ideia de criação de oportunidade educacional para meninos e meninas. O condicionamento do estado para receber as verbas era pressuposto da Aliança para o Progresso.

Em Alagoas, os programas realizados pela USAID na área de educação localizaram, principalmente, na construção de escolas como meio de se expandir o ensino básico e primário. No começo do ano de 1964, entre os meses de janeiro a abril, serão realizadas diversas viagens de membros da secretaria de educação que partindo de Maceió para o interior tinham os objetivos de visitar as cidades que seriam sede das novas escolas, fiscalizar obras e acompanhar a organização educacional da educação nos municípios. Os funcionários da Secretaria de Educação e Cultura recebem diária da viagem com dinheiro do fundo USAID-Brasil. Em todas as viagens o DOEAL publicou o nome do funcionário em viagem, o destino, o valor da diária e em alguns o objetivo, e destacam que a ajuda de custo é por conta do acordo firmado entre governo de Alagoas, USAID-Brasil, SUDENE e MEC (Fundo da USAID-Brasil).

Em março de 1964, depois de diversas viagens, começa a inauguração de reformas de prédios escolares e de novas escolas. Na inauguração do grupo escolar Monsenhor Macedo, em Palmeiras dos Índios, estavam Claude Vila Real da USAID - Brasil e Robert Goldman, representando Teodoro Moscovo da Aliança para o Progresso.²⁵⁶

O conjunto de inaugurações de escolas com verbas dos programas americanos continuará até o primeiro ano da Ditadura Militar, quando diminuiu a ajuda financeira dos programas.²⁵⁷

²⁵⁵ IDEM, *Ibidem*.

²⁵⁶ **Diário Oficial de Alagoas**. 05 de mar. de 1964. p. 1.

²⁵⁷ Muitas das escolas também se mantêm como testemunhas históricas desse processo, uma delas é a Escola Estadual Aurelina Palmeira de Melo, que foi inaugurada em 22 de fevereiro de 1965 e recebeu o nome de Grupo Escolar Presidente Kennedy, mas em 3 de Agosto de 2002, o governador Ronaldo Augusto Lessa Santos, em

Outro setor com destaque na atuação dos Estados Unidos em Alagoas é a questão da moradia. Na década de 1960 Alagoas era o 4º estado com maior densidade demográfica do Brasil, em 1960. E também era um dos estados com menor renda per capita (45,2). Além disso, o estado vivia um processo de modernização do setor canavieiro que levou a saída de muitos trabalhadores do campo e suas famílias para a zona urbana, principalmente na capital Maceió. Esse processo aumentou a demanda por moradia na capital, mas também no estado. E junto com o ascenso das lutas sociais por terra, tendo no estado pernambucano, vizinho de Alagoas, o epicentro que poderia ser espalhado para Alagoas, era necessário o governo manter o controle sobre a questão da moradia no estado.

Quando da visita da missão americana chefiada por Merwin Bohan, Ib Gatto Falcão ficou como responsável pelo debate da habitação popular e de abastecimento e alimentação²⁵⁸. E foi a partir do secretário de saúde e assistência social que foram feitos os contatos com a Aliança para o Progresso, USAID e o embaixador americano no Brasil para tratar dos financiamentos dos projetos de habitação. Em reunião no Rio de Janeiro, no dia 20 de fevereiro de 1962, o embaixador confirmou o convênio para construção de habitação no estado.²⁵⁹

Para melhor gerir as construções de obras do estado, o governo Luiz Cavalcante colocou em funcionamento a Fundação Alagoana de Serviços Assistências. A FASA tinha sido criada no governo Muniz Falcão, entrando em funcionamento durante o governo de Luiz Cavalcante e na prática fazia o papel de organizar as atividades que recebiam verbas das agências dos Estados Unidos. Ib Gatto tornou-se o responsável pela Fundação e acumulava a função junto com a Secretária de Saúde e Assistência Social. O prestígio do médico-secretário o fez participar de palestras e exposições sobre a questão da moradia, os convites partiam do IPES e de governos opositores ao governo João Goulart.

Com o convênio firmado com a Aliança para o Progresso, as obras da construção de moradias começaram em março de 1963 e seriam feitas no bairro do Vergel do Lago, em Maceió, para atingidos pela cheia de agosto de 1962. Apesar da verba americana, o estado alagoano arcava com a maior parte das despesas.²⁶⁰ Em 14 de junho a USAID entregou a ajuda financeira ao governo do estado para construção de casas populares:

homenagem as mulheres alagoanas, colocaram os nomes de cinco professoras nas escolas estaduais, mudando assim o nome do Grupo Escolar Presidente Kennedy para Escola Estadual Professora Aurelina Palmeira de Melo.

²⁵⁸ **Diário Oficial de Alagoas**. 30 de nov. de 1962. p. 1.

²⁵⁹ **Diário Oficial de Alagoas**. 21 de fev. de 1963. p. 1.

²⁶⁰ **Diário Oficial de Alagoas**. 28 de fev. de 1963. p. 1.

O doutor Guilherme Loveluck, assistente do senhor Martins Muller, chefe da divisão de Recursos Humanos da USAID, entregou 86 milhões e 895 mil cruzeiros para a execução da primeira parte do projeto de habitações populares elaborada pelos técnicos de Alagoas.²⁶¹

Em todas as matérias sobre a construção do conjunto residencial é feito o destaque do Secretário Ib Gatto Falcão como o responsável pela aprovação do projeto junto com a Aliança para o Progresso. Na comemoração de 03 anos de governo é divulgado um calendário de inauguração e nele consta a data da entrega do conjunto residencial que ganha o nome de Vila Presidente John Kennedy.²⁶²

No dia 09 de março, o governador Luiz Cavalcante, no Rio de Janeiro, convida o embaixador Lincoln Gordon para a inauguração da Vila Kennedy, como é popularmente conhecida.

Como todos alagoanos sabem o governo norte americano tem dado grande contribuição ao nosso país e particularmente ao estado de Alagoas, notadamente no setor de habitações populares, com financiamentos através da Aliança para o Progresso. Digno de ressaltar também é a contribuição para a ampliação da rede escolar e combate ao grave problema do analfabetismo. Daí a justeza do convite que representa o pensamento dos alagoanos que tem consciência dos grandes benefícios que estão sendo trazidos para nosso estado.

O embaixador confirmou a vinda para a inauguração da Vila Kennedy, que aconteceria no final do mês de março. Gordon não participou e os jornais alagoanos afirmavam que o embaixador se ausentava por conta da situação política do país²⁶³. Os documentos revelados confirmam que a ausência de Gordon estaria ligada à situação política, mais precisamente à atuação política do embaixador.

Na reportagem histórica de Marcos Sá Corrêa para o Jornal do Brasil, em 1976, a partir dos documentos confidenciais tornados públicos ao fim do prazo legal de sigilo, da Biblioteca Lyndon Johnson, conseguimos ter dimensão da organização americana para o golpe de 1 de abril. No dia 30 de março a subsecretária do Departamento de Estado em Washington e o serviço diplomático norte-americano no Brasil enviou dois comunicados que orientava o serviço diplomático brasileiro a total atenção as movimentações das “forças anti-Goulart” e que o corpo

²⁶¹ **Diário Oficial de Alagoas**. 15 de jun. de 1963. p. 1.

²⁶² **Diário Oficial de Alagoas**. 29 de jan. de 1964. p. 1.

²⁶³ Em matéria intitulada: “Lincoln Gordon não vem”, o jornal de hoje afirmava que a ausência do cancelamento da viagem de Gordon teria sido motivado pela gravidade da situação nacional. Jornal de Hoje. 30 de mar. de 1964, p.1.

diplomático americano em todo o país informasse “diretamente a Washington e que repitam para a Embaixada todos os desenvolvimentos significativos em relação à resistência militar ou política ao regime de Goulart. Todos os postos devem manter um alerta de 24 horas para estes acontecimentos.”²⁶⁴

O governo americano sabia das movimentações dos golpistas e não queriam ser pegos de surpresa. E o principal elaborador da política de Washington era o embaixador brasileiro. Gordon viajaria para Alagoas dia 30, mas seria impossível cumprir a agenda. O motivo da ausência foi revelado na troca de telegrama do embaixador com o Departamento de Estado, no dia 29 de março de 1964:

O que é necessário agora é uma indicação suficientemente clara da preocupação do governo dos Estados Unidos de tranquilizar o grande número de democratas no Brasil que não somos indiferentes ao perigo de uma revolução comunista aqui, mas expressa em termos que não podem ser abertamente rejeitados por Goulart como intervenção indevida. **Estou cancelando minha viagem programada para Alagoas e Bahia de segunda a quarta-feira, enviando Kubisch para me representar, e esse cancelamento será uma medida de preocupação.** Nossos contatos discretos e informais com brasileiros amigáveis também ajudam. Nada que nós aqui possamos fazer, entretanto, será quase tão influente quanto uma declaração de alto nível de Washington. Os relatórios de imprensa em casa sobre a crise da marinha certamente poderiam servir de referência para tal declaração.²⁶⁵

A entrega das casas aconteceu com Jack Kubisch, Diretor Geral da USAID no Brasil (1962-1964). Na entrega das casas foi destacado o papel da FASA e de Ib Gatto Falcão que junto com o governador Luiz Cavalcante e Jack Kubisch foram os principais oradores do evento. A construção da Vila Kennedy foi a principal obra de moradia organizada pelo governo alagoano, a partir das verbas da Aliança para o Progresso.

Em Alagoas, as atuações públicas dos Estados Unidos renderam aparição nos jornais e nos documentos de governo do estado alagoano, contudo enquanto publicamente as agências americanas se apresentavam como solidárias e combatentes da pobreza do povo alagoano, existia uma atuação oculta.

A informação de que a CIA ajudou a organizar um exército clandestino em Alagoas²⁶⁶ não seria um absurdo, pois treinamento e “modernização” das forças policiais civis fazia parte

²⁶⁴ CORRÊA; Marcos Sá. **1964 – visto, anotado e comentado pela Casa Branca.** *Jornal do Brasil* em 19 de dezembro de 1976.

²⁶⁵ Biblioteca Johnson, Arquivo Nacional de Segurança, Arquivo do País, Brasil, vol. II, 3/64. Ultra secreto. Impresso a partir de uma cópia preliminar do telegrama. Foi enviado à Casa Branca em 30 de março. (Memorando de Helms até Bundy, 30 de março; *ibid.*) APUD MAJELLA, Geraldo.

²⁶⁶ BANDEIRA, Moniz. **O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964.** São Paulo: Editora UNESP, 2010. 8ª edição. p. 250.

do pacote de “ajuda” da Aliança para o Progresso. O mais próximo da confirmação desta ação é a ata da 27ª sessão ordinária da Assembleia Legislativa, onde os deputados estaduais Lauro Farias (PST) e Luiz Coutinho (PSP) propõem um voto de aplauso ao deputado Antônio Gomes de Barros (UDN) “líder incontestado da revolução civil em Alagoas”, por organizar a defesa que ajudou a “solapar o dispositivo comunista ateu internacional”.²⁶⁷ O requerimento foi votado de maneira unânime.²⁶⁸

O Jornal de Hoje, em matéria sobre o voto de aplauso de Antônio Gomes de Barros, explica que:

Um requerimento de autoria do deputado Lauro Farias, subscrito por mais de duas dezenas de deputados, foi igualmente aprovado, de reconhecimento ao líder do governo na Assembleia Legislativa Estadual Antônio Gomes de Barros, pela atitude patriótica e destemida em defesa da democracia brasileira que armou um dispositivo de resistência, na esfera civil contra investida comunista (sic) país e, particularmente em Alagoas.²⁶⁹

Sugestão de mudança do trecho: Mesmo que não sejam totalmente conclusivas, há evidências de atuação de lideranças e forças armadas paramilitares (clandestinas ou não) em Alagoas. Isso mostra o quanto os Estados Unidos buscavam preparar seus aliados para enfrentar as forças de oposição a Goulart. A atuação do líder do governo na Assembleia confirma que existia política do governador de conspiração e ação militar.

A aproximação do governador e seus aliados com a Aliança para o Progresso e os Estados Unidos se dava por conta de interesses financeiros, o estado alagoano buscava novas fontes de financiamentos. Mas também estava explícito os valores associados a esta aproximação, pois dentro de um contexto de Guerra Fria e de vivo anticomunismo, a classe dominante alagoana tinha no governo Luiz Cavalcante um representante e nos EUA uma referência.

O interesse dos EUA em Alagoas era político, o estado representava os objetivos que a administração Kennedy buscava para apoiar os governadores: um governador anticomunista, opositor do presidente Goulart e um governador importante na coalizão de governadores pró-Estados Unidos capazes de derrubar o presidente Goulart.

²⁶⁷ Ata da 27ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa de Alagoas. Maceió, 07 de abril de 1964.

²⁶⁸ Apenas as atas da Assembleia Legislativa Estadual (ALE) do ano 1964 foram preservadas no Arquivo da Assembleia Legislativa. Os discursos e projetos do ano de 1964 foram perdidos. Segundo Cassiano Belo Neto, Diretor de Gestão Documental da ALE, os arquivos passaram por várias mudanças de gerenciamento, extraviados e até sofreram um incêndio criminoso e isso explica a ausência de documentos.

²⁶⁹ Jornal de Hoje. 08 de abr de 1964.

Luiz Cavalcante estava categorizado como governador centrista²⁷⁰, no índice ideológico para categorizar políticos brasileiros criado pela Embaixada norte-americana no Rio de Janeiro. Na denominação americana, os governadores centristas eram os “liberais e reformistas moderados que, apesar de adotarem uma retórica pró-reformas de base, na prática não estão engajados em executá-las”²⁷¹. Essa era a categoria preferida pelos EUA na hora de liberar as verbas da Aliança para o Progresso, pois congregava políticas que supostamente aliavam desejos reformistas, com uma posição anticomunista e pró-EUA.

A caracterização americana é certa e nos ajuda a compreender o significado das reformas realizadas pelo governador Luiz Cavalcante. A Reforma Agrária, por exemplo, feita em terras devolutas e com pequenos lotes, não representou uma mudança na desigualdade da distribuição fundiária alagoana. No fim não tivemos uma política revolucionária e muito menos evolucionária, como o governador gostava de nomear seu projeto de Reforma Agrária. O resultado foi uma ínfima distribuição de posses de terras que Cavalcante usava como apoio ao seu discurso de pretensão “reformista” e aplacava os interesses de determinados grupos locais pelo acesso à terras públicas “ociosas

Na educação, apesar de representar uma evolução o aumento das escolas no estado, Alagoas manteve a dianteira nacional nos índices de analfabetismo, realidade que ainda se mantém no século XX.

As referências acima são apenas para afirmar que as políticas americanas serviram mais como construção de contenção de Goulart, principalmente quando olhamos o resultado das eleições dos vizinhos do estado alagoano, em janeiro de 1963. Com a vitória de Seixas Dória, em Sergipe; e de Miguel Arraes, em Pernambuco. Os dois novos governadores eram categorizados com perfis problemáticos para os EUA - Miguel Arraes como companheiro de viagem ou inocente útil²⁷² e Seixas Dória esquerdista ultranacionalista²⁷³.

Alagoas no meio dos dois estados, para os americanos, poderia representar uma contenção importante, caso fosse necessário. Mas a política americana parecia não apostar em Alagoas, pois mesmo com um governo considerado aliado, o estado não era muito favorecido pelos dólares americanos. No Brasil, entre os anos de 1961 e 1964, o governador que mais

²⁷⁰ LOUREIRO, 2020.

²⁷¹ LOUREIRO, 2020, p. 100.

²⁷² Segundo o índice americano eram “esquerdistas radicais ou esquerdistas ingênuos (dupes) que, na prática, seguem a linha do Partido Comunista”. LOUREIRO, 2020. p. 120.

²⁷³ “Esquerdistas ultranacionalistas que são consistentemente anti-EUA, mas que não seguem a linha do Partido Comunista de forma consistente”. LOUREIRO, 2020, p. 120.

recebeu ajuda econômica dos Estados Unidos e do BID foi o governador da Guanabara, Carlos Lacerda, com 41% do total investido; e no Nordeste, foi o governador de Pernambuco, Cid Feijó Alves, antecessor de Miguel Arraes e ferrenho opositor de João Goulart, com 7% do total investido. Luiz Cavalcante ficou com menos de 1% da ajuda dos dólares americanos.

Noutras palavras, para os americanos o governador era importante como aliado, mas não tão importante no que seria o central na luta pelo enfraquecimento do Governo de João Goulart, vide o papel destacado dado para a Guanabara e para Pernambuco, estados mais importantes na política de ajuda americana. O primeiro pela importância econômica e geopolítica; o segundo pelo potencial de conflito e rebeldia, possivelmente eo maior do Nordeste. No estado pernambucano, inclusive, a construção da oposição ao governador Miguel Arraes, esteve mais centrada em opositores internos do que nos vizinhos alagoanos.²⁷⁴

Para os Estados Unidos as verbas e tratamento com Alagoas refletiam a importância do estado, o agrado com as migalhas era o necessário para conter o avanço da esquerda e difundir a propaganda americana. E para o governo alagoano a pequena ajuda cabia como um alento à realidade do estado.

²⁷⁴ Betfuer, Leonardo Laguna Pernambuco e a Aliança para o Progresso: ajuda econômica regional no Brasil de João Goulart (1961 - 1964) São Paulo, 2019.

CONCLUSÃO

Queremos assegurar a todos que discordam de nós: podem ficar tranquilos em seus lares, com a esposa e filhos; vocês também são brasileiros; vocês também são alagoanos; vocês também amam esta terra; vocês também são nossos irmãos. (Luiz Cavalcante)²⁷⁵

Após o golpe, o governador Luiz Cavalcante garantia, em nota oficial enviada para todos os jornais alagoanos, que após a “revolução contra Goulart, Alagoas manteria a paz e os que estiveram do outro lado seriam respeitados.” Entretanto, logo nos primeiros dias de abril “mais de uma centena de alagoanos foi parar nas prisões da capital e do interior.”²⁷⁶ Em entrevista, Rubens Quintella, um dos delegados responsáveis pelas prisões afirmava abertamente que “a tortura usada contra os marginais foi transportada para a repressão política” e sem constrangimento relembra os métodos e os torturados do pós golpe.²⁷⁷ A Ditadura Empresarial-Militar em Alagoas impôs um programa e foi brutal contra aqueles que se colocaram na defesa do alargamento da democracia política no Brasil.

Muniz Falcão, ex-governador de Alagoas e um dos perseguidos pela ditadura, foi impedido de assumir o governo do estado pela segunda vez, em 1965, por uma manobra da assembleia legislativa sob o pretexto de não ter obtido a maioria absoluta dos votos. O impedimento representava a imposição do projeto defendido pelo golpe empresarial-militar que excluía qualquer mudança ou curva diferente. Assim, a lembrança da gestão progressista de Muniz Falcão se tornava impedimento para a volta do ex-governador.

Esta dissertação partiu do objetivo inicial de tentar compreender os movimentos sociais e políticos conservadores e liberais que atuaram na construção e consolidação do Golpe Civil-Militar de 1964, em Alagoas. Nesse sentido, o Governo de Luiz Cavalcante, que já se colocava como um governo das classes dominantes alagoanas, com as elites agrárias canavieiras liderando, com o golpe empresarial-militar reforçou a consagração de um projeto para Alagoas.

A grande marca do processo político alagoano foi a ativa participação e centralidade da atuação do governo Luiz Cavalcante na construção do Golpe de Estado, atuando por meio da máquina do estado, do poder institucional. Dessa forma, pudemos notar que o órgão oficial das ações do estado, **DOEAL**, se tornou uma arma política do governador e seus aliados. E os

²⁷⁵ **Diário Oficial de Alagoas**. 02 de abr. 1964, p. 1.

²⁷⁶ TICIANELLI, Edberto. Alagoanos processados pela Ditadura Militar de 1964. Maceió, 17 de jul. 2015. Disponível em: <<https://www.historiadealagoas.com.br/os-processados-em-alagoas-pela-ditadura-militar-de-1964.html>>. Acesso 22 jul. 2022.

²⁷⁷ **Última Palavra**. 2 de set. 1988.

acordos políticos com instituições conservadoras e liberais foram a expressão dos interesses da classe dominante e dos movimentos sociais e políticos conservadores.

A presença do IPES e do IBAD reforçou o projeto das elites alagoanas: a manutenção da grande propriedade agrária. Como tivemos oportunidade de apontar ao longo deste trabalho, muitos dos planos, diretrizes e projetos de governo foram amplamente promovidos através dos programas que o IPES e o IBAD construíram em parceria com o Governo de Luiz Cavalcante. Alagoas foi a concretude das ações preconizadas pelo IPES/IBAD e sistematizadas no âmbito de escritório de consultoria a ele vinculado, o ETPAR. Os projetos de Reforma Agrária desenvolvidos não representaram nenhuma mudança no combate às desigualdades ao acesso às terras no estado alagoano. Os projetos governamentais citados na dissertação evidenciam a farsa dos projetos de colonização implantados.

A partir do IBAD e do IPES o governo alagoano se aproximou das agências de ajuda econômica dos EUA. A aproximação política marcada pelo anticomunismo e pela oposição ao governo João Goulart, resultou em diversos programas realizados em Alagoas pelos EUA. Com presença na educação, moradia, obras de infraestrutura, os Estados Unidos usaram da ajuda econômica para se aproximar de um governador opositor das políticas do presidente, e assim ser parte do projeto de enfraquecimento da democracia brasileira

A ajuda americana a Alagoas, se comparada com os outros estados brasileiros, eram valores bem menores, contudo a ajuda representava uma parte importante das fontes de financiamento para o estado alagoano desenvolver suas políticas e programas governamentais. Isto mostra que na relação entre EUA e Alagoas havia troca de interesses, mas se mantinha a centralidade política de oposição às reformas de Goulart: para o governo de Alagoas porque as reformas colocavam a questão da grande propriedade em evidência e para os EUA as reformas poderiam potencializar a proliferação de uma nova Cuba na América.

No fim os projetos defendidos por esses setores liberais conservadores não modificaram as desigualdades alagoanas. Apresentando uma retórica pró-reformas que no fim, como vaticinou Luiz Sávio de Almeida “Alagoas é o caso típico de uma elite predatória que continuou durante a ditadura, saiu da ditadura e tem vida ativa atualmente.”²⁷⁸

²⁷⁸ Em entrevista ao jornal **Gazeta de Alagoas**, em 28 de mar. de 2004.

REFERÊNCIAS

PERIÓDICOS

Diário Oficial de Alagoas (AL) - 1961/1965

Estado de São Paulo (SP) - 1963/1964

Folha de São Paulo (SP) - 1963/1964

Gazeta de Alagoas (AL) - 1961/1964

Jornal de Alagoas (AL) - 1963/1964

Jornal de Hoje (AL) 1963/1964

O Globo, RJ 1963/1964

DOCUMENTAÇÃO

Fundo Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES). Sistema de Informações Arquivo Nacional (SIAN)

Fundo Paulo Assis Ribeiro. Sistema de Informações Arquivo Nacional (SIAN)

ARTIGOS, DISSERTAÇÕES, TESES E LIVROS

ABREU, Alzira Alves de. **1964: a imprensa ajudou a derrubar o governo Goulart.** In: FERREIRA, Marieta de Moraes (org..).

BADARÓ, Marcelo Mattos. O governo João Goulart: novos rumos da produção historiográfica. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 28, n. 55.

BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

COSTA, Rodrigo José da. **O golpe civil-militar em Alagoas: O governo Luiz Cavalcante e as lutas sociais (1961-1964)**. 159f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Pós Graduação em História, Recife, 2013.

_____ **“Do ‘comício que não houve’ à marcha da vitória: a deflagração do golpe civil militar em Alagoas.”** In: Cadernos de História, Belo Horizonte, v. 15, n. 22, 1º sem. 2014.

_____ COSTA, Rodrigo José da. **“Por uma história do golpe civil militar em Alagoas”**. In: Revista Crítica Histórica, Maceió, no V, nº 10, dezembro/2014.

COUTINHO; Carlos Nelson. **Marxismo e Política: A Dualidade de Poderes e Outros Ensaio**. São Paulo, Cortez, 1994

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. **Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa**. Projeto História, São Paulo, n.35, p. 253-270, dez. 2007. Disponível: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/articulo/view/2221/1322>.

DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado**. Petrópolis: 4º ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

FERREIRA, Jorge. **O Governo Goulart e o Golpe Civil-Militar de 1964**. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). O Brasil Republicano. Volume 3. **O tempo da experiência democrática: da democratização de 1946 ao Golpe Civil-Militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003;

FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **João Goulart: entre a memória e a história**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006. MELO, D.B. **A miséria da historiografia: o revisionismo historiográfico 40 anos depois do golpe de 1964**.

FICO, C. **Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar**. In: Revista Brasileira de História. São Paulo: ANPUH, vol. 24, nº 47, jan-jun, 2004.

FIGUEIREDO, Argelina. **Democracia ou reformas? Alternativas democráticas a crise política: 1961-1964**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

FONSECA, Francisco. **A Democratização Autoritária: A Grande Imprensa e a Autodelação de seu Modus Operandi**. Comunicare (São Paulo), v. 7

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____ **A Ditadura Escancarada**, São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

MAJELLA; Geraldo. **Rubens Colaço: Paixão e Vida**. 2010, Edições Bagaço.

MATTOS, M.B. **Os trabalhadores e o golpe de 1964: um balanço da historiografia**. In: Revista História & Luta de Classes. Rio de Janeiro: ADIA, ano 1, nº 1, 2005.

MEDEIROS; Fernando Antônio Mesquita. **Homo Inimicus: Igreja católica, ação social católica e discurso anticomunista em Alagoas**. Maceió: Edufal, 2007.

MELLO; Paulo Décio de Arruda. **Alagoas: Sindicatos Rurais e Dominação**. 1990. 203f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Agrícola) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola, Itaguaí.

OLIVEIRA, Magno Francisco de. **Formação e trajetória do partido comunista Revolucionário em Alagoas durante a Ditadura Militar (1966 - 1973)**. Dissertação

(Mestrado) - Universidade Federal de Alagoas, Instituto de Comunicação Ciência e Artes. Programa de pós-graduação em História, Maceió, 2017.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita.** In: Jorge Ferreira (org.). **O populismo e sua história: debate e crítica.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____ *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil.* São Paulo: Brasiliense, 1989.

SANTOS, Paulo Vitor Barbosa dos. **Discursos, práticas e memória: O MDB em Alagoas e a Ditadura Militar (1966 - 1979).** Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Alagoas, Instituto de Comunicação Ciência e Artes. Programa de pós-graduação em História, Maceió, 2017.

SILVA, Carla Luciana. **Imprensa e Ditadura Militar – padrões de qualidade e construção da memória.** Rio de Janeiro: Revista História & Luta de Classes, n.º 1 abr/2005.

SILVA, Eduardo Gomes. **A rede da democracia e o golpe de 1964.** Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2008.

TOLEDO, C.N. 1964: **Golpismo e democracia. As falácias do revisionismo.** In: Crítica marxista, nº 19. São Paulo: Boitempo, 2004

VIANA, Hitallo P Alves. **A imprensa alagoana e o golpe civil-militar de 1964.** Maceió: ICHCA/UFAL. Monografia de Licenciatura em História, 2012.

SITES

Disponível em: <http://abcdasalagoas.com.br/verbetes>.

Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/instituto-brasileiro-de-acao-democratica-ibad>.